

Lusofonia: Da Utopia Civilizacional à Realidade Política

Filipe Abraão Martins do Couto

Dissertação de Mestrado em Filosofia Política

Julho, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Filosofia Política, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Luís Manuel Aires Ventura Bernardo.

Agradecimentos

Agradeço a minha adorada Célia Maria da Silva Oliveira, pela inspiração e motivação diária que me levou a concluir este trabalho.

Agradeço ao meu amigo Sérgio Oliveira, por estar sempre disponível em termos pessoais e profissionais.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor Luís Bernardo, pelos conselhos e sábia orientação ao longo de todo o trabalho. Neste caminho, ajudou-me a esclarecer algumas ideias que ainda não estavam amadurecidas.

Lusofonia: Da Utopia Civilizacional à Realidade Política

Filipe Abraão Martins do Couto

RESUMO

Ao longo deste trabalho, analisar-se-á a complexidade do conceito de lusofonia enquanto projeto civilizacional e a posição dos críticos face a esta temática. O mito do Quinto Império, desenvolvido pelo pensamento espiritual Português e que se encontra fundido no conceito atual de lusofonia, é permanentemente colocado em causa pela comunidade internacional. Numa era secular e num contexto multicultural, este conceito não tem sido apreciado entre os países lusófonos, sendo alvo de desconfiança devido ao seu aparente carácter etnocêntrico e neocolonialista.

Neste cenário, refletir-se-á sobre os efeitos da utopia civilizacional lusófona e a sua relação com as principais dificuldades políticas com que os organismos e instituições públicas se têm deparado, nomeadamente, a CPLP, a AULP e a IILP. Em causa está todo um imaginário pós-colonial de alguns países, que não concordando com o termo lusofonia, têm colocado entraves para uma harmonização político-diplomática. Para além de se avaliar o estatuto do conceito de lusofonia, este trabalho procurará desenvolver propostas de linhas de ação, no sentido de se apontar alternativas filosóficas e diplomáticas em relação à circulação de profissionais de saúde e de educação num suposto espaço lusófono.

PALAVRAS-CHAVE: Lusofonia; Neocolonialismo; CPLP; AULP; IILP; Espaço Lusófono.

Lusophony: From the Civilizational Utopia to the Political Reality

Filipe Abraão Martins do Couto

ABSTRACT

Throughout this thesis, the complexity of the concept of Lusophony as a civilizational project and the position of the critics on this issue will be object of analysis. The Fifth Empire myth, developed by the Portuguese spiritual thought and that is fused in the current concept of Lusophony, is constantly called into question by the international community. In a secular era and in a multicultural context, this concept has not been appreciated among the Lusophone countries, being target of suspicion, due to its apparent ethnocentric and neo-colonialist character.

In this scenery, one will reflect on the effects of the civilizational utopia and its relation with the main political difficulties that the public organisms and institutions have been facing, namely, the CPLP, the AULP and the IILP. At stake is a whole post-colonial imagery of some countries, who, by not agreeing with the expression of Lusophony, have been blocking a political-diplomatic harmonization. Other than the evaluation of the status of the concept of Lusophony, this investigation will try to develop proposals of lines of action, in order to suggest philosophical and diplomatic alternatives, regarding the mobility of health and education professionals, in a supposed Lusophone space.

KEY-WORDS: Lusophony; Neo-colonialism; CPLP; AULP; IILP; Lusophone space.

Índice

Introdução e Enquadramento Teórico	1
1. Capítulo I - A Utopia Civilizacional	5
1.1. O Quinto Império ou o Reino Consumado de Cristo	5
1.2. O Quinto Império Cultural ou a Criação de uma Civilização Espiritual	10
1.3. O Reino do Espírito Santo ou o Advento da Terceira Idade	17
1.4. A Lusofonia	24
2. Capítulo II – A Realidade Política	27
2.1. A CPLP	27
2.2. Lusofonia e a CPLP	27
2.3. A “Suspensão” do Conceito de Lusofonia	32
2.4. Os Obstáculos da CPLP	34
2.5. A Concessão dos Vistos de Trabalho nos Países Lusófonos	36
2.6. CPLP: Cidadania e Circulação no Espaço Lusófono	37
3. Capítulo III – A Educação no Espaço Lusófono de Ensino Superior	44
3.1. A AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa	44
3.2. Críticas à AULP	44
3.3. A Coordenação entre a CPLP e a AULP	46
3.3.1. Proposta da Primeira Linha de Ação: A Composição de um Volume Informativo	47
3.3.2. Proposta da Segunda Linha de Ação: A Harmonização dos Currículos do Espaço Lusófono de Ensino Superior	49
3.3.3. Proposta da Terceira Linha de Ação: A Promoção da Mobilidade de Professores, Investigadores e Alunos	50
3.3.4. Proposta da Primeira Fase da Terceira Linha de Ação	52
3.3.5. Proposta da Segunda Fase da Terceira Linha de Ação	54
3.3.6. Proposta da Terceira Fase da Terceira Linha de Ação	55
4. Capítulo IV – A Saúde e a Cultura	58
4.1. As Carências na Área da Saúde no Espaço Lusófono	58
4.2. Proposta de Linhas de Ação para a Saúde no Espaço Lusófono	59
4.2.1. Proposta da Primeira Fase da Linha de Ação	59
4.2.2. Proposta da Segunda Fase da Linha de Ação	60
4.2.3. Proposta da Terceira Fase da Linha de Ação	61
4.3. O IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa	62
4.4. Críticas à IILP	62
4.5. O Acordo Ortográfico	63
4.6. Proposta de Linha Geral de Ação para a IILP	64
Conclusão	66
Referências Bibliográficas	72
ANEXO 1	78

Lista de Abreviaturas

AO – Acordo Ortográfico

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

OMS – Organização Mundial de Saúde

RIPES – Rede de Instituições Públicas de Educação Superior

UE – União Europeia

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Introdução e Enquadramento Teórico

A Lusofonia, segundo Miguel Real, “corresponde a um campo geográfico-histórico e cultural abrangido por todas as nações, países, povos e comunidades falantes da língua portuguesa ou de um dialeto desta diretamente derivado”¹. A Lusofonia, mais do que ser um conjunto de países que falam uma língua comum, seja a língua materna, oficial ou de património, pode-se compreender como um projeto, ainda em construção, entre países que possuem uma afinidade histórica, cultural e linguística comum. Entendido o conceito neste pressuposto, são vários os pensadores que contribuíram e enriqueceram o seu conteúdo, como foi o caso do Padre António Vieira, que nos propôs a ideia de Quinto Império, entendida como um projeto para “converter e reformar o mundo, florescendo mais que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs”²; a perspetiva de Fernando Pessoa, que nos falou de um império não material, mas cultural, isto é, a criação de *uma civilização espiritual própria*, com a missão de criar a paz em todo o mundo”³, que teria como principais protagonistas os portugueses. Da mesma forma, Agostinho da Silva propõe-nos a ideia de um Quinto Império “sem imperador” ou o advento da Terceira Idade no mundo, fundamentado na grandeza ecuménica presente ao longo da história portuguesa, como são os momentos do culto popular do Espírito Santo, os templários da Ordem de Cristo e a universalidade da Igreja portuguesa, aliados às características antropológicas do lusófono em geral. Todos estas etapas são sinais claros de um futuro promissor e do papel importante que a Lusofonia – compreendida como “utopia criadora e realidade que se constrói todos os dias, formulados à volta do mito do Quinto Império”, no dizer de Fernando Cristóvão, – pode desempenhar no mundo, que mais não é do que a tentativa de se criarem as condições para se antecipar o paraíso na terra⁴.

Por outro lado, o conceito de lusofonia, compreendido pelo pensamento espiritual Português, tem sido duramente criticado no panorama internacional. A lusofonia tem sido considerada demasiado redutora e unilateral, devido ao discurso e à agenda unilateral “lusa”. Neste sentido, alguns autores consideram que o termo lusofonia é um termo circunscrito e fechado, porque diz respeito só a Portugal e não respeita a pluralidade das diferenças culturais que existem na “comunidade lusófona”. Desta forma, a indefinição e a suspeita em torno deste conceito tem causado muitos problemas para a comunidade lusófona em geral e

¹ REAL, M., *A Vocação Histórica de Portugal*, Prefácio de José Eduardo Franco, Esfera da Caos Editores, Lisboa, 2012.

² VIEIRA, A., *Clavis Prophetarum*, in CRISTÓVÃO, F., *Dicionário Temático da Lusofonia*, pp. 652-653.

³ *Ibidem*, p. 32.

⁴ SILVA, A., *Presença de Portugal*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p. 134.

para a CPLP em particular. Embora a lusofonia e a CPLP sejam conceitos distintos, a falta de um consenso generalizado do que se entende por lusofonia tem influenciado as vontades políticas da comunidade lusófona, bem como o rumo das decisões neste seio.

Neste cenário, ao longo deste trabalho defender-se-á que o conceito de lusofonia, atualmente, face a tantas críticas, não correspondendo à diversidade de culturas, nem a nenhuma forma de unidade partilhada pelos agentes, já não consegue escapar, numa era secular, a um conjunto de críticas pós-coloniais e multiculturais, pelo que se deve apelar à sua “suspensão”. Chagar-se-á à conclusão de que o termo “lusofonia” deveria deixar de existir no discurso político internacional, para dar lugar a um outro termo consensual entre os países, que seja sinónimo da abertura para a redescoberta do outro, das culturas e dos países, sem qualquer dogmatismo e demarcando-se de qualquer forma de neocolonialismo. Assim, é necessário redescobrir este conceito, que a nosso ver terá de ter irrevogavelmente uma outra designação, que seja aglutinador em torno de uma estratégia política comum. A criação de uma nova expressão que substitua o conceito de lusofonia deverá ser representativa de um “começar do zero”, um novo começo nas relações diplomáticas, de uma harmonização das diferenças. Ou seja, considera-se que é imprescindível que se crie um símbolo que exprima o pioneirismo no campo das inter-relações humanas num contexto lusófono, desencadeado pela abertura gradual das suas fronteiras.

Considerando que a conceptualização de um passaporte lusófono para duzentos e cinquenta milhões de pessoas para a livre circulação destas num espaço lusófono reúne obstáculos significativos, pelas razões que iremos apresentar, seria possível, no estanto, promover um conjunto de medidas políticas que visem a circulação, em dimensões consideráveis, de profissionais de saúde, de educação e dos estudantes num espaço lusófono, com objetivos específicos e bem delineados e com base num princípio de solidariedade ativa transnacional. Para o efeito, considera-se essencial continuar a incentivar a coordenação de eixos estratégicos que os países da CPLP consideram fundamentais para a cooperação multilateral. De acordo com os estatutos da CPLP, áreas como a saúde e a educação⁵, são consideradas prioritárias entre os países para se atingir não só os objetivos da CPLP, como, em simultâneo, são pontos específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶. O que se propõe é a obtenção de um consenso diplomático em torno destes eixos

⁵ Conferir informação no sítio da CPLP: <http://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acedido a 19 de março, às 18:14 horas.

⁶ Confirmar *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* in <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acedido a 4 de abril de 2016, às 18:18 horas.

fundamentais com vista a uma coordenação entre fronteiras de profissionais da investigação, da educação e da saúde.

Assim, neste trabalho, defender-se-á um intercâmbio multilateral dinâmico e permanente de professores, investigadores, alunos, médicos, enfermeiros, entre outros, no espaço lusófono, para se atingir os objetivos da pós-agenda de 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a nova agenda que pretende finalizar no ano de 2030, o que os países não conseguiram concluir com os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, em 2015. Assim, pretende-se, com este trabalho, atingir os seguintes objetivos:

- Esclarecer e sistematizar a posição filosófica dos autores António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva em relação à Lusofonia.
- Analisar a complexidade do conceito de Lusofonia enquanto projeto civilizacional e a posição dos críticos face a esta temática.
- Reconhecer os caminhos, direções e dificuldades que são apontadas para a Lusofonia.
- Identificar a importância e pertinência dos organismos e instituições públicas e privadas (CPLP, AULP, IILP, entre outras) para a lusofonia.
- Analisar e comparar a utopia civilizacional lusófona com as principais dificuldades para os organismos e instituições públicas e privadas.
- Apontar soluções filosóficas e políticas para determinados problemas levantados pela complexidade do tema.

Este trabalho será constituído por quatro capítulos e uma conclusão final.

Numa primeira fase, pretende-se iniciar esta investigação procurando definir o que é o conceito de Lusofonia, trabalhando esta temática através da perspetiva de António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva. Esta fase será essencialmente de natureza teórica e filosófica. Pretende-se definir os contornos do “sonho” civilizacional lusófono projetado por António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva, identificando a sua natureza e constituição política, religiosa, social, económica, educativa e antropológica. Será neste ponto em que se desenhará a “Utopia Civilizacional”, proposta pelo pensamento espiritual Português.

Numa segunda fase, pretende-se não só identificar a importância e pertinência dos organismos e instituições públicas (como a CPLP, AULP e IILP) para a lusofonia, mas

também de identificar as principais dificuldades para estas instituições, de acordo com as contribuições apresentadas na primeira fase. Neste capítulo, procurar-se-á desenvolver a relação do conceito de lusofonia e a CPLP, determinando, com os resultados alcançados, o ponto da situação político-diplomática da instituição. A partir deste ponto, abordar-se-á a política de concessão de vistos de trabalho e refletir-se-á sobre os conceitos de “cidadania lusófona” e “espaço lusófono”.

Na terceira fase, abordar-se-á o ponto da situação da educação no espaço lusófono de ensino superior. Procurar-se-á determinar o papel da CPLP e AULP neste contexto, bem como o enquadramento do IILP. Com o objetivo de promover a circulação lusófona dos profissionais de educação e sobretudo, dos estudantes, serão apresentadas três propostas de linhas de ação.

Por fim, a quarta fase. Neste capítulo, procurar-se-á determinar os compromissos da CPLP e do IILP na área da saúde e da cultura no “espaço lusófono”. Com o objetivo de promover a circulação lusófona entre profissionais de saúde, serão apresentadas três propostas de linhas de ação. Ainda se abordará a questão do Acordo Ortográfico, o papel do IILP para a “lusofonia” e uma proposta de linha geral de ação.

Na conclusão, apresentar-se-á uma reflexão da relação entre lusofonia e a CPLP e far-se-á um conjunto de propostas para colmatar algumas das lacunas encontradas ao longo desta investigação.

1. Capítulo I - A Utopia Civilizacional

1.1. O Quinto Império ou o Reino Consumado de Cristo

O conceito de Quinto Império em António Vieira nasce a partir do entrosamento das interpretações que o autor fará da mitificação das origens de Portugal, através das revelações acerca do futuro e destino de Portugal feitas por Cristo a D. Afonso Henriques, conhecido como o milagre de Ourique, do enaltecimento dos feitos epopeicos dos descobrimentos portugueses (a idade de ouro), aliados a uma exegese profunda dos profetas canónicos das Sagradas Escrituras, que, em comunhão com as profecias anunciadas por Bandarra (sebastianismo), tornará possível a idealização de um futuro grandioso para a humanidade, ou seja, a restauração do Reino de Cristo Consumado ou o advento do Quinto Império Universal, que mais não será do que um regresso ao paraíso perdido na terra, empresa que seria levado a cabo pelo “segundo povo eleito por Deus”, os portugueses.

A primeira e principal fonte do conhecimento e inteligência dos tempos futuros, de que Vieira se inspirou, foi através das Sagradas Escrituras, portanto, na palavra de Deus e na revelação divina. O pregador irá interpretar as profecias de Isaías, Daniel e do livro de Apocalipse como verdadeiramente inspiradoras para o advento do Quinto Império no mundo. Em Isaías, surge o “conceito de universalidade, isto é, a salvação e a bondade de Deus que extravasa as fronteiras de Israel e que se destina a todos os povos”⁷. Inspirados no livro de Isaías, os milenaristas “vão considerar-se como grupo eleito por Deus”⁸, os eleitos para receber “a nova ordem salvífica com carácter universalizante”⁹, de que Vieira não será exceção, pois da leitura que faz da descoberta do novo mundo pelos portugueses, defenderá que “já estavam anunciadas em Isaías quando este se refere aos povos estranhos que haveriam, num futuro longínquo, de adorar o Deus único dos Judeus”¹⁰. Em relação ao profeta Daniel, “o profeta dos reinos e das monarquias”, interpretou o sonho de Nabucodonosor, um dos últimos reis ou imperadores da Babilónia, como uma sucessão temporal de reinos por vir e que hão-de desabar:

O que havia de suceder depois do tempo presente, e o Deus que só pode revelar os mistérios e segredos ocultos te mostrou naquela visão tudo o que está para vir nos tempos futuros e o que eu agora te direi, não por arte ou ciência minha, senão por revelação Sua. Parecia-te que vias defronte de ti uma estátua grande, de estatura alta e sublime e de aspeto terrível e temeroso. A cabeça desta estátua era de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre até aos joelhos de bronze,

⁷ FRANCO, J., E., “Teologia e Utopia em António Vieira”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 1999, p. 159.

⁸ *Ibidem*, p. 159.

⁹ WESTERMANN, *apud* FRANCO, J., E., *Ibidem*, p. 160.

¹⁰ BATAILLON, *apud* FRANCO, J., E., *Ibidem*, p. 160.

dos joelhos até os pés, de ferro, os pés de ferro e de barro. Estando assim suspenso no que vias, viste mais que se arrancava uma pedra de um monte, cortada dele sem mãos, e que dando nos pés da estátua a derrubava. Então se desfizeram juntamente o barro, o ferro, o bronze, a prata, o ouro, e se converteram em pó e cinza que foi levada dos ventos, e nem aqueles metais apareceram mais nem o lugar onde tivessem estado. Porém a pedra que tinha derrubado a estátua cresceu e, fazendo-se um grande monte, ocupou e encheu toda a terra¹¹.

Quanto à interpretação do sonho, “disse pois Daniel que aquela grande estátua significava a sucessão do império do mundo, e os diferentes metais de que era composta, as mudanças que o mesmo império havia de ter em diferentes tempos e para diferentes nações”¹². De acordo com o testemunho e experiência da história humana, compreendido como o verdadeiro juiz da veracidade das profecias, aprovado e seguido por todos os Padres¹³, refere Vieira que a cabeça de ouro significava o império dos Assírios, cujo imperador era Nabucodonosor, sendo o primeiro dos impérios, e por isso estava representado na cabeça, o princípio do corpo, e no ouro, o primeiro entre os metais. O segundo metal, a prata, significa o império dos persas, que é o segundo império, assim como o peito e braços se seguem à cabeça. O terceiro metal, o bronze, diz respeito ao império dos gregos, tal como o ventre se segue depois do peito. O quarto metal, o ferro, significa o império romano, o quarto império, assim como as pernas e pés são a última parte do corpo humano e que este, de acordo com o sonho, havia de ser o último império¹⁴.

Assim, desde a cabeça aos pés da estátua, vislumbrou-se a derrocada dos primeiros quatro impérios. Segue-se agora o quinto império, anunciado por Daniel ao imperador Nabuco, que irá aclamar como sendo o último e universal:

Aquela Pedra, ó Rei, que viste arrancar e descer do monte que derrubou a estátua e desfez em pó e cinza todo o preço e dureza de seus metais, significa um novo e quinto império que o Deus do Céu há de levantar no mundo nos últimos dias dos outros quatro. Este império os há de desfazer, consumir e aniquilar a todos, e ele só há de durar e permanecer para sempre, sem haver de vir jamais por acontecimento algum ou poder estranho nem haver de ser conquistado, dissipado ou destruído,

¹¹ Dn 2:35, Paulus Editora, 2015.

¹² VIEIRA, António, *História do Futuro*, Direção José Eduardo Franco e Pedro Calafate, Coordenação e Introdução de Pedro Calafate, Temas e Debates, Lisboa, 2015, p. 439.

¹³ Cf. *Ibidem*, p. 440.

¹⁴ É importante realçar a linha de interpretação que Vieira levará a cabo, sustentado por todos “os escritores eclesiásticos”, das duas pernas da estátua, representando a divisão do império ocidental e oriental romano, bem como a divisão posterior do império romano em dez reinos, representados pelos dedos dos pés da estátua. Estes reinos, menores e maiores entre si, como o são os dedos dos pés, seriam: Portugal, Castela, França, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Moscóvia, Polónia, Império do Turco e o mesmo império romano que compreende Alemanha e Itália. Cf. Vieira, A., *Op. Cit.*, pp. 441-446.

como sucedeu ou há de suceder aos demais. Estas são as coisas futuras que Deus te quis mostrar, ó Rei, e este é o sonho que viste e esta a verdade de sua interpretação¹⁵.

O padre Jesuíta não terá dúvidas em afirmar, tal como Daniel, que depois do quarto império, que até à altura persistia, o romano, “há de haver um novo e melhor império que há de ser o quinto e o último”¹⁶. Esta proposição, afirma António Vieira, é de fê, porque assim se lê nas Escrituras, e tem como base a experiência da história e o sucesso do cumprimento das profecias no tempo. Para além desta profecia, António Vieira também atribuiu à segunda profecia de Daniel a sucessão e desaparecimento dos impérios acima referidos, para o advento de um quinto império final. Passados quarenta e sete anos depois do sonho ou visão de Nabucodonosor, o profeta Daniel teve uma visão de “quatro ventos principais” que no meio do mar “levantaram uma horrível e furiosa tempestade”, cenário do qual saíram “quatro bestas grandes”¹⁷: a primeira besta, semelhante a uma “leoa com asas de águia”, a quem lhe foram arrancadas as asas. A segunda besta, semelhante a um urso, tinha “três ordens de dentes, entre os quais trazia três bocados e diziam-lhe que comesse e se fartasse de carne”¹⁸. Depois foi a terceira besta, semelhante a um leopardo, com “quatro asas como ave e quatro cabeças e foi-lhe dado grande poder”. Por fim, a quarta besta, “horrível, espantosa e muito forte”, com dez pontas na testa, com dentes de ferro grandes, que “comia e espedaçava tudo”, e o que “lhe caía da boca ou não queria comer pisava com os pés”¹⁹. Entre as dez pontas da testa, “saía uma ponta menor que todas, a qual Daniel obrou grandes estragos e outras coisas prodigiosas”²⁰. Depois da aparição das quatro bestas, Daniel ergueu os olhos ao Céu e contemplou, com grande aparato de “horror, grandeza e majestade”, um velho de cabelo branco e roupa branca, a quem o profeta Daniel chamou o “Antigo dos Dias”²¹, que se sentou num alto trono de fogo, perante uma plateia de milhares e milhares de ministros. Este ancião sentenciou que à primeira, segunda e terceira besta se “tirassem com o trono todo o poder, limitando-se a cada uma o tempo determinado de sua duração”²². A quarta besta foi “morta violentamente” e que fora “entregue ao fogo para ser queimada”, reduzindo-se a “grandeza e bravosidade a cinzas”. Ainda durante a noite, Daniel viu, rodeado de nuvens do céu, um como “Filho do Homem”, que “chegou ao trono do Antigo de dias e o ofereceram

¹⁵ Dn 2, 45.

¹⁶ VIEIRA, António, *História do Futuro*, Op. Cit., p. 446.

¹⁷ Dn 7, 2-3.

¹⁸ VIEIRA, António, *História do Futuro*, Op. Cit., p. 447. É importante referir a informação quanto às “três costelas”, ou “Pedaços de carne abocanhados pela besta, em representação dos reinos conquistados”.

¹⁹ *Ibidem*, p. 448.

²⁰ *Ibidem*, p. 448

²¹ *Ibidem*, p. 448.

²² *Ibidem*, pp. 448-449.

em Sua Presença. E Ele lhe deu o poder, a honra e o reino de todo o mundo, para que todas as tribos e todas as línguas o obedeçam e sirvam. Este seu poder será eterno também o reino, porque nunca jamais lhe será tirado”²³. As quatro bestas grandes simbolizam os três impérios que passaram e um quarto império que, na altura, se encontrava em decadência. Depois da falência destes reinos ou impérios, Daniel proclama um último império universal, o “Reino dos Santos do Altíssimo”, que jamais há de ter mudança ou variedade, nem império que lhe suceda, porque há de durar para sempre.

Outra profecia de que António Vieira se irá ocupar para lhe dar uma posição de destaque na sucessão dos impérios, será a de Zacarias, que, tal como os outros, previu o nascimento de um quinto império espiritual. O profeta Zacarias teve uma visão de que “do meio de dois montes de bronze saíam quatro carroças tiradas por quatro cavalos”. Os cavalos da primeira carroça eram “ruivos”, os da segunda “negros”, da terceira “brancos” e da quarta carroça “vários” e os mais “fortes”. A cor destes cavalos não deixa de ter uma carga simbólica profunda, bem como a carroça que transportam, representativa de cada império. As quatro carroças significam os mesmos quatro impérios que Deus revelou a Daniel. Tal como a ação dos romanos, os cavalos mais fortes e robustos, os últimos, de várias cores, correram e “passearam toda a terra”, fazendo-se “senhores do mundo”. Como é sabido, os romanos desconheciam a existência das Américas e do “novo mundo”, de tal modo que a ação da descoberta da terra nova deveu-se a outros povos que foram influenciados pelos romanos, da mesma forma que estes foram influenciados por estes povos, que deu origem aos conquistadores, “valentíssimos e robustíssimos”, a que alguns escritores eclesiásticos irão considerar como sendo os espanhóis²⁴, e que Vieira considerará como sendo os portugueses, “os fortíssimos dos fortíssimos”, porque as suas ações e descobertas foram de maior alcance, maior dificuldade e empresa de muito maior valor²⁵.

Na perceção vieirina, o Quinto Império é o anunciado e prometido pelos profetas, e é o Império de Cristo. Contra as posições do padre Latino Tertuliano e o padre Grego Teodoroto, defensores de um Quinto Império perpétuo, incorruptível e eterno não na terra, mas no Céu, Vieira defenderá que esta leitura não fará sentido algum ao ter-se em conta os outros impérios corruptíveis que desabaram, para se concretizar, posteriormente, um Quinto Império no Céu. O Reino de Cristo só fará sentido ao traduzir-se por um império na terra, o Reino Completo de Cristo na terra, leitura, aliás, que se faz da oração do Pai

²³ Cf. VIEIRA, António, *História do Futuro*, Op. Cit., pp. 446-451.

²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 454.

²⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 451-456. É importante referir que a interpretação desta profecia termina de forma abrupta, assim terminando o livro primeiro da *História do Futuro*.

Nosso revelado no Novo Testamento: “Venha a nós o Vosso Reino, seja feita a Vossa Vontade, assim na Terra como no Céu”²⁶. A pedra que derrubou a estátua (que simboliza Cristo e o seu Império) e que “fez um monte tão grande que encheu a terra”, não significa o fim dos tempos nem do mundo, promotora da salvação num Quinto Império espiritual no Céu, pois, nesse caso, o Império de Cristo de nenhum modo poderia crescer. Segue-se que este crescimento só se pode concretizar na terra e que o Quinto Império é império na terra e não do céu²⁷. Vieira não pretende dizer com isto que nega a existência de um “paraíso” no Céu, onde os bem-aventurados futuramente a habitarão com Cristo, mas nem por isso deixará de acalantar a esperança de um magnífico futuro na terra anunciado pelos profetas²⁸. Como refere António Braz Teixeira,

Em três visões representou Deus estes quatro impérios, a da estátua de quatro metais, dada a Nabucodonosor, a de quatro cavalos de cores diferentes, que teve Zacarias, e a do ‘conflito dos quatro ventos principais, que no meio do mar se davam batalha’, concedida a Daniel. Serão estas três visões que, conjugadas com o Apocalipse e com as *Trovas* de Bandarra, irão fornecer a Vieira o principal apoio profético e escritural para delinear e fundamentar a História do Futuro (...) ²⁹.

É na *História do Futuro* que Vieira revela a importância do papel nacionalista-providencialista de Portugal e dos portugueses para a Consumação do Reino de Cristo na terra, não só porque o povo português é interpretado como anunciado nas profecias canónicas, como também o pregador relacionará estas profecias com o nascimento de Portugal, através do milagre de Ourique³⁰, os descobrimentos portugueses e as trovas reveladas pelo sapateiro de Trancoso, que Vieira considerará fidedignas porque algumas delas foram comprovadas pelo tempo, como aquelas que denunciaram as atrocidades da realidade do país, as alterações nos valores e costumes, bem como a corrupção do seu tempo, em que previam o aparecimento de uma figura messiânica que derrubaria as “heresias” e as “fantasias” e que defenderia a “grei” e guardaria a “lei”, corporizando-se,

²⁶ Na obra “A Chave dos Profetas”, Padre António Vieira alude a um conjunto rico de exemplos bíblicos para demonstrar que o Reino de Cristo não é só no Céu, mas também na Terra. Cf. VIEIRA, António, *A Chave dos Profetas*, Direção José Eduardo Franco e Pedro Calafate, Coordenação e Introdução de Pedro Calafate, Tradução do Latim de António Guimarães Pinto, Temas e Debates, Lisboa, 2015, pp. 182-189.

²⁷ Império este que ainda não se consumou, mas que há de consumir-se um dia. Cf. VIEIRA, *Ibidem*, pp. 421-423.

²⁸ Cf. *Op. Cit.*, pp. 457-465. O padre António Vieira continuará a defender a forma como nas profecias de Daniel (segunda profecia) e Zacarias estar implícito o facto de o Império de Cristo poder vir a ser neste mundo e não num outro. Vieira tentará provar que todas estas profecias sugerem a instauração de um paraíso na terra e não no Céu, sustentando argumentos e analogias diversas.

²⁹ TEIXEIRA, António, “Profecia e Escatologia em António Vieira”, in *A Experiência Reflexiva – Estudos Sobre o Pensamento Luso-Brasileiro*, Coordenação de Maria Celeste Natário, Zéfiro, Lisboa, p. 24.

³⁰ Cf. VIEIRA, António, *História do Futuro*, *Op. Cit.*, pp. 80-81.

desta forma, “numa figura salvadora de comando que iria iniciar a luta para cumprimento do projeto final, que se poderá considerar equiparável a um retorno ao paraíso perdido”³¹. Com este movimento, “passavam as profecias bíblicas a ser cumpridas por um novo povo eleito, o português, e pelo seu rei”³². Assim, proclamando Bandarra como um verdadeiro profeta e interpretando à letra as suas profecias, Vieira defenderá a tese sebastianista do reaparecimento do “encoberto” atribuindo o “regresso do rei” na figura de alguns Reis de Portugal³³, chegando mesmo a profetizar a ressurreição de D. João IV.

Assim, a proposta de um Quinto Império é entendido como um projeto para “converter e reformar o mundo, florescendo mais que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs”³⁴. O Quinto Império, segundo António Vieira, é a instauração do Reino de Cristo na terra, o império universal que assinalará o fim dos tempos, perspetivado como um tempo em que se realizará a “recuperação do originário estado ontológico do homem”³⁵, restituindo-o a um estado puro e de santidade, de paz e harmonia, em que se cumprirá “o regresso ao paraíso”.

1.2. O Quinto Império Cultural ou a Criação de uma Civilização Espiritual

Fernando Pessoa irá inspirar-se no sebastianismo das profecias de Bandarra e nas ilações do “Imperador da Língua Portuguesa” em relação à temática de Quinto Império. Se, por um lado, António Vieira propõe a instauração do último império universal, enquanto Reino de Cristo Consumado na terra, que surgiria após a sucessiva queda dos quatro primeiros impérios, o Assírio, o Persa, o Grego e o Romano, Pessoa irá interpretar estes

³¹ RAMALHETE, A., “O Futuro no Presente de Vieira”, in *Padre António Vieira – O Tempo e os Seus Hemisférios*, Atas Congresso Internacional Vieira, Organização de Maria do Rosário Monteiro e Maria do Rosário Pimentel, Edições Colibri, Lisboa, 2011, pp. 476-477.

³² *Ibidem*, p. 477.

³³ Sobre este assunto, depois da hipótese da ressurreição de D. João IV não se verificar, António Vieira admite que D. Afonso VI será o “encoberto”. Vinte anos depois, concluirá que o “encoberto” será D. Pedro II. Por fim, o padre indicará o príncipe D. João como o “encoberto”, proposta nunca concretizada porque D. João faleceu precocemente. A este propósito ver REAL, Miguel, “A Desnacionalização da Profecia em Padre António Vieira”, in *Padre António Vieira – O Tempo e os Seus Hemisférios*, *Op. Cit.*, pp. 525-526 e FRANCO, J., E., “Vieira e a Possibilidade de um Mundo Novo: Quinto Império como Projeto de Cidadania do Futuro”, in *Religião e Ofensa*, 2009. Cf. VIEIRA, António, *História do Futuro*, *Op. Cit.*, pp. 116-119.

³⁴ VIEIRA, António, “Defesa do Livro Intitulado Quinto Império, Que é A Apologia do Livro *Clavis Prophetarum*: E Respostas das Proposições Censuradas pelos Srs. Inquisidores: Dada Pelo Padre António Vieira Estando Recluso nos Carceres do Santo Ofício de Coimbra”, in *Obras Inéditas*, Vol. I-III, Editores Seabra & V. Q. Antunes, Lisboa, 1856, p. 33.

³⁵ TEIXEIRA, António, *Art. Cit.*, p. 28.

impérios como sendo o da Grécia, Roma, Cristandade e a Europa³⁶. O poeta preconizará que o império espiritual deverá ser levado a cabo por uma nação que for pequena, com nenhuma tentação de “absorção territorial” ou de domínio material do “outro”, situação que garantirá a autenticidade das suas intenções: “Todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma morte de pé, um cadáver mandando”³⁷. Fernando Pessoa considera que todas as profecias têm três realizações, que são simbolizadas pelo tripé³⁸. Como o império é domínio, a profecia do Quinto Império tem três planos: o domínio material, o domínio intelectual e o domínio espiritual. Cada plano, segundo o poeta, se “revelará da mesma maneira”:

No plano material, que é o que se tem suposto até agora ser o único; o Quinto será o europeu, de sorte que nesta interpretação a profecia está consumada. Estamos já, segundo ela, no Quinto Império.

No plano intelectual, como o reino da Inteligência começa só com a Grécia, onde nasceu o espírito crítico, que é o em que a inteligência se define, os quatro impérios são o grego, o romano, o cristão ou medieval, o europeu, e ainda falta o quinto, que deverá ser o Universal.

Na ordem espiritual, como o domínio do espírito verdadeiramente começou com os egípcios, os três primeiros impérios são o de Osíris, o de Baco, e o de Cristo, em que estamos, devendo notar-se que, entendidos em certo modo, estes três Deuses são três formas do mesmo Deus. Faltam-nos ainda dois magnos impérios até à consumação dos tempos e cessação de ser necessário o mundo.

O sentido em que tomaremos particularmente as profecias aqui expressas é o segundo, pois o primeiro está extinto, o terceiro muito longe na sua consumação³⁹.

É importante referir que, no pensamento pessoano, o que os profetas bíblicos entendem ser o Quinto Império, entendido como o “fim do mundo”, ou o fim dos tempos, significa compreender “o fim do conceito que têm do mundo”, numa aceção claramente psíquica, que se encontra ligado a um “ciclo religioso – a que pertencem e em que pensam”⁴⁰. Desta forma, tal como profetisa o católico Nostradamus, o “fim das coisas”⁴¹, Pessoa

³⁶ PESSOA, F., *Mensagem*, Atualização Ortográfica de David Mourão-Ferreira, Revisão de Luís Santos, Américo Fraga Lamares e C^a., Lda./Livraria Civilização Editora, Porto, 1995, pp. 54-55.

³⁷ PESSOA, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, Alma Azul, Lisboa, 2008, p. 15.

³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 27.

³⁹ *Ibidem*, p. 28.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 35. Fernando Pessoa considera que a expressão “fim do mundo” ou “fim das coisas”, entre outras expressões bíblicas apocalípticas, se for interpretada por um cristão, por exemplo, serve ela para designar o fim da religião cristã. Como o cristão não concebe, nem pode conceber o fim da religião cristã, pois seria o fim da verdade, imediatamente interpreta essas mesmas profecias como o fim do mundo, a destruição de tudo e de todos, a morte do universo.

⁴¹ *Ibidem*, p. 36.

compreende, não o “fim do mundo”, mas o fim da religião cristã, “ou, pelo menos, da sua forma católica, se não for apenas o da forma romana do catolicismo”⁴².

Na ótica de Pessoa, o Quinto Império, enquanto promessa, é a criação de *uma civilização espiritual própria*, que deverá ser fortificada por “almas de generais do espírito”, que poderá ser levada a cabo pelos portugueses, cujas ações deverão almejar a criação de um “imperialismo andrógino, reunidor das qualidades masculinas e femininas: imperialismo que seja cheio de todas as subtilezas do domínio feminino e de todas as forças e estruturas do domínio masculino”⁴³, isto é, a realização de “Apolo Espiritual”, onde não haverá obstáculos à ação científica, e nenhuma “limitação espiritual”, promovendo a política “útil” e não a política verdadeira, porque só a ciência procura e atinge a verdade. Assim, a política “útil” será aquela que estará ao serviço do homem e que promoverá o bem-estar do povo e a justiça social⁴⁴, protegendo e incentivando a ânsia natural de conhecer do ser humano, não lhe colocando nenhum entrave para a liberdade espiritual, projetando-o cada vez mais nos desafios e mistérios da ciência, desde que ele próprio tenha sede de resolver esses mistérios.

Despidos das principais angústias e problemas materiais, Pessoa considera que será possível fazer “a paz em todo o mundo”⁴⁵, tal como foi anunciado nas profecias de Bandarra, se os lusos estiverem mergulhados numa “fraternidade universal” própria da sua “índole” e que se inscreve na “doutrina íntima” dos *Rosa Cruz*. Mas, para levar a paz a todo o mundo, será necessário um meio de comunicação igual – uma língua. A língua portuguesa.

É célebre a expressão de Fernando Pessoa “A minha pátria é a Língua Portuguesa”⁴⁶. Na realidade, a expressão é de um dos heterónimos do poeta, Bernardo Soares, que pode ser entendida como “opção a favor de uma realidade concreta que é preciso consolidar e projetar no futuro”⁴⁷. Esta revelação nada tem a ver com algum sentido político ou social, mas como uma promessa utópica do devir. O autor Jacinto Prado Coelho, nos seus estudos acerca do que designou por *messianismo utópico pessoano*, adverte para o facto de o poeta português considerar a língua como sua pátria, mas que tal pátria não deve ser entendida no sentido literal; pelo contrário, deverá ser entendida como expressão de um “misticismo

⁴² *Ibidem*, p. 36.

⁴³ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 31.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 32.

⁴⁶ PESSOA, Fernando, *Livro do Desassossego*, Editora Abril/ControlJornal, Lisboa, 2000, p. 172.

⁴⁷ CRISTÓVÃO, F., *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Lisboa, 2005, p. 653.

patriótico”. Neste sentido, e segundo o mesmo autor, não interessava a Pessoa o “passado ou presente” de Portugal, mas a “promessa do que Portugal poderia ser ou atingir”. Ou seja, “Portugal como virtualidade ou promessa seria o quinto império cultural que dominaria o mundo, sendo que esse império terá como elemento aglutinador a língua portuguesa”⁴⁸.

Este império cultural, segundo Pessoa, distingue-se, assim, dos outros tipos de impérios, o imperialismo de domínio e o imperialismo de expansão, uma vez que o imperialismo de cultura “procura criar novos valores civilizacionais para despertar outras nações”⁴⁹, como foi o caso de Portugal das descobertas. Na evolução de uma civilização, a primeira fase é a de imperialismo de domínio, seguindo-se o imperialismo de expansão, acabando pelo domínio da cultura. Assim, onde outros impérios fracassaram, fosse pelo poder militar ou pelo estabelecimento do comércio, a única coisa que verdadeiramente perdura é a cultura, que permanece desde o passado até ao presente. No caso de Portugal, o “primeiro afloramento civilizacional foi um fenómeno de cultura, de espírito”⁵⁰, expressa na poesia dos cancioneros e nos romances de cavalaria, ideal que desaguou nas descobertas portuguesas, que provaram ser, mais do que um “ato cultural”, um ato de “criação civilizacional”, instauradora do mundo moderno e pioneira da globalização. Considerando a evolução histórica das nações e dos imperialismos, o poeta considera que Portugal, em pleno século XIX, é o único país em que “o tipo superior de mentalidade teve progresso”⁵¹, tendo em conta que as descobertas impeliram os povos para a realização de um “imperialismo de matéria”, mas como Portugal não tinha o número de pessoas para este imperialismo, acabou por impor a outros povos um imperialismo cultural, próprio de uma nação que é pequena e, como tal, a mais qualificada para este empreendimento. Quando se examina o significado de império da cultura, é difícil não mencionar o império da língua ou, mais concretamente, a língua portuguesa. Na perceção de Fernando Pessoa, a língua portuguesa reúne todas as condições e qualidades para dar lugar a um “Império da Cultura”: em primeiro lugar, considera-a uma língua gramaticalmente completa e rica; em segundo lugar, o aparecimento de homens de génio literário; por último, a extensão da situação geográfica e o número de pessoas falando-a inicialmente⁵². O Quinto Império Cultural, portanto, tem como principal alicerce a língua portuguesa, língua comum e “pátria” de todos os povos da lusofonia.

⁴⁸ COELHO, J., “O Nacionalismo Utópico de Fernando Pessoa”, in revista *Colóquio/Letras*, nº 31, Lisboa, dezembro de 1964, pp. 53-57.

⁴⁹ PESSOA, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, Op. Cit., p. 12.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 14.

⁵¹ *Ibidem*, p. 14.

⁵² Cf. *Ibidem*, p. 19.

Considerando a língua portuguesa como “gramaticalmente rica e completa” e tendo como base a gesta da história portuguesa, Fernando Pessoa não terá dúvidas em diagnosticar no Português uma capacidade inata para mediar a construção de um projeto civilizacional lusófono, o império cultural. Do contacto privilegiado, que os portugueses fomentaram com outros povos ao longo dos séculos, resultou uma riqueza antropológica peculiar, perfeitamente capaz de “ser tudo de todas as maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa”⁵³. A história dos portugueses apoia-se nos grandes feitos das descobertas e também no facto de ter descoberto “a ideia de descoberta”, revelando novos mundos ao mundo, estatuidando-se como pioneiro da globalização. Nos contactos realizados com outras civilizações e outros povos ao longo dos séculos, o povo português demonstrou uma capacidade invulgar para se adaptar a todos os credos, ocidentais e orientais, bem como a novas formas de viver. Neste sentido, ao analisar o psiquismo português, Pessoa afirmou existirem, com razoável aproximação, três espécies de portugueses. No primeiro, acentua-se o predomínio da imaginação sobre a inteligência. O segundo, o predomínio da emoção sobre a paixão. O terceiro, a adaptabilidade instintiva: “A cada um destes tipos corresponde um tipo de literatura”⁵⁴. Não mencionando o significado das duas primeiras espécies de portugueses, a terceira espécie

absorve a inteligência com a imaginação; a imaginação é tão forte que integra a inteligência em si, formando uma nova espécie de qualidade mental. Daí os descobrimentos, que são um emprego intelectual, até prático, da imaginação. (...) Esta nova espécie de mentalidade influi nas outras duas qualidades mentais do português: por influência dela a adaptabilidade torna-se ativa em vez de passiva, e o que era habilidade para fazer tudo, torna-se habilidade para ser tudo⁵⁵.

O poeta concluirá com esta análise que o português “sintético” tem a capacidade de incorporar em si o “presente” e o “estrangeiro”, possuindo as competências para estar “em todos os campos ao mesmo tempo”⁵⁶, sem ficar “refém da influência internacional”. A observação deste conjunto de características invulgares permite a Pessoa entrever um grande futuro para Portugal, se os portugueses acumularem “dentro de si todas as partes do mundo, sem perder nada do esforço das diferentes épocas passadas”⁵⁷.

Não deixa de ser curiosa a afirmação de Hegel a respeito da relação de Portugal com o mar que, na sua opinião, se desenvolveu muito mais do que em Espanha. O pensador

⁵³ PESSOA, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, Op. Cit., p. 40. Entrevistas a Fernando Pessoa.

⁵⁴ PESSOA, F., *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Publicações Europa América, Lisboa, 1987, pp. 40-41.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 41.

⁵⁶ PESSOA, F., *Sensacionismo e outros Ismos*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2009, p. 68.

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 75-76.

considera que “o mar engendra uma maneira própria de viver, pois dá-nos a representação do ilimitado e do infinito; e ao sentir-se o homem nesta infinitude, anima-se a transcender o limitado”⁵⁸. Paralelamente, António Quadros também considera que “é impossível ao pensador português conceber o sistema, ou seja, o continente fechado. Diante de si está sempre aberto ao infinito, até ao impossível. Por causa das descobertas, a filosofia, para os portugueses, é a arte de viajar espiritualmente (...)”⁵⁹.

Da mesma forma, na percepção de Fernando Pessoa, a alma lusa, para além de possuir as capacidades de “plasticidade” e de “adaptabilidade”, também é em si imprevisível e inefável, e capaz de ter, em si mesma, o instinto de poder albergar em si o sentido do mundo, de assimilar todos os ismos, de viver todas as religiões:

Que Português verdadeiro pode viver a estreiteza estéril do catolicismo, quando fora dele há que viver todos os protestantismos, todos os credos orientais, todos os paganismos mortos e vivos, fundindo-os portuguesmente no Paganismo Superior? Não queiramos que fora de nós fique um único Deus! Absorvamos os deuses todos! Conquistamos já o Mar: resta que conquistemos o Céu, ficando a terra para os Outros, os eternamente Outros, Os Outros de nascença, os europeus que não são europeus porque não são portugueses. Ser tudo, de todas as maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa! Criemos assim o Paganismo Superior, o Politeísmo Supremo! Na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade⁶⁰.

Assim, intrinsecamente ligado a uma língua da “pátria”, que se desenhou ao longo da história como uma língua humanista e universal, gramaticalmente rica e completa, ilustrada com homens de génio literário e um número de falantes considerável, espalhada pelos cinco continentes no mundo, o português é capaz, segundo Pessoa, através das suas características antropológicas, de descentralizar-se e ser o homem síntese da humanidade, de ser tudo e todos, o nada e o absoluto, o homem completo. O poeta preconiza, deste modo, o homem que seja, em si próprio, o maior número de outros, o mais incoerente consigo próprio, onde cada perder-se é encontrar-se. Elevando-se acima dos nacionalismos mundanos e das influências das doutrinas estrangeiras, o português revela-se capaz de abarcar e abraçar tudo, de todas as maneiras, para um “Paganismo Superior, um Politeísmo Supremo”, com um novo tipo de mentalidade que permite ser tudo, abrangendo todos os *ismos*.

Tendo em conta o sentido histórico de Portugal e as particularidades antropológicas do ser Português, Fernando Pessoa estatuirá o “transcendentalismo panteísta” como

⁵⁸ HEGEL *apud* CUNHA, R., “A Europa Culta e o Mar Português”, in *Revista Nova Águia*, n.º 11, 1.º semestre de 2013, pp. 40-41.

⁵⁹ QUADROS, António, *O Que É O Ideal Português*, Tempo de Pensar, Lisboa, 1962, pp. 35-37.

⁶⁰ PESSOA, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, *Op. Cit.*, pp. 40-41. Entrevistas a Fernando Pessoa.

corolário a ser atingido por Portugal e os Portugueses, que significa, segundo Paulo Borges, “um meta-sistema que envolve e transcende todos os sistemas, incorporando todas as teses e antíteses possíveis”⁶¹, onde “matéria” e “espírito”, “é simultaneamente real e irreal, existente e não existente”⁶². O transcendentalismo panteísta é uma “fusão de opostos”, de onde a futura criação social e civilizacional lusófona se deverá inspirar – o quinto império ou império cultural, devendo tornar-se simultaneamente “religiosa e política”, distanciando-se do cristianismo e sobretudo do catolicismo, aspirando ser “democrática e aristocrática” ao mesmo tempo, afastando-se do “comercialismo e materialismo radicais”⁶³. Nesta linha de ideias, o Quinto Império é a criação de *uma civilização espiritual própria*, que se deverá fundamentar, numa primeira fase, numa língua comum, a língua portuguesa. Numa segunda fase, apoiado nas premissas de um “humanismo universalista”⁶⁴ da cultura portuguesa, numa índole comum de fraternidade universal, na capacidade de plasticidade e de flexibilidade, bem como a capacidade antropológica de ser tudo, de todas as maneiras, a essência do imperialismo cultural será a “de converter os outros em nossa substância e o de converter os outros em nós mesmos”⁶⁵, para que seja possível iniciar uma convivência fraterna e de paz em todo o mundo.

Tendo presente o imaginário da mitologia lusíada, e assumindo o “mito” como “o nada que é tudo”⁶⁶, Pessoa endereçará o convite a todos os portugueses a fim de tentarem viver a verdade por que morreu D. Sebastião⁶⁷, como condição *sine qua non* para saírem da estagnação nacional e do “nevoeiro” existencial. Este império de paz e prosperidade no domínio humano e científico colocará em segundo plano as descobertas portuguesas como uma “imitação grotesca”, condenadas a um “mero ensaio”⁶⁸. O poeta assumirá que a criação do Novo Mundo, o Quinto império, é uma “criação portuguesa”, apoiada em mitos portugueses, não havendo mal para nos prepararmos para ela, ainda que não venhamos a tê-la⁶⁹.

⁶¹ BORGES, Paulo, *Uma Visão Armilar do Mundo*, Babel, Lisboa, 2008, p. 93.

⁶² *Ibidem*, p. 93.

⁶³ *Ibidem*, p. 95.

⁶⁴ CORTESÃO, Jaime, “O Humanismo Universalista dos Portugueses”, in *Obras Completas*, Portugália Editora, Lisboa, 1965.

⁶⁵ PESSOA, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, *Op. Cit.*, p. 31.

⁶⁶ *Idem*, *Mensagem*, *Op. Cit.*, p. 15.

⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 55. Conferir também o poema “Nevoeiro”, da obra *Mensagem*.

⁶⁸ BORGES, Paulo, *Uma Visão Armilar do Mundo*, *Op. Cit.*, p. 95.

⁶⁹ Cf. PESSOA, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, *Op. Cit.*, p. 33.

1.3. O Reino do Espírito Santo ou o Advento da Terceira Idade

Enquadrado na linha nacionalista providencialista do Padre António Vieira e no messianismo utópico de Fernando Pessoa, Agostinho da Silva considerará que a primeira ideia de Quinto Império surgiu com Luís de Camões, com a Ilha dos Amores. Será através da ilha dos amores que Agostinho perscrutará o ideal que a cultura portuguesa e lusófona deverá almejar, quando a “voz da Deusa” arrancou aos marinheiros as limitações do “tempo e do espaço” que acorrentam o homem para aquilo que ele não é, para os deixar viver a “aventura da fraternidade humana, de fazer que o mundo todo, conservando a sua diversidade, reconhecesse a sua unidade. Essa fundamentalmente não se fez. É a porta que se abre agora diante de nós”⁷⁰. Se escutarmos a “voz da Deusa”, segundo o pensador, conseguiremos escutar a “Idade do Espírito Santo”, idade onde não existe limitações do tempo e espaço, e que permitirá ser ao máximo, plenamente, aquilo que “para que se nasceu e que marca a sua individualidade”⁷¹. Segundo Agostinho, a profecia de Camões consiste no verdadeiro mundo a descobrir, “não a rota para a Índia nem a Índia, mas a Ilha dos Amores”⁷², compreendida como símbolo máximo da fraternidade e unidade universais, que se deverá conquistar.

Para além da Ilha dos Amores, o pensador vislumbrou na cultura portuguesa outros sinais evidentes, simbólicos e reais que permitem estatuir o Quinto Império enquanto possibilidade de uma nova forma de ser e de estar ímpar no mundo. O pensador sustenta a sua tese aludindo a momentos paradigmáticos da História de Portugal, como o Culto Popular do Espírito Santo, a organização política e económica da sociedade portuguesa, a coroação da criança imperador, a Ordem de Cristo, as heteronímias e o messianismo utópico de Fernando Pessoa, o messianismo profético de Padre António Vieira, a epopeia dos descobrimentos e a construção cultural do Brasil e dos outros países. Serão sobretudo por estes episódios marcantes as razões pelas quais o pensador estatuirá o Quinto Império enquanto possibilidade de se ser concretizado. O Quinto Império, na sua essência mais profunda e espiritual, anseia pelo desejo de uma antecipação do paraíso na terra. À semelhança da posição evidenciada por António Vieira, este paraíso, ou Reino dos Céus, ou Reino de Deus, aponta Agostinho, não é “um paraíso distante e vago”, mas um reino que há de vir aos homens e não os homens ao reino: “os textos são claros quando dizem é a

⁷⁰ Entrevista que Agostinho da Silva concedeu à RTP, no programa “Conversas Vadias”, CD 1, parte 2, com Adelino Gomes, jornalista do *Público*.

⁷¹ *Idem*.

⁷² SOUSA, Antónia, *O Império Acabou – E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, Casa Das Letras/Editorial Notícias, 2006, p. 33.

terra que os bons possuirão, não o céu”⁷³. Para Agostinho, o Reino de Deus quer dizer Reino Divino, isto é, “realização na terra do Pensamento de Deus”⁷⁴. Desta forma, o pensador vai apresentar o Cristianismo “como agente ressacralizador do devir humano (...) e remissor da humanidade”⁷⁵. Muito mais do que a arte, ciência, filosofia ou religião, o amor vale mais do que qualquer um destes empreendimentos. Agostinho considera que a ideia que os Gregos tinham de humanidade é “bastante estreita”. Muito mais do que pensamentos sobre o amor, ou o amor das ideias ou o amor da beleza, ou o mesmo o amor “que dá a morte de Sócrates”, Agostinho aborda um outro amor,

capaz de sacrificar todas as possibilidades de quem o sente, para que o inferior não fique na sua inferioridade. Há um amor que morre pelas linhas puras das estátuas, pela liberdade dos ginásios, pela eloquência das assembleias, pela dialética dos filósofos (...). Mas outro amor poderia talvez existir no mundo; não sei de quem o já tenha sentido, mas imagino que não é impossível: e se um dia surge na terra o amor em que penso – o amor que morrerá pelos escravos, pelos humildes, pelos vagabundos que nem sequer têm onde recostar a cabeça, o amor que se sacrifica por aqueles que parecem não ter mérito algum, então, quase tenho a certeza, a vida seguirá rumos que hoje nos parecem totalmente fechados⁷⁶.

Longe de pretender refutar ou esquecer os ensinamentos da Grécia, Agostinho acredita na inteligência grega fundida com uma cristandade universalista, pois “ (...) o pleno amor se não pode compreender senão ligado a um pleno raciocínio”⁷⁷. É necessário que “amor” e “inteligência” concorram “nesse esforço de aniquilar a vida, para que a dor desapareça”⁷⁸. É desta forma que o pensador estabelece uma simbiose com Padre António Vieira, quando este afirmou, a propósito da missão do Quinto Império, como um projeto para “converter e reformar o mundo, florescendo mais que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs”⁷⁹. Neste enquadramento, Agostinho irá retomar a visão da história da humanidade segundo Joaquim de Fiore, que aparece inscrita num contexto de eternidade

⁷³ SILVA, Agostinho, “O Cristianismo”, in *Textos e Ensaios Filosóficos I*, Âncora Editores, Lisboa, 1999, p. 73.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 77.

⁷⁵ PINHO, *O Essencial de Agostinho da Silva*, Coleção Essencial, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2006, p. 62.

⁷⁶ SILVA, A., “Conversação com Diótima”, in *Textos e Ensaios Filosóficos I*, Âncora Editores, Lisboa, 1999, p. 160.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 160.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 168.

⁷⁹ VIEIRA, António, “Defesa do Livro Intitulado Quinto Império, Que é A Apologia do Livro *Clavis Prophetarum*: E Respostas das Proposições Censuradas pelos Srs. Inquisidores: Dada Pelo Padre António Vieira Estando Recluso nos Carceres do Santo Ofício de Coimbra”, in *Obras Inéditas*, Vol. I-III, Editores Seabra & V. Q. Antunes, Lisboa, 1856, p. 33.

ligada ao conceito de Trindade, ou seja, no Pai, Filho e Espírito Santo. Para Joaquim de Fiore, a pessoa do Pai “se ligaria a uma tarefa fundamental de criação e organização do mundo”⁸⁰, à instauração da “ordem” e da “disciplina” no caos. Logo de seguida, preconiza uma idade do Filho, onde se fomentou não a disciplina, não a “subordinação político-militar”, não a “ordem”, mas a caridade e o amor, a “ajuda entre irmãos”, “o apagar-se para que o próximo veja como mais suportável a sua provação na vida”⁸¹. Por último, Joaquim de Fiore acreditava na vinda de uma Terceira Idade, uma idade em que a humanidade se libertará dos “impérios da disciplina” e das “obrigações do sacrifício”, uma idade em que imperará o amor ao próximo como a si mesmo, revelação anunciada por Cristo através do Evangelho de S. João, que refere a vinda do verdadeiro *Consolador*, o Espírito Santo: “[...] e com ele viesse o império da fraternidade, e uma rede de Amor envolvesse ao mundo inteiro e o fogo criador, supremamente livre, viesse determinar, à escala de todo o homem, a mesma explosão inventiva ou reveladora que dera origem ao universo”⁸².

O Quinto Império de António Vieira, entendido como a Consumação do Reino de Cristo na terra, torna-se, para Agostinho, a consumação da terceira idade no mundo, ou o advento do Reino do Espírito Santo, isto é, a “realização na terra do pensamento de Deus”. Na perceção agostiniana, o Culto Popular do Espírito Santo apareceu no século XIV através da Rainha Santa Isabel⁸³ e que se afirmou no século XV, culto este que ainda vigora nos nossos dias em Portugal e que se estendeu para os Açores, Brasil e Califórnia, tendo como ato fundamental a “coroação pelo povo de um imperador”, a maior parte das vezes uma criança, outras vezes um adulto (pobre), como prenúncio de uma idade nova que se inicia com a libertação dos presos e com um banquete aos pobres. Neste despertar para o Reino Novo, que aos olhos de Agostinho é o Reino de Deus, nenhum homem será privado da sua liberdade nem ninguém continuará submetido à miséria e à fome. Mas, mais importante ainda, é o gesto simbólico da coroação da criança-imperador que proclamará o modelo

⁸⁰ SILVA, A., “Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo”, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, p. 321.

⁸¹ *Ibidem*, p. 322.

⁸² *Ibidem*, pp. 322-323.

⁸³ É importante referir que as investigações de José Eduardo Franco a propósito das festas populares do Culto Popular do Espírito Santo apontam a entrada deste culto em Portugal num momento anterior à Rainha Santa Isabel e ao Rei D. Diniz, como comprovam diversos documentos escritos, isto é, nos primórdios do século XIII, tendo o culto sido provavelmente introduzido pelos devotos ligados ao franciscanismo espiritual. Mas como refere José Eduardo Franco, não se pode deixar de se reconhecer aos reis e sobretudo à rainha, o impulso e a promoção “que fizeram das solenidades do Espírito Santo festas muito populares”. Cf. FRANCO, J., “A Teologia da História de Joaquim de Flora e a Conceção da Idade do Espírito Santo”, in *Revista Portuguesa de Ciência Das Religiões*, ano I, nº 1, 2002, p. 86.

perfeito que ela é e que Jesus Cristo nos Anunciou, isto é, a ausência de preconceitos, o cultivo da bondade, a abertura total ao outro, a vida gratuita e alegre, a curiosidade sem limites, o acolhimento da imaginação, da fantasia e da criatividade plenas, que se constituem enquanto condições fundamentais para se caminhar para um “Paraíso Reconquistado” que, no entender de Agostinho, “mais reconquistaremos talvez pelo abandono do que pela vontade, pela paixão do que pela ação”⁸⁴. No entender agostiniano, este culto não representa somente um ato simbólico, folclórico e histórico da cultura lusófona, mas reveste-se de importância extrema para a “posição futura no mundo da cultura de Língua Portuguesa”⁸⁵. Com efeito, o pensador considera que atualmente vivemos uma época de transição de “uma economia capitalista para uma economia humanista” e que o ponto da situação atual da política, bem como de alguns movimentos teológicos, permite prever “um grande progresso de meios para a passagem a uma época de plena produção e de justiça distributiva...”⁸⁶, e que, por isso,

(...) põe como fundamental que se atente cada vez mais na terceira pessoa da Trindade e se entenda que de facto vão principiando a ser História os tempos em que a disciplina, a obediência, o dever tinham de ser os valores basilares; que se lhe vão seguir no mesmo destino aqueles em que o sacrifício, o amor fraterno, a caridade se viram como mais altos ainda; e que estamos no momento em que nos apercebemos dos primeiros alvares de uma idade em que os progressos das ciências e das técnicas nos estão libertando das fatalidades físicas e, por aí, das sujeições que subordinavam homem a homem e faziam que o espírito de cada um de nós nunca brilhasse com o fogo vivo das suas origens e não desse, senão em casos raros, aquela mensagem única que, por ser único, lhe competia transmitir⁸⁷.

Na convicção profunda de que os “Tempos de Liberdade vão raiar”, Agostinho considerará que a única missão do homem será de “inscrever no universo a sua marca criadora, fazer da vida inteira arte, ciência e religião, descobrindo no espírito as forças, as possibilidades e os recursos que até agora apenas temos procurado no mundo à nossa volta, rumando às Índias interiores e não àquelas que apenas se situam em quadrantes de tempo e espaço”⁸⁸. Segundo Agostinho, os tempos em que o homem é perspectivado meramente como uma peça na grande engrenagem mecânica do mundo, onde o homem é explorado pelo homem, vão acabar. O futuro da humanidade consiste em atingir a liberdade. O fim último do homem é ser livre: livre no pensamento, livre na ação, livre no espírito.

⁸⁴ SILVA, A., “Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo”, Art. Cit., p. 323.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 333.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 323.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 323.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 334.

A mensagem que a lusofonia poderá trazer ao mundo é que qualquer homem, acima de tudo, é a “criação mais bela do universo” e que a sua vida deverá ser uma “extensão da beleza da criação de Deus”⁸⁹. O Homem, imbuído de Amor desinteressado e genuíno, alimentado de compaixão e caridade, tornar-se-á uma “centelha do fogo divino”, instrumento de Deus livre e solto, que, desprendido das amarras do materialismo estéril, vive e sonha para a criatividade, vive e sonha para que o mundo seja um dia o melhor dos mundos possíveis, sonha e age para que todos possam ser livres como a criança que, brincando e imaginando, constrói o melhor dos mundos possível. Agostinho acredita que a grandeza ecuménica presente ao longo da história portuguesa, como são os momentos do culto popular do Espírito Santo, os templários da Ordem de Cristo e a universalidade da igreja portuguesa, aliados às características do lusófono em geral, são claros indicadores de um futuro promissor, não surpreendendo, por isso, que o filósofo acalente o desejo – ao longo da sua obra – do papel muito importante que a lusofonia pode desempenhar no mundo. Assim, o advento do Reino do Espírito Santo no mundo, a construção da terceira idade, a criação de um paraíso na terra, o quinto império só será possível se “não existir um quinto imperador”⁹⁰. Este paraíso poderá ser:

Todo o território da língua portuguesa. Os brasileiros poderão chamar-lhe Brasil e os moçambicanos poderão chamar-lhe Moçambique. É uma pátria estendida a todos os homens, aquilo que Fernando Pessoa julgou ser a sua Pátria: a língua portuguesa. Agora, é essa a pátria de todos nós. Quando se diz ter Portugal de fazer alguma coisa, o que tem de ser feito sê-lo-á por todos os homens de língua portuguesa. [...]. Todos estes povos têm de cumprir uma missão extremamente importante no Mundo⁹¹.

O quinto império, na perspetiva agostiniana, surge como uma “invenção portuguesa”⁹² que, impelida pela força do Espírito Santo, vislumbra um conjunto de povos unidos, não só por uma língua, não somente pelos laços entrelaçados de uma história conjunta, mas por uma missão a cumprir no futuro, função que Agostinho considera ser a grande “mensagem” da Língua Portuguesa⁹³ – que pode reinventar a idade de ouro. Em primeiro lugar, a primeira prioridade deverá recair na erradicação da fome e da miséria através de “exércitos

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 81-83.

⁹⁰ MENDANHA, Victor, *Conversas com Agostinho da Silva*, Editora Pergaminho, 1996, p. 55.

⁹¹ Cf., *Ibidem*, pp. 30-31.

⁹² PATRÍCIO, Manuel Ferreira, “Breve Testemunho sobre Agostinho da Silva”, in *Nova Águia, Revista de Cultura para o Século XXI*, N.º 3 – 1º Semestre de 2009, pp. 94-95. Confirmar também a entrevista que Agostinho da Silva concedeu à RTP, no programa “Conversas Vadias”, CD 1, parte 2, com Adelino Gomes, jornalista do *Público*.

⁹³ SILVA, A., “Há quem lhe proponha Chamar-lhe Docimologia”, *Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, Âncora Editora, Lisboa, 2001, p. 31.

operacionais”⁹⁴, uma vez que toda a opressão é vista como uma “diminuição de Deus”. Não poderá haver mais pobres no mundo, ninguém mais deverá passar necessidades materiais, ninguém jamais deverá sofrer consequências abomináveis na sua integridade física, mental e espiritual.

Em segundo lugar, propriedade coletiva da terra⁹⁵ e condenação da exacerbação do comércio. Este será um passo capital de extrema importância para o “Paraíso Reconquistado”, segundo Agostinho. Ninguém mais poderá passar pela angústia de não ter o que comer, ou de ter de se submeter à vontade dos outros homens com posses materiais e económicas. O mundo terá de ser de tal forma organizado para que a vida seja gratuita para todas as pessoas, assim como ela o é quando se nasce. Eis porque o banquete gratuito aos pobres, providenciado no Culto Popular do Espírito Santo, iniciado no século XIII, não é somente um ato simbólico, mas é revestido de extrema importância para a cultura lusófona.

Em terceiro lugar, no sentido de providenciar a liberdade total do homem, torna-se um imperativo colocar a tecnologia ao serviço do homem, para que ele, pela primeira vez na história, possa ter tempo livre. A tecnologia e as máquinas até agora inventadas têm estado ao serviço de um determinado sistema económico e financeiro⁹⁶ que desumaniza e escraviza o homem. Serão as máquinas que farão todo o trabalho pesado para o homem, será a tecnologia⁹⁷ que o poderá alimentar e lhe assegurar a qualidade de vida necessária para a sua subsistência⁹⁸. Nesta sociedade preconizada, nenhum homem poderá ser “alienado” pela sociedade, nenhum homem deverá exercer uma ocupação que não gosta.

Em quarto lugar, tendo em conta que o Quinto Império nascerá assim que restaurarmos a “criança em nós e em nós a coroarmos imperador”⁹⁹, torna-se necessário desenvolver uma educação que não deseduque nem seja demagógica, nem centrada no professor, isto é, que privilegie o desabrochar de todas as aptidões da criança, fomentando toda a sua criatividade

⁹⁴ SILVA, A., “Educação em Portugal”, in *Textos e Ensaios Pedagógicos II*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, pp. 135-137.

⁹⁵ Cf. SILVA, A., “Considerando o Quinto Império”, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, p. 252.

⁹⁶ Cf. SILVA, A., “Presença de Portugal”, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, p. 134.

⁹⁷ Cf. SILVA, A., “As Ocultas Razões”, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, Âncora Editora, Lisboa, 2001, p. 86.

⁹⁸ Cf. SILVA, A., “Educação em Portugal”, in *Textos Pedagógicos II*, Lisboa, 2000, p. 102.

⁹⁹ SILVA, A., “Considerando o Quinto Império”, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, pp. 255-256.

“para a criação de beleza”¹⁰⁰, em vez de ser formada para aquilo que se pretende que ela seja, um produto competitivo e acabado. É este o espaço privilegiado para “desamarrar” o indivíduo de todas as limitações que a sociedade lhe impôs, para, finalmente, aprender o que a humanidade ainda não sabe. O estudante é um investigador que pesquisará aquilo que lhe interessa e só recorrerá ao professor como orientador para procurar formular melhor as perguntas¹⁰¹. As grandes questões científicas que apoquentam o corpo humano, os flagelos ecológicos, sociais e políticos, os problemas energéticos, os grandes enigmas filosóficos e os dilemas fundamentais da humanidade serão aqui analisadas e tratadas. Por último, será através da educação que se deve instruir o homem sobre o que fazer do seu tempo livre e como pode ocupar o ócio.

Considerando o homem como “um templo de Deus, e o mais belo de todos”¹⁰², onde o saber ser e não o ter¹⁰³ é o sentido último de todas as coisas, será ele um destino que deverá ser orientado para conseguir viver a “vida plena”, em inteira comunhão com o divino, exercendo o seu direito de viver alegremente a vida, sem preocupações de ordem sensível e com inteira liberdade para criar “o que Deus ainda não criou”¹⁰⁴. O homem, sendo à imagem e semelhança de Deus, é, tal como Deus, um criador, uma “centelha do imenso fogo divino”¹⁰⁵, um “poeta à solta” que se estatui como todo o epicentro à volta do qual toda a sociedade se deve constituir. Para se concretizar na terra “o Pensamento de Deus”¹⁰⁶, dever-se-ão libertar todos os condenados das prisões, bem como todos os animais dos jardins zoológicos. Ninguém será excluído ou marginalizado, a não ser que se queira excluir. Por último, apelando à diversidade e criatividade de todas as culturas lusófonas, deve-se fundamentar um conjunto de políticas sem fronteiras que sirvam o indivíduo, um espaço, portanto, em que a verdadeira dimensão humana seja elevada ao máximo “do que poderá ser”¹⁰⁷, acalentando o “ideal de governo o não haver governo”, nem qualquer

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 257. Conferir também: REAL, M., *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, p. 43, e também PINHO, R., *O Essencial de Agostinho da Silva*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2006, p. 60.

¹⁰¹ Cf. SILVA, A., “Quinze Princípios Portugueses”, in *Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, p. 288.

¹⁰² SILVA, A., “Doutrina Cristã”, in *Textos e Ensaaios Filosóficos I*, Âncora Editores, Lisboa, 1999, p. 82.

¹⁰³ Cf. SILVA, A., “Considerando o Quinto Império”, *Art. Cit.*, p. 254.

¹⁰⁴ SILVA, A., “Presença de Portugal”, *Art. Cit.*, p. 131.

¹⁰⁵ SILVA, A., “Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo”, in *Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, p. 327.

¹⁰⁶ SILVA, A., “O Cristianismo”, in *Textos e Ensaaios Filosóficos I*, Âncora Editores, Lisboa, 1999, p. 77.

¹⁰⁷ SOUSA, Antónia, *O Império Acabou – E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, Casa Das Letras/Editorial Notícias, 2006, p. 33.

sistema de classes, esperando um “ideal de economia o de não haver economia, como não a havia no paraíso”¹⁰⁸. Este quinto império, o reino do Espírito Santo, só surgirá quando Portugal se “sacrificar” como nação e for apenas “um dos elementos de uma Comunidade de Língua Portuguesa”¹⁰⁹, que só se concretizará quando a fraternidade e unidade universais da Ilha dos Amores não for uma miragem, mas uma realidade irrevogável.

1.4. A Lusofonia

Com o termo Império surge inevitavelmente a imagem de todas as espécies de colonialismo português ou todos os impérios que desabaram ao longo da história. Quando se fala em Império, pode significar expansão e domínio e não é isso que se deve compreender da ideia de Quinto Império. Por causa deste facto, alguns autores, como Fernando Cristóvão, aludem ao termo Lusofonia¹¹⁰ em vez de “Quinto Império”, precisamente para evitar más interpretações ou ambiguidades. A Lusofonia, segundo Miguel Real, “corresponde a um campo geográfico-histórico e cultural abrangido por todas as nações, países, povos e comunidades falantes da língua portuguesa ou de um dialeto desta diretamente derivado”¹¹¹. A Lusofonia, mais do que ser um conjunto de países que falam uma língua comum, seja a língua materna, oficial ou de património, pode-se compreender como um projeto, ainda em construção, entre países que possuem uma afinidade histórica, cultural e linguística comum. No entanto, o conceito de lusofonia, tal como é compreendido, sobretudo pelos portugueses, é, como refere Fernando Cristóvão, “utopia criadora e realidade que se constrói todos os dias, formulada à volta do mito do Quinto Império”¹¹². Neste sentido, a construção da lusofonia enquanto projeto civilizacional, está associada, de um ponto de vista espiritual do pensamento português, a uma perspetiva quinto imperialista do mundo, ou seja, a um desejo de antecipação do paraíso perdido, ou, nas palavras do Padre António Vieira, à Consumação do Reino de Cristo na terra.

Inspirado nas profecias canónicas das sagradas Escrituras, de Daniel, Isaías e Zacarias, nas revelações feitas por Cristo a D. Afonso Henriques, nos feitos heroicos

¹⁰⁸ SILVA, A., “Considerando o Quinto Império”, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, p. 260.

¹⁰⁹ SILVA, A., “Um Fernando Pessoa”, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000, p. 117.

¹¹⁰ CRISTÓVÃO, Fernando, *Dicionário Temático da Lusofonia*, Op. Cit., p. 653.

¹¹¹ REAL, M., *A Vocaçāo Histórica de Portugal*, Prefácio de José Eduardo Franco, Esfera da Caos Editores, Lisboa, 2012.

¹¹² CRISTÓVÃO, Fernando, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Almedina, 2008, p. 61.

dos descobrimentos portugueses e nas profecias anunciadas por Bandarra, o padre jesuíta António Vieira não terá dúvidas em afirmar que os portugueses são um povo eleito por Deus e que a sua missão será a “converter e reformar o mundo, florescendo mais que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs”¹¹³. Por outras palavras, a missão exclusiva dos portugueses, de carácter nacionalista providencialista, será a de restaurar o paraíso perdido no mundo e de restabelecer a “idade de ouro”. Acrescenta-se que a primeira ideia deste “paraíso perdido” encontra-se na Ilha dos Amores, de Luís de Camões, que se estatui como o verdadeiro mundo a descobrir pelos portugueses, ou seja, a aventura da fraternidade humana e da unidade e amor universal, onde cada um poderá ser aquilo que é, sem limitações de tempo ou de espaço. Assim, o Quinto Império é a criação de uma *civilização espiritual própria*, como refere Fernando Pessoa, com o objetivo de fazer a “paz em todo o mundo”¹¹⁴. A paz no mundo, tal como refere o poeta, só será possível mediante a promoção de uma política “útil” ao serviço do bem-estar do povo e da justiça social, que, simultaneamente, proteja e incentive a ânsia natural de conhecer do ser humano, não lhe colocando nenhuma entrave para a liberdade espiritual, e que seja capaz de projetá-lo cada vez mais nos desafios e mistérios da ciência. Apoiado nas premissas de um “humanismo universalista da cultura portuguesa”, isto é, na capacidade de plasticidade e de flexibilidade, bem como na capacidade antropológica de “ser tudo e de todas as maneiras” dos portugueses, Pessoa retomarà o mito sebastianista para convidar os portugueses a assumirem a sua vocação histórica a fim de tentarem viver a verdade por que morreu D. Sebastião¹¹⁵. Assim, a aventura da fraternidade humana só será possível de alcançar através de um transcendentalismo panteísta, isto é, um “meta-sistema que envolve e transcende todos os sistemas, incorporando todas as teses e antíteses possíveis”¹¹⁶. O transcendentalismo panteísta é uma fusão de opostos, de onde a futura criação social e civilizacional lusófona se deverá inspirar, devendo tornar-se simultaneamente “religiosa e política”, distanciando-se do cristianismo e sobretudo do catolicismo, aspirando ser “democrática e aristocrática” ao mesmo tempo, afastando-se do “comercialismo e materialismo radicais”¹¹⁷, para dar lugar a

¹¹³ VIEIRA, António, “Defesa do Livro Intitulado Quinto Império, Que é A Apologia do Livro *Clavis Prophetarum*: E Respostas das Proposições Censuradas pelos Srs. Inquisidores: Dada Pelo Padre António Vieira Estando Recluso nos Carceres do Santo Ofício de Coimbra”, in *Obras Inéditas*, Vol. I-III, Editores Seabra & V. Q. Antunes, Lisboa, 1856, p. 33.

¹¹⁴ Cf. PESSOA, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, Alma Azul, 2008, p. 32.

¹¹⁵ PESSOA, F., *Mensagem*, Atualização Ortográfica de David Mourão-Ferreira, Revisão de Luís Santos, Américo Fraga Lamares e C^a, Lda./Livraria Civilização Editora, Porto, 1995, p. 55. Conferir também o poema “Nevoeiro”, da Obra *Mensagem*.

¹¹⁶ BORGES, Paulo, *Uma Visão Armilar do Mundo*, Babel, Lisboa, 2008, p. 93.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 95.

um quinto império cultural. Para enaltecer estes sinais na cultura portuguesa, interpretados por António Vieira e Fernando Pessoa, Agostinho da Silva invocará uma visão da história da humanidade segundo Joaquim de Fiore, que aparece inscrita num contexto de eternidade ligada ao conceito de trindade, ou seja, no Pai, Filho e Espírito Santo. Ultrapassadas a primeira e segunda idade na história (Pai e Filho), com a terceira idade virá o Reino do Espírito Santo, o império da fraternidade e do amor, ou seja, a “realização na terra do pensamento de Deus”, que o pensador considerará possível de alcançar pelos povos de Língua Portuguesa, se eles próprios se autoelegerem para este propósito. Para sustentar este ponto de vista, o pensador luso-brasileiro aludirá a outros momentos paradigmáticos da História portuguesa, como o Culto Popular do Espírito Santo, a organização política e económica da sociedade portuguesa, a coroação da criança imperador, a Ordem de Cristo, a epopeia dos descobrimentos, a construção cultural do Brasil e dos outros países lusófonos como um conjunto de factos ou “sinais” extremamente importantes para a posição da cultura portuguesa no futuro, que se constituem como “preâmbulo” da grande tarefa ainda por cumprir, a criação do Quinto Império Espiritual, o Reino do Espírito Santo ou, por outras palavras, a restauração do paraíso perdido na terra.

Contudo, como já foi referido, para evitar interpretações de tendência neocolonialista, Fernando Cristóvão propôs o termo lusofonia em vez de Quinto Império. Neste âmbito, a lusofonia apoia-se, naturalmente, na língua, que funciona como um elemento aglutinador entre as raças, nações e culturas distintas, estatuiendo-se, por isso, como a base nevrálgica da lusofonia, o “único canal privilegiado para a construção de um futuro comum”¹¹⁸. No entanto, embora a Língua Portuguesa seja considerada como o epicentro a partir da qual se desenrola a criação da lusofonia em todas as suas vertentes, não deixa de ser verdade que a lusofonia também “corresponde a um genuíno programa civilizacional de fundo”¹¹⁹, não deixando de ser uma criação essencialmente portuguesa, lusitana, que tem como pano de fundo uma ideologia de carácter utópico, mítico-religioso e de natureza escatológica, conceito este que, dada a sua polaridade, tem provocado reações controversas no panorama lusófono devido à sua ambiguidade e possível tendência neocolonialista.

¹¹⁸ REAL, M., *A Vocação Histórica de Portugal*, Prefácio de José Eduardo Franco, Esfera da Caos Editores, 2012, p. 135.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 135.

2. Capítulo II – A Realidade Política

2.1. A CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada a 17 de julho de 1996, através da realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A 20 de Maio de 2002, com a conquista da independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país da comunidade. Em 2014, a Guiné Equatorial juntou-se a esta comunidade, formando, atualmente, nove países¹²⁰. A CPLP constitui-se como um projeto político “cujo fundamento é a língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Nove – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum”¹²¹. Denominado nos seus estatutos como “o foro multilateral para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”, a CPLP tem como objetivos gerais a concertação político-diplomática nos domínios social, cultural e económico, e tem como diretivas específicas a saúde, a educação, a segurança alimentar e o ambiente, entre outros. Os Órgãos da Direção e Executivos da CPLP são: A Conferência de Chefes de Estado e de Governo; O Conselho de Ministros; O Comité de Concertação Permanente; O Secretariado Executivo. A CPLP tem como seu órgão executivo o Secretariado Executivo, que é dirigido pelo Secretário Executivo, eleito para um mandato de dois anos (com possibilidade de se estender por mais dois anos, mediante candidatura do estado membro cujo nacional ocupa o cargo). O Secretário Executivo é o grande motor da CPLP, cuja missão consiste, em linhas gerais, “empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objetivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento”¹²². É coadjuvado por um Diretor Geral.

2.2. Lusofonia e a CPLP

Em relação ao conceito de lusofonia e a CPLP, embora estejam intrinsecamente relacionados, existe uma particularidade que os distingue. Como refere Venâncio: “Lusofonia é vivência e a CPLP é vontade política”¹²³. Se a lusofonia constitui-se como um

¹²⁰ Ver mais informações em: www.cplp.org.

¹²¹ Informação disponível em: <http://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acedido a 11 de março de 2016, às 17: 52 horas.

¹²² Confirmar informação nos *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

¹²³ VENÂNCIO, José Carlos, “A Língua é a Grande Herança da Colonização”, in *Jornal Tribuna de Macau Online*, de 20 de junho de 2006. Informação Disponível em: http://www.jtm.com.mo/news/20060620/03local_d05.htm. Acedido a 11 de março de 2016, às 18:52 horas.

conjunto de países que têm uma língua comum, uma história e uma vivência em comum, que o tempo fez encontrar e desencontrar, não deixa de ser verdade que o conceito de lusofonia ainda comporta em si uma definição redutora e unilateral, isto é, lusa, com um discurso também unilateral e com uma agenda, quanto muito, construída a duas vozes, entre Portugal e o Brasil. De uma forma geral, o pensamento português ainda se revê na definição de Cristóvão, para quem a “Lusofonia é, simultaneamente, utopia criadora e realidade que se constrói todos os dias, formulada à volta do mito do Quinto Império”¹²⁴. Esta posição tem colocado muitos entraves no panorama internacional lusófono e tem dificultado a concertação político-diplomática da CPLP. Se, como refere Luís Fonseca, a “lusofonia poderá ser o cimento da CPLP”, neste momento ainda não o é. Pelo contrário: o conceito de lusofonia tem sido mais motivo de discórdia do que de união entre os países lusófonos. A começar pelo significado etimológico da palavra.

Alguns autores, como Fernando Cristóvão, aludem ao termo Lusofonia¹²⁵ em vez de “Quinto Império”, precisamente para evitar más interpretações ou ambiguidades. Em termos etimológicos, a palavra lusofonia está dividida em dois elementos: *Luso*, que quer dizer lusitano ou Lusitânia, português ou Portugal, e *fonia*, que significa fala, língua, falar. Ou seja, a língua do Luso. Na perspetiva de Cristóvão, “usar a palavra Luso, em vez de Português, é já uma forma de ultrapassar o nacionalismo e entrar no domínio do mítico e do simbólico”¹²⁶. Por outro lado, Lídia Jorge refere, a este propósito, a falta de consensos em torno do que é designado por lusofonia ou espaço lusófono:

A falta de consenso em torno da designação, ou a incapacidade até agora de se encontrar uma fórmula sintética que substitua a palavra criada a partir dos radicais Luso e Lusitano, transforma essa opacidade na metáfora de uma incomodidade mal verbalizada, e que no entanto molda a realidade. Percebe-se que o assunto constitui, ou encerra, um embrião por esclarecer num futuro próximo¹²⁷.

O significado etimológico da palavra lusofonia é ainda alvo de polémica e de contestação no seio da “família” lusófona. Segundo Alfredo Margarido, “a criação da lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar aos portugueses inquietos um futuro senão promissor, em todo o caso razões e desrazões para defender a lusofonia”¹²⁸. O argumento defendido

¹²⁴ CRISTÓVÃO, Fernando, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Op. Cit., p. 61.

¹²⁵ CRISTÓVÃO, Fernando, *Dicionário Temático da Lusofonia*, Op. Cit, p. 653.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 652.

¹²⁷ JORGE, Lídia, “Síntese dos trabalhos” in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, outubro de 2009, p. 352.

¹²⁸ MARGARIDO, Alfredo, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2000, p. 12.

é que, quer se trate do seu significado etimológico ou concetual, a “invenção da lusofonia procura com algum desespero” devolver uma parte do espaço colonial perdido a Portugal¹²⁹. Neste sentido, alguns autores consideram que o termo lusofonia é um termo circunscrito e fechado, porque diz respeito só a Portugal e não respeita a pluralidade das diferenças culturais que existem na “comunidade lusófona”.

A este propósito, José Eduardo Agualusa considera que a lusofonia é um termo redutor, porque diz somente respeito a Portugal, ao contrário do que afirma, como já notamos, Fernando Cristóvão¹³⁰. Na opinião do escritor luso-angolano, “(...) a expressão lusofonia não faz jus àquilo que a palavra deveria representar, não é como Commonwealth, que é uma expressão bonita e que vai para além da Inglaterra”¹³¹. Neste sentido, quando se invoca o “luso” na palavra lusofonia, o receio generalizado é a de que esta palavra não espelhe nem reflita a alteridade e as diferenças culturais das nações que compõem a CPLP, estatuiendo-se, desta forma, como uma palavra ambígua no imaginário cultural pós-colonial.

Para além de a lusofonia não ser uma palavra consensual¹³² quanto ao seu significado etimológico, também prevalece divergências quanto ao seu conceito intrínseco. No imaginário brasileiro, angolano ou são-tomense, ou em qualquer outro imaginário lusófono, a palavra lusofonia não tem o mesmo significado e muito menos tem a mesma “função simbólica” que tem para os portugueses. É só na perspetiva dos portugueses que a lusofonia tem essa “figura ideal de perfeição”¹³³. É devido a este vínculo utópico e obscuro que Eduardo Lourenço não terá dúvidas em afirmar que os portugueses conseguiram amalgamar “como poucas (nações) o destino da sua cultura ao destino da sua língua”¹³⁴, atribuindo, desta forma, uma conotação obscura à lusofonia, que tem provocado diferentes reações e críticas no seu seio. Esta noção de “portugalidade” associada à língua portuguesa estatuiu-se, segundo Alfredo Margarido, como uma forma de neocolonialismo, efetivando-se como

¹²⁹ *Ibidem*, p. 6.

¹³⁰ Cristóvão refere que “usar a palavra Luso, em vez de Português, é já uma forma de ultrapassar o nacionalismo e entrar no domínio do mítico e do simbólico” Cf. CRISTÓVÃO, Fernando, *Dicionário Temático da Lusofonia*, *Op. Cit.*, p. 653.

¹³¹ José Eduardo Agualusa *apud* POLZONOFF JR, Paulo (2004). Entrevista com José Eduardo Agualusa, 26 de Julho. Informação disponível em: <http://www.polzonoff.com.br/entrevista-com-jose-eduardo-agualusa.htm>. Acedido a 12 de setembro de 2015.

¹³² SILVA, Aguiar, “Contributos para uma Política de Língua Portuguesa”, in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009, p. 35.

¹³³ LOURENÇO, Eduardo, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Edições Gradiva, 2004, p. 180.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 123.

“o elemento central da alienação destinada a manter o escravo no seu lugar de sempre”¹³⁵. O destino da língua portuguesa, não se demarcando do destino da sua cultura, tem sido imposto de forma violenta aos outros, o que atesta o caráter etnocêntrico, neocolonialista e elitista do conceito de lusofonia. É, por isso, um erro comum atribuir à lusofonia um conceito acabado e plenamente desenvolvido, quando a maioria dos países lusófonos ainda não se pronunciou sobre esta temática.

Segundo o historiador angolano Carlos Pacheco, “a lusofonia não passa de um conceito vago, uma estratégia política e cultural sem qualquer correspondência com a alma e o sentir dos povos africanos. Incluindo o Brasil”¹³⁶. Para o historiador, o conceito de lusofonia, tal como é definida atualmente, nada diz aos povos africanos, porque a sua vivência foi e continua a ser outra:

A chamada lusofonia funciona como um espelho quebrado, no qual, em vez de países inteiros, apenas se distinguem fragmentos de geografias, estas localizadas no litoral de Angola e Moçambique, enquanto as comunidades no seu todo, as do interior, permanecem ocultas, pois a língua e a cultura portuguesa nada lhes dizem, os seus processos históricos foram outros¹³⁷.

A lusofonia, criada e desenvolvida pelo pensamento espiritual português, de uma forma geral, não tem encontrado sinergias com o pensar e o sentir de outros povos lusófonos. Pelo contrário, tem sido alvo de críticas e de desconfiança entre os seus pares lusófonos, tal como refere Carlos Pacheco: “os dirigentes africanos são os primeiros a não ter ilusões: eles sabem que a lusofonia não passa de um projeto historicamente adulterado, sem nenhuma simbiose com o imaginário dos angolanos e moçambicanos”¹³⁸.

Por este motivo, o ex-Secretário Executivo da CPLP, Luís Fonseca, em entrevista exclusiva a José Pinto, considera que é necessário chegar-se a um consenso daquilo que se entende por lusofonia. O embaixador defende que a “lusofonia é percebida de maneira diferente nos diferentes países de língua portuguesa e há necessidade de uma definição do conceito para que todos, quando nos referimos a ela, estejamos absolutamente de acordo sobre aquilo que significa”¹³⁹. Considerando que nenhum conceito é “fechado” e estanque, o embaixador argumenta que prevalece a necessidade de “defini-la com alguma precisão”, para não haver contradições.

¹³⁵ MARGARIDO, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Op. Cit., pp. 76-77.

¹³⁶ PACHECO, Carlos, “Lusofonia e Regimes Autoritários em África”, in *Público*, Lisboa, 3 de fevereiro de 2000.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ PINTO, José, Entrevista ao Ex-Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, in *Estratégias da ou para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*, Anexo I, Edição apoiada pela CPLP, Lisboa, 2009, p. 206.

Neste enquadramento, Neves advoga que “a lusofonia terá de ser entendida do ponto de vista de uma integração de valores culturais comuns que existam em todos os países de língua portuguesa e não deve ser entendido apenas como um produto da cultura portuguesa ou da cultura luso-brasileira”¹⁴⁰. Este é um trabalho que se impõe não só para a CPLP e para todos os organismos internacionais lusófonos, como também para a comunidade lusófona, a sociedade civil, os investigadores e estudantes. O conceito de lusofonia ainda está numa fase inicial, pós-colonialista, e carece de amadurecimento teórico e prático. Nesta senda, aponta-se para a necessidade de se incentivar e estimular a reflexão necessária em torno desta temática, que pode ser promovida pela CPLP, no sentido de se alcançar as convergências necessárias para se estabelecer pontes para o outro e para a tão ambicionada “comunidade lusófona”, se for esse o caminho desejado por todos. Como nos recorda Bondoso, faltam estudos “sobre o que realmente sabem e querem os povos lusófonos”¹⁴¹, ou seja, falta “harmonizar as diferenças”¹⁴² em torno deste conceito para que ele mesmo seja sinónimo de integração e de aproximação de culturas. Por outras palavras, o conceito de lusofonia terá de ser o símbolo máximo da confluência de energias entre nações e pessoas, constituindo-se como o sangue e a âncora da CPLP, estatuidando-se, desta forma, como o grande impulsionador da vontade política da comunidade. Como refere Luís Fonseca, a lusofonia “pode constituir o cimento da CPLP, mas este conceito tem de ser entendido de maneira o mais consensual possível para não ser objeto de rejeição ou contestação”¹⁴³.

Numa perspetiva geral, a indefinição deste conceito tem causado muitos problemas para a comunidade lusófona em geral e para a CPLP em particular. Embora a lusofonia e a CPLP sejam conceitos distintos, a falta de um consenso generalizado do que se entende por lusofonia tem influenciado as vontades políticas da comunidade lusófona, bem como o rumo das decisões neste seio. Como refere Fernando Cristóvão, a CPLP é um “órgão indispensável para o bom funcionamento e eficácia internacional da lusofonia”¹⁴⁴, mas que tem merecido mais “críticas” que “louvores”, “pela simples razão de que, sendo indispensável, dele se espera muito e se vê realizado pouco”¹⁴⁵.

¹⁴⁰ NEVES, F., *apud* PINTO, José, *Estratégias da ou para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*, Anexo I, Edição apoiada pela CPLP, Lisboa, 2009, p. 56.

¹⁴¹ BONDOSO, António, *Lusofonia e CPLP, Desafios na Globalização – Ângulos e Vértices ou Defeitos e Virtudes de Um Processo Intemporal*, Edições Esgotadas, (S/L), 2013, p. 54.

¹⁴² *Ibidem*, p. 65.

¹⁴³ PINTO, José, Entrevista ao Ex-Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, in *Estratégias da ou para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*, Anexo I, Edição apoiada pela CPLP, Lisboa, 2009, p. 206.

¹⁴⁴ CRISTÓVÃO, Fernando, “O Acordo Ortográfico entre ambiguidades e a passividade das instituições”, in *Ensaio Lusófonos*, Direção e Coordenação de Fernando Cristóvão, Edições Almedina, Coimbra, 2012, p. 15.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 15.

Pretende-se fazer notar que uma das razões para o “fracasso” prende-se quando não se sabe, de uma forma simples e clara, “o chão que se pisa”, ou os suportes em que se atua. Por outras palavras, a raiz da CPLP é a lusofonia. Se não se sabe quais são os fundamentos dessa base, ou se esses fundamentos não são sólidos e uniformes, ou se este conceito está distorcido ou incompleto, torna-se muito difícil almejar a criação e a união seja do que for. Muito menos a conceção de uma “civilização lusófona”.

Depreende-se que a CPLP tem investido os seus esforços, desde a sua criação, metaforicamente falando, em “areias movediças” porque as ações executadas por este organismo internacional dependem exclusivamente da vontade política de cada país, que, por sua vez, é influenciada pela noção que cada um tem ou não do termo lusofonia e do que simboliza a própria CPLP, independentemente dos seus estatutos.

2.3. A “Suspensão” do Conceito de Lusofonia

Tendo em conta o que foi referido, torna-se prioritário destacar na agenda internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa o “estimular” das diferentes perceções entre as diferentes nações para dois problemas, a saber:

- Se o termo lusofonia é o mais apropriado para o futuro desta comunidade lusófona, tendo em conta o seu significado etimológico. Como já foi referido, o termo poderá não refletir as diferentes realidades culturais dos países envolvidos, tal como a imprescindível alteridade. Poderá ser necessário alterar radicalmente a sua designação em prol de um bem comum.
- Em segundo lugar, afigura-se indispensável estimular as diferentes perceções sobre o que significa a lusofonia (ou qualquer outro termo entretanto alcançado) para cada país, para, na pluralidade e na diferença, se apurar as referências sociais, políticas e culturais comuns necessárias para a obtenção de um consenso geral em torno de uma definição uniforme, ainda que possa ser temporária. Estes pontos são extremamente sensíveis, voláteis e certamente não haverá uma conclusão inflexível ou irrevogável. O segundo ponto não dependerá somente da vontade política, mas também do envolvimento da sociedade civil e das investigações académicas levadas a cabo, que requerem tempo, experiência e maturidade.

Tendo em conta estas duas situações, defende-se que o conceito de lusofonia, atualmente, face a tantas críticas, não corresponde nem à diversidade de culturas, nem

a nenhuma forma de unidade partilhada pelos agentes, pelo que se deve apelar à sua “suspensão”. Por “suspensão” compreende-se a retirada de qualquer premissa que envolva unilateralmente “Portugal e os Portugueses e o Quinto Império”, bem como qualquer outra forma de discurso que possa representar para o outro uma imposição ideológica. Isto é, defende-se uma “suspensão” do conceito de lusofonia, não enquanto a “fala” do “luso”, mas como aquela que é subentendida como “utopia criadora e realidade que se faz todos os dias, formulada à volta do conceito de quinto império”. Considera-se, aliás, que o termo “lusofonia” deveria deixar de existir no discurso político internacional, para dar lugar a um outro termo consensual entre os países, que deverá ser um símbolo que exprima a abertura para a redescoberta do outro, das culturas e dos países, sem qualquer dogmatismo e/ou qualquer forma de neocolonialismo. Se Portugal construiu toda uma literatura “encantada” em torno dos descobrimentos, foi porque outrora ocupou um lugar privilegiado. A partir do século XV, Portugal navegou livremente num espaço livre, descobrindo territórios e pessoas, acumulando aventuras e desventuras, proezas estas que foram coroadas na sua literatura e imbuídas nas suas formas de pensar. Assim, no caso de Portugal, seria um erro querer apagar um conceito diacrónico, como se os pensadores portugueses em causa nunca tivessem existido e como se este termo em nada representasse em torno de um imaginário histórico e cultural. Por outro lado, este conceito, numa era secular, polissémica e multicultural, já não consegue escapar a um conjunto de críticas pós-coloniais. É necessário redescobrir este conceito, que a nosso ver terá de ter um outro termo, que seja sinónimo de consensos em torno de uma estratégia política lusófona. Assim, apela-se a uma suspensão do conceito de “lusofonia”, tal como é entendido pelo pensamento espiritual português, para dar lugar a um outro que simbolize a vontade política de todas as nações a fim de proporcionarem a todas as pessoas das diferentes nações a possibilidade de redescobrirem o outro, longe das ideias preconcebidas e da desconfiança mútua de outros tempos. A criação de uma nova expressão que substitua o conceito de lusofonia deverá ser representativa de um “começar do zero”, um novo começo nas relações diplomáticas, de uma harmonização das diferenças. Ou seja, considera-se que é imprescindível que se crie um símbolo que exprima o pioneirismo no campo das inter-relações humanas num contexto lusófono, desencadeado pela abertura gradual das suas fronteiras. Com este gesto, Portugal estaria a sacrificar-se enquanto nação, mas ao mesmo tempo daria um sinal de abertura para o outro num contexto pós-colonial, não como um empreendimento de “fachada”, mas como um ato verdadeiramente inspirador e revolucionário.

Neste caso, o discurso de um messianismo luso, tal como é entendido, deve ser suspenso, não porque não seja pertinente, mas porque tem originado contestações,

desconfianças e ressentimentos no seio das outras nações. Por outro lado, o desenvolvimento da literatura e do pensamento é elaborado à custa da experiência humana e, acima de tudo, da sua vivência. Dever-se-á, assim, desenvolver todas as condições políticas para que seja possível, um dia, a livre circulação lusófona e, com ela, o aparecimento de toda uma literatura e de todo um imaginário social e cultural. Afinal, para que os cidadãos possam ter uma ideia do que é a lusofonia (ou preferencialmente de um outro termo que o substitua), têm que ter a possibilidade para a testemunhar, experienciando-a.

Doravante, ainda se utilizará o termo “lusofonia” e “espaço lusófono” porque são os conceitos correntes que todos reconhecem. Não é um objetivo deste trabalho propor outras expressões que os substituam, senão dizer que esta situação depende das vontades políticas das nações que compõem a CPLP.

2.4. Os Obstáculos da CPLP

Se a “lusofonia é vivência e a CPLP é vontade política”, como referiu José Carlos Venâncio, falta a tão desejada vivência da lusofonia entre os povos lusófonos por forma a “inspirar” a vontade política. A lusofonia não é uma realidade para a maioria dos lusófonos porque ela não é vivida na sua plenitude, tal como nos descreve Marcolino Moco:

Um dos problemas que pareceu colocar-se, com alguma acuidade, para a CPLP, durante estes quinze anos (pelo menos é o que me é sempre apresentado, como crítico, pela comunicação social) é o da sua visibilidade perante os cidadãos de cada um dos nossos oito Estados. E a este aspecto crítico associa-se quase sempre, como causa, o aparente imobilismo da instituição, no domínio da livre circulação de pessoas e bens, que seria para muitos, a mais-valia essencial de uma organização dessa natureza, que deveria desembocar na criação de algo próximo do estatuto de cidadão da CPLP (ou do cidadão lusófono, como preferem outros)¹⁴⁶.

O ex-secretário-executivo da CPLP considera que um dos graves problemas para a CPLP é a da sua “visibilidade” perante os cidadãos, ou seja, o total desconhecimento das “massas” acerca da realidade política da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da lusofonia. Este ponto crítico diz respeito à total imobilidade da instituição em relação a um ponto sensível: a criação de um espaço lusófono e a livre circulação de pessoas nesse espaço. Com efeito, não existe “visibilidade” porque a lusofonia não é ainda uma realidade para a maioria dos cidadãos lusófonos. Não existe comunidade lusófona sem cidadania lusófona.

¹⁴⁶ MOCO, Marcolino, “CPLP, 15 ANOS de Existência/ Défices de Utilidade e Visibilidade ainda por colmatar”, in *Club-K – Notícias Imparciais de Angola*, 17 de junho de 2011.

Por outro lado, considera-se que a criação de um espaço lusófono e da cidadania lusófona é um empreendimento extremamente árduo e complexo. De uma forma geral, nos últimos anos, a opinião pública nacional e internacional tem vindo a tecer fortes críticas à incapacidade de Portugal e da CPLP para levar a cabo a criação da tão almejada “comunidade lusófona”, quando não estão devidamente informados nem conscientes das dificuldades e obstáculos que se tem pela frente. Neste aspeto, Alfredo Margarido alertou-nos das dificuldades para a criação desse espaço, que está ligado ao facto de, no caso de Portugal, ser membro da União Europeia, o que transfigurou Portugal e os portugueses como “guardas das fronteiras da Europa” desses “outros” do hemisfério sul. O autor considera que, por culpa própria de Portugal, a Europa constitui-se como uma das grandes entraves para a realização do projeto lusófono, porque se rege sobre tratados que impedem o acesso do outro à Europa¹⁴⁷. Com efeito, como é que “burocracia hipercentralizadora de Bruxelas”, como referiu Margarido, permitirá a criação de um espaço lusófono, permitindo, desta maneira, a entrada direta de mais de duzentos e cinquenta milhões de pessoas na Europa? Esta questão é válida tanto para a Europa, como para a América do Sul, África e Ásia. Este é seguramente um dos grandes problemas para Portugal e para a CPLP. A Portugal e aos portugueses, de uma maneira geral, não lhes interessa sair da União Europeia, mas, por outro lado, Portugal também não quer perder de vista os países “irmãos” do hemisfério sul. É uma posição delicada.

Para complexificar esta questão, é também importante referir as realidades económicas e sociais antagónicas entre as nações lusófonas, que, numa hipotética abertura de um espaço lusófono, poderá originar um fluxo migratório desmedido com consequências sociais imprevisíveis. A este propósito, Marcolino Moco considera que “Estas contrariedades têm a ver com os desequilíbrios, sobretudo nos planos económico e social entre os diversos Estados que constituem a Organização, poderiam provocar um desregulamento migratório de imprevisível dimensão”¹⁴⁸. Uma vez que os países lusófonos têm diferentes sistemas políticos, sociais e económicos, até agora tem prevalecido um certo receio e desconfiança entre os dirigentes políticos das diferentes nações sobre os possíveis desfechos sociais, cenário que têm inviabilizado a conceção de um espaço lusófono seguro, equilibrado e uniforme. Os acordos internacionais que permitem a circulação de pessoas entre as nações lusófonas apenas satisfazem, como nos lembra Moco, “eventualmente apenas a minoria privilegiada das nossas elites, sobretudo políticas, embora não só”¹⁴⁹.

¹⁴⁷ MARGARIDO, Alfredo, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Op. Cit., p. 15.

¹⁴⁸ MOCO, Marcolino, “CPLP, 15 ANOS de Existência/ Défices de Utilidade e Visibilidade ainda por colmatar”, in *Club-K – Notícias Imparciais de Angola*, 17 de junho de 2011.

¹⁴⁹ *Idem*.

2.5. A Concessão dos Vistos de Trabalho nos Países Lusófonos

A situação atual para obtenção de vistos de trabalho em qualquer país lusófono é moroso e excessivamente burocrático. No Brasil e em Portugal, tal como em Angola e Moçambique, é muito difícil a obtenção de um visto de trabalho. Para começar, para um potencial candidato ser admitido num emprego, é necessário uma solicitação feita pela empresa ou instituição interessada, o que coloca a procura de mão-de-obra nas empresas e nas instituições. Em segundo lugar, reunidas todas as condições e documentação entre empregador e candidato, o processamento dos vistos de trabalho podem demorar, de uma forma geral, entre três a seis meses. Muitas vezes, a passividade burocrática tem como consequências a perda de documentos por parte das embaixadas, e documentos cuja validade se expiram. A negligência institucional para atender determinados pedidos de concessão de vistos, tem como causa, de uma forma geral, não só a falta de competência dos seus executores, mas também a desorientação dos serviços devido às políticas intermitentes de concessão de vistos. No caso do Brasil, por exemplo, uma das exigências para o candidato obter um visto de trabalho passa por ter um contrato mínimo de dois anos¹⁵⁰, situação que faz com que as empresas tenham algum receio em empregar cidadãos estrangeiros, o que torna mais difícil para um potencial candidato arranjar emprego.

Também existem muitas dificuldades e obstáculos burocráticos em relação aos empresários que pretendem abrir um negócio ou uma empresa num país lusófono. No caso de Angola, abrir uma empresa pode demorar meses. À exceção dos grandes grupos internacionais de prestígio, abrir uma empresa em solo angolano requer um sócio de nacionalidade angolana. Tal como no Brasil, para além das burocracias incessantes, é também necessário assegurar as indemnizações devidas a um “despachante”¹⁵¹, uma figura nacional que serve de intermediário entre os órgãos públicos e o peticionário, para não se mencionar o pagamento de quantias avultadas que se faz às entidades para “acelerarem” o processo de abertura e legalização.

As dificuldades para a obtenção de visto de estudante também são várias. Em primeiro lugar, existem dificuldades acrescidas no que toca às equivalências nos planos curriculares entre os países lusófonos. Muitas vezes, em Portugal e em outros países, não aceitam candidatos africanos licenciados para ingressarem num determinada licenciatura ou mestrado porque “desconfiam” dos certificados de habilitações dos países de origem. Os planos curriculares de determinadas licenciaturas de um país não se adequam ao que é

¹⁵⁰ Informação disponível no *Diário de Notícias* de 19 de Maio de 2012.

¹⁵¹ *Idem*.

exigido por instituições superiores de outros países, situação que tem provocado embaraços no intercâmbio de estudantes no “espaço lusófono”. A maioria das vezes, os processos de candidatura dos estudantes é recusada pelas instituições. Noutras ocasiões, os estudantes são convidados para ingressarem noutros cursos que nada têm a ver com o pretendido pelo candidato, se este fizer as devidas equivalências. Para além do estudante carecer de uma declaração da escola ou universidade que comprova que o aluno está matriculado em tal instituição, o processo de obtenção de visto pode demorar alguns meses, o que, por vezes, faz com que o aluno perca o ano letivo. Os principais obstáculos são comuns ao que já foi referido para os vistos de trabalho.

2.6. CPLP: Cidadania e Circulação no Espaço Lusófono

A política confusa de concessão de vistos nos países lusófonos é um dos fundamentos das críticas à CPLP. Em causa está tudo aquilo que está por fazer, entre os quais, a instauração da livre circulação entre pessoas, bens e serviços no espaço lusófono. Embora os estados-membros da CPLP já tenham produzido alguns “instrumentos facilitadores”¹⁵² que promovem a circulação de pessoas, Fernando Cristóvão concluirá que, analisando as reuniões político-diplomáticas levados a cabo na CPLP, os temas e problemas só são tratados na teoria, e que a planificação e a concertação política e diplomática raramente dá conta dos meios e agentes necessários para se atingir os objetivos propostos¹⁵³.

Na opinião de José Filipe Pinto, “a análise do disposto nestes acordos não deixa dúvidas sobre a não existência de um espaço lusófono porque, por exemplo, os cidadãos lusófonos continuam a necessitar de vistos para se deslocarem num espaço que pretensamente lhes pertence, mesmo que essa deslocação seja motivada por problemas de saúde”¹⁵⁴. Por outro lado, estes acordos celebrados falham por diversas razões, uma das quais, como já

¹⁵² Acordo sobre a Concessão de Vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas; Acordo sobre a Concessão de Visto Temporário para tratamento médico a cidadãos da CPLP; Acordo sobre a isenção de Taxas e Emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da CPLP; Acordo sobre o Estabelecimento de requisitos comuns para a Instrução de Processos de visto de curta duração; Acordo sobre o estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída dos aeroportos para o atendimento de cidadãos da CPLP; Convenção de Extradicação entre os estados-membros da CPLP; Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados-membros da CPLP.

¹⁵³ CRISTÓVÃO, Fernando, “O Acordo Ortográfico entre ambiguidades e a passividade das instituições”, Art. Cit., p. 15.

¹⁵⁴ PINTO, José, *Estratégias da ou para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*, Anexo I, Edição apoiada pela CPLP, Lisboa, 2009, p. 183.

apontamos, tem a ver com a lentidão dos serviços de processamento de vistos, consequência da falta de vontade política por parte dos membros da CPLP. Por estes motivos, entre outros, Aguiar e Silva observa que a CPLP “morreu envolto na acta do seu nascimento”¹⁵⁵, percepção partilhada por Vasco Graça Moura, que considera a CPLP como “uma espécie de fantasma que não serve para rigorosamente nada, que só serve para empatar e ocupar gente desocupada”¹⁵⁶. Na perspetiva destes autores, os “instrumentos facilitadores” criados para promover a circulação de pessoas no espaço lusófono ainda estão aquém do esperado, não só porque existem problemas operacionais de uma forma geral, como também estas medidas estão longe de promover uma abertura clara das fronteiras entre os países lusófonos.

No estudo sobre “Cidadania e Circulação no Espaço Lusófono”, promovida pela CPLP, é referido que têm vindo a concretizar-se “medidas tendentes a facilitar a circulação dos cidadãos entre si”¹⁵⁷. Estas medidas, para além dos acordos celebrados pela CPLP entretanto referidos, são acordos bilaterais que visam sobretudo a supressão de vistos em “passaportes diplomáticos, de serviço e especiais”¹⁵⁸. Ou seja, são acordos entre Portugal e um país específico, onde as restantes nações lusófonas, por diversas razões que não possíveis de elencar, não estão envolvidas; acordos bilaterais em que, lembrando Marcolino Moco, estão reservadas à “minoría privilegiada das nossas elites, sobretudo políticas, embora não só”¹⁵⁹. Estes acordos biformes, criados no seio da CPLP, representam, para o “cidadão lusófono” em geral, a incapacidade da CPLP para alcançar um consenso geral entre as nações a respeito de uma determinada temática, situação que nada abona a favor do que deveria caracterizar a própria natureza da CPLP, nomeadamente, o seu estatuto de organismo internacional democrático, pluralista e multilateral. Não será possível para a CPLP promover um acordo multilateral em torno da supressão de vistos em passaportes diplomáticos, de serviços, entre outros?

¹⁵⁵ SILVA, Aguiar, Art. Cit., p. 34.

¹⁵⁶ MOURA, Vasco, “Sobre a Língua Portuguesa e Algumas Políticas Para Ela”, in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009, p. 298.

¹⁵⁷ Cf. *Estudo sobre Cidadania e Circulação no Espaço Lusófono*, p. 83. Disponível em www.cplp.org.

¹⁵⁸ Cf. *Estudo sobre Cidadania e Circulação no Espaço Lusófono*, p. 84. Os acordos bilaterais são: “entre Portugal e Angola, o Acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, de serviço e especiais; entre Portugal e Brasil, o Acordo sobre facilitação de circulação de pessoas e o Acordo sobre contratação recíproca de nacionais; Protocolo entre Portugal e Cabo Verde sobre cooperação no domínio da representação diplomática e consular. Acordo entre Portugal e a Guiné-Bissau sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, Acordo entre Portugal e Moçambique sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço e Acordo entre Portugal e São Tomé e Príncipe sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, de serviço e especiais”.

¹⁵⁹ MOCO, Marcolino, “CPLP, 15 ANOS de Existência/ Défices de Utilidade e Visibilidade ainda por colmatar”, in *Club-K – Notícias Imparciais de Angola*, 17 de junho de 2011.

Como refere António Bondoso, nos últimos anos tem-se vindo a falar de um quarto pilar na CPLP: o da cidadania¹⁶⁰. Numa perspetiva Geral, cada vez mais a CPLP tem vindo a ser pressionada pela comunicação social, pela sociedade civil e pela comunidade internacional a propósito da promoção da tão desejada circulação livre de pessoas num espaço lusófono. No entanto, no caso de Portugal, como se pode proceder à criação de um espaço comum lusófono e de um passaporte lusófono sem correr riscos de ser “expulso” da União Europeia ou de se originar um fluxo desmedido de migração entre os diferentes estados nações?

Em declarações recentes, António Costa, Primeiro-Ministro de Portugal, considera que há a necessidade de se investir no que é a “grande força da lusofonia: a relação humana única entre os povos”¹⁶¹. Assim, a favor do grande pilar da cidadania, António Costa defende a autorização de emissão de vistos de residência em cada um dos estados lusófonos. O Primeiro-Ministro de Portugal advoga que a “autorização de residência é regulada exclusivamente pela lei de cada um dos estados” e que, por isso, não entra em choque com os acordos de visto no espaço Schengen, porque com “a autorização de residência, os vistos estão dispensados”¹⁶². As declarações do Primeiro-Ministro Português tiveram eco imediato. A pesquisadora Beatriz Padilla considera que “se esta livre circulação acontecesse, o resto da Europa acabaria por reinstaurar as fronteiras com Portugal”¹⁶³. Por outro lado, Sandra Dias Fernandes argumenta ser possível a “coexistência entre a livre circulação com a União Europeia e a CPLP”, lembrando, no entanto, que esta posição deve ser “tratada antes em Bruxelas”¹⁶⁴. Sendo possível ou não a coexistência entre um espaço lusófono e o espaço Schengen, é necessário determinar o que o Primeiro-Ministro Português considera como “autorização de residência”, lembrando que, atualmente, para a obtenção de autorização de residência em Portugal, é necessário que o candidato tenha um contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho, as habilitações literárias para o efeito¹⁶⁵, a que se

¹⁶⁰ BONDOSO, *Op. Cit.*, p. 99.

¹⁶¹ Informação disponibilizada pela *Agência Lusa* a 24 de Janeiro de 2015, às 12:24. Informação disponível em: http://www.sapo.pt/noticias/ps-portugues-quer-edificar-pilar-da-cidadania_54c390969b457a632f2c7866. Acedido a 06 de março de 2016, às 17:40.

¹⁶² *Idem*.

¹⁶³ Informação disponibilizada pela *BBC Brasil* a 18 de dezembro de 2015. Informação disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_portugal_circulacao_paises_rm. Acedido a 28 de março, às 18:40.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ No caso de Portugal, confirmar no sítio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Informação disponível em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id_Linha=4771. Acedido em 01 de abril de 2016, às 19:45 horas.

junta um comprovativo de que o candidato dispõe dos meios de subsistência, alojamento e vínculos de parentesco, para não falar do registo criminal e da situação fiscal. Estes pré-requisitos são aplicados em todos os países lusófonos de uma forma geral, e pressupõem que o candidato já tenha passado no mínimo três anos a cinco anos de contrato com vistos de trabalho renováveis, embora se saiba, *a priori*, que os países em questão não cedem assim tão facilmente vistos de residência. Assim, invocando novamente a autorização de residência de António Costa, será importante saber quais os moldes com que se pretende negociar com os outros países lusófonos, quais os pré-requisitos para a autorização de residência, como, a quem e quando pode ser concedida. Uma vez que a hipótese de Portugal apresentar um candidato para o cargo de Secretário-Executivo da CPLP foi afastado, neste ano de 2016, por causa de um “acordo de cavalheiros”¹⁶⁶, aquando da criação da CPLP, que determinou que o país que tivesse a sede da CPLP não poderia apresentar a candidatura de um Secretário-Executivo, não se saberá ao certo para quando poderá surgir estas propostas do atual Governo Executivo Português.

Neste sentido, enquanto se aguarda as negociações e resoluções da possível “autorização de residência” num contexto lusófono, não se pode deixar de salientar as grandes dificuldades em torno desta questão, não só devido aos contratempos políticos europeus, africanos e sul-americanos com que esta temática se vai deparar, como também as assimetrias económicas e sociais dos países da CPLP que, como já foi referido, originarão fluxos migratórios desmedidos, com consequências imprevisíveis para as nações. Embora já se comece a avistar a vontade política para a tão almejada cidadania lusófona, este ponto da agenda lusófona requer prudência e determinação. Afinal, a instabilidade política, económica e social dos países lusófonos continuam a impor um clima de desconfiança e suspeição em relação a um possível espaço lusófono partilhado. Em causa estão nações que

¹⁶⁶ Na notícia avançada pela *Agência Lusa*, no dia 07 de março de 2016, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, indicou que “há um acordo verbal que estipula que o país que acolhe a sede da CPLP abdicaria de apresentar candidatura para secretariado executivo e apelou à negociação na comunidade para a eleição”. Da mesma forma, o Ministro das Relações Exteriores Angolano, Georges Chikoti, considerou que face ao “acordo de cavalheiros” que existe desde a criação da CPLP, determinou que o país que acolhesse a sede da CPLP não podia apresentar uma candidatura ao órgão executivo da CPLP, tal como outras instituições internacionais, como a *Commonwealth*, as Nações Unidas, a Francofonia, a União Africana. Logo, Portugal não pode apresentar um candidato a Secretário-Executivo. Cf. *Observatório da Língua Portuguesa*, 14 de março de 2016. A solução diplomática encontrada pela CPLP foi a de aceitar a proposta de candidatura para Secretário-Executivo do país que se segue a Portugal por ordem alfabética, São Tomé e Príncipe, que terá um mandato de dois anos, para depois assumir o cargo por um mandato também de dois anos. Cf. *Observatório da Língua Portuguesa*, 19 de março de 2016.

só recentemente saíram de guerras violentas e traumáticas, países “novíssimos”¹⁶⁷, no dizer de Celso Cunha, que estão em busca da sua identidade nacional e afirmação internacional; nações que vivem ou sobrevivem à custa das intermitências do preço do barril do petróleo; países que têm um índice de desenvolvimento humano e uma esperança média de vida muito baixas; países cujas populações subsistem no limiar da pobreza, onde as crianças crescem subnutridas, sem acesso à educação ou a cuidados mínimos na saúde. Tendo em conta as realidades distintas nos países lusófonos, para a maioria dos cidadãos de cada estado membro, de uma forma geral, o tema da lusofonia é irrelevante e não ocupa lugar nas suas vivências quotidianas. O mesmo se pode dizer em relação à vontade política. Alguns governantes, por motivos políticos ou outros, não querem ou têm receio de revelar aos outros os problemas dos seus países nos campos da saúde, na educação, na construção civil, o que torna difícil a compreensão mútua entre estados e o diálogo coordenado que vise a criação de medidas de cooperação bilateral ou multilateral. A corrupção, o fosso entre os muito ricos e muito pobres, as diferenças políticas entre as nações e a conjuntura internacional está a fazer com que talvez ainda não seja possível conceber, para já, um passaporte lusófono a mais de 250 milhões de pessoas. Prevalece um “medo” político das possíveis consequências que a concessão de um passaporte lusófono possa originar, bem como prevalece a crença, também ela generalizada, de que as “massas” não estão preparadas para circular num espaço lusófono ou a de que elas circulariam nesse espaço com base em interesses económicos sazonais, de acordo com o melhor momento económico deste ou daquele país.

Por outro lado, não se pretende dizer com isto que a livre circulação de pessoas no espaço lusófono não seja possível. Nem tão pouco defender de que não é possível a criação de um passaporte lusófono. Como já foi apontado, tudo depende das vontades políticas e de uma diplomacia coordenada. Porém, de acordo com o que já foi referido, a criação do passaporte lusófono não será possível neste momento. Contudo, há tudo por fazer entre as nações para que se crie as condições necessárias para que, um dia, o passaporte lusófono seja uma realidade e não uma miragem.

No entanto, é possível, neste momento, promover um conjunto de medidas políticas que visem a circulação, em dimensões consideráveis, de profissionais de saúde, de educação e dos estudantes num espaço lusófono, com objetivos específicos e bem delineados¹⁶⁸ e

¹⁶⁷ CUNHA, Celso, *Uma Política do Idioma*, Editora São José, Rio de Janeiro, 1964, p. 34.

¹⁶⁸ Na opinião de Rui Moura Ramos, neste momento “é difícil instaurar uma livre circulação de pessoas na CPLP”. O professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra observa que esta situação deve-se ao facto de Portugal pertencer à União Europeia e que, por isso, não tem “as mãos livres para negociar esses acordos”. Por outro lado, indica que “mais simples é facilitar,

com base num princípio de solidariedade ativa transnacional. Para o efeito, Considera-se essencial continuar a incentivar a coordenação de eixos estratégicos que os países da CPLP consideram fundamentais para a cooperação multilateral. De acordo com os estatutos da CPLP, áreas como a saúde e a educação¹⁶⁹, são consideradas prioritárias entre os países para se atingir não só os objetivos da CPLP, como, em simultâneo, são pontos específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁷⁰.

O que se propõe, nesta fase, é a obtenção de um consenso diplomático em torno destes eixos fundamentais com vista a uma coordenação entre fronteiras de profissionais da investigação, da educação e da saúde. Isto é, defende-se um intercâmbio multilateral dinâmico e permanente de professores, investigadores, alunos, médicos, enfermeiros, entre outros, no espaço lusófono, para se atingir os objetivos da pós-agenda de 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a nova agenda que pretende finalizar no ano de 2030, o que os países não conseguiram concluir com os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, em 2015.

Tendo em conta as prioridades dos objetivos desta agenda, pode-se, através de uma ação concertada entre as nações, ir ao encontro das reais necessidades de cada país e suprimi-las com o reforço de cooperação para o desenvolvimento. Assim, através de um permuta permanente de profissionais entre estados lusófonos, procurar-se-á enfrentar os principais problemas que afligem a maior parte dos países e que se inscrevem na agenda dos ODS. A CPLP teria como responsabilidade a concertação política e diplomática entre os países, delegando depois a coordenação das respetivas áreas para os organismos internacionais criados para o efeito.

No caso do ensino superior, esta resolução pressupõe a coordenação por parte um organismo internacional entre os Ministérios do Ensino Superior e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de cada país (ou um representante). A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) poderá assumir-se como responsável na coordenação entre instituições do ensino superior no espaço lusófono.

mediante reciprocidade, o exercício de atividades profissionais para que cidadãos da CPLP possam exercer livremente determinada profissão em Portugal e cidadãos portugueses exerçam também noutros países desta comunidade”. Informação disponível em: <http://observalinguaportuguesa.org/e-dificil-instaurar-livre-circulacao-de-pessoas-na-cplp/>. Acedido a 25 de junho de 2016, às 18:44 horas.

¹⁶⁹ Conferir informação no sítio da CPLP: <http://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acedido a 19 de março, às 18:14 horas.

¹⁷⁰ Confirmar *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* in <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acedido a 4 de abril de 2016, às 18:18 horas.

A coordenação da saúde, poderá ficar a cargo por parte um organismo internacional que terá de ser criado para o efeito, por forma a assegurar a coordenação entre os Ministérios da Saúde e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de cada país (ou um representante).

Obviamente que existirão outros meios de coordenação político-diplomática para atingir os mesmos fins, mais simples e eficazes. É importante esclarecer que o intercâmbio de profissionais da educação e da saúde no espaço lusófono não resolverá todos os problemas. Por isso mesmo, tendo em conta as reais necessidades dos países lusófonos, é necessário criar as condições que permitam assegurar a circulação lusófona entre os cidadãos, agilizando o processo de concessão de vistos entre todos os países lusófonos, de forma a reduzir o tempo de espera e também a burocracia. É necessário criar os instrumentos necessários para que os profissionais liberais que pretendem abrir um negócio ou uma empresa num país lusófono não tenham quaisquer obstáculos. A disponibilização clara de informação e a abertura de uma rede de balcões físicos e *online*, que permitam a constituição de uma empresa na hora, afiguram-se fundamentais. É absolutamente imprescindível criar instrumentos para que os alunos que pretendam estudar noutro país não tenham de ficar tanto tempo à espera de um visto de estudante, com impedimentos de ordem tecnoburocrata. Por fim, é igualmente importante reduzir a burocracia e o tempo de espera para obtenção de um visto de trabalho para qualquer cidadão lusófono, que não seja superior a duas semanas. Estas medidas não farão sentido se não se sensibilizar as nações lusófonas a abrirem as “portas” da sua casa, a fim de promoverem a abertura de concursos internacionais, tanto a nível público como privado, incentivando a livre circulação lusófona.

3. Capítulo III – A Educação no Espaço Lusófono de Ensino Superior

3.1. A AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa foi fundada no dia 26 de Novembro de 1986. É uma associação não-governamental internacional criada em Cabo Verde, na Cidade da Praia, em 1986. Neste momento, tem sede em Lisboa, e conta mais de 140 membros nos países de língua oficial portuguesa. A AULP tem como objetivo promover “a colaboração multilateral entre as universidades dos países de expressão portuguesa” no “sentido de consolidar laços e promover ações conjuntas entre os seus membros”¹⁷¹. Tem também como objetivo a de estimular “a investigação e o intercâmbio de alunos e docentes”¹⁷². São órgãos da associação: a Assembleia-Geral; o Presidente da Associação; o Conselho de Administração; o Conselho Fiscal. A duração dos mandatos é de três anos, sendo que o Presidente da Associação não pode ser reeleito¹⁷³.

3.2. Críticas à AULP

A AULP tem sido muito contestada no panorama lusófono. Em causa está, para além da sua parca visibilidade, a pouca “ambição” que esta associação tem demonstrado em várias vertentes, seja na recolha de informação das instituições de ensino superior, seja na troca de informação entre universidades, ou no intercâmbio entre professores. Na perspetiva de Fernando Cristóvão, “o intercâmbio entre as universidades deve ser mais ambicioso”¹⁷⁴. O autor considera que esta associação deverá ser mais eficaz para compor um “volume informativo de todas as universidades e cursos do espaço lusófono”¹⁷⁵, e capaz “de estimular reflexões em conjunto de conceitos como humanismo, a lusofonia e os valores comuns”¹⁷⁶. De acordo com Adriano Moreira, a afirmação de um espaço lusófono de ensino superior é indispensável para o desenvolvimento das instituições, universidades e professores. A sugestão de Adriano Moreira é que “devemos fortalecer a rede das universidades em todos estes espaços”¹⁷⁷, no seguimento do exemplo europeu (Processo de Bolonha).

¹⁷¹ Informação disponível em: http://aulp.org/A_AULP. Acedido a 4 de abril de 2016, às 19:00.

¹⁷² *Idem*.

¹⁷³ Ver Estatutos da AULP: <http://aulp.org/Estatutos>.

¹⁷⁴ CRISTÓVÃO, Fernando, “O Acordo Ortográfico entre ambiguidades e a passividade das instituições”, Art. Cit., p. 21.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 21.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 21.

¹⁷⁷ MOREIRA, Adriano, “Políticas da Língua Portuguesa”, in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009, p. 293.

Com efeito, Moreira recorda outrora o regime universitário europeu, que era completamente “arquipelágico”: cada instituição permanecia sozinha, sem qualquer articulação com outras instituições. O mesmo se tem passado com os institutos superiores e as universidades no espaço lusófono. Ainda neste enquadramento, Vasco Graça Moura compreende que “outra iniciativa que Portugal deve tomar é a reativação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que poderia e deveria elaborar uma proposta para a criação de um espaço lusófono de graus académicos, sobretudo a nível de mestrado e de doutoramento”¹⁷⁸. Para finalizar, Inocência Mata lamenta que a CPLP, fundada em Julho de 1996, ainda não tenha conseguido assegurar a “livre circulação de intelectuais, professores e bens culturais” entre os seus países-membros¹⁷⁹.

Este conjunto de posições permite-nos equacionar até que ponto será possível a criação de um espaço lusófono de ensino superior bem articulado, estruturado, operacional e flexível, enquadrado num mundo globalizado. Importa considerar, em primeiro lugar, que a criação deste espaço lusófono de ensino superior depende das vontades políticas e da conciliação político-diplomática. Assim, o local apropriado para esta concertação política é na CPLP. No entanto, a percepção com que se fica ao se tomar contato com as informações *online* nos respetivos sítios da internet, tanto da CPLP como da AULP, é a distância com que se separam ambos os organismos. De acordo com a informação disponível no sítio da AULP, é referido que “uma das prioridades de desenvolvimento da AULP tem apontado para o reforço das relações desta associação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual é Observador Consultivo (...)”¹⁸⁰. Por outro lado, na notícia avançada pela *Agência Lusa*, no dia 11 de março de 2016, refere que “Portugal vai reforçar aposta na mobilidade académica na CPLP”¹⁸¹. No corpo de texto da notícia, são várias as declarações registadas de diversos protagonistas, mas não aparece qualquer referência à AULP. A aparente divisão ou a falta de entrosamento entre a CPLP e a AULP em nada tem contribuído para o amadurecimento de um ponto extremamente sensível e comum a ambos: a circulação de professores, investigadores e estudantes. Para se levar avante esta iniciativa, é indispensável as contribuições que cada organismo terá para oferecer, fruto das diferentes experiências acumuladas por cada um ao longo dos anos, que só será possível mediante uma coordenação plenamente desenvolvida e articulada.

¹⁷⁸ SILVA, Aguiar, Art. Cit., p. 35.

¹⁷⁹ Informação disponível em: www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=553&catogory=CPLP. Acedido a 06 de março de 2016, às 14:46.

¹⁸⁰ Informação disponível em: http://aulp.org/A_AULP. Acedido a 5 de abril de 2016, às 10:28 horas.

¹⁸¹ Informação disponível em: <https://www.lusamultimedia.com/newsletters/arquivo/boletim-mocambique-teste/16-70/>. Acedido a 5 de abril de 2016, às 10:50 horas.

3.3. A Coordenação entre a CPLP e a AULP

Esta possível coordenação bilateral entre a CPLP e a AULP poderá assentar num conjunto de eixos fundamentais com vista à promoção de um espaço lusófono de ensino superior. Para se atingir este propósito, é necessário auscultar e sensibilizar todos os Estados-Membros para a possibilidade de se avançar para a criação de um espaço lusófono de ensino superior, com base na Declaração de Fortaleza de 26 de maio de 2004¹⁸². Este acordo expresso na Declaração de Fortaleza não produziu efeitos concretos nem medidas determinadas, quer na mobilidade de professores, quer na cooperação multilateral. Em resumo, a Declaração de Fortaleza representou um “fracasso” em todos os domínios. Este documento serve apenas para ilustrar aquilo que não se fez por falta de vontade política dos Estados-membros e tudo aquilo o que se encontra por fazer.

A criação de um espaço lusófono de ensino superior e a mobilidade académica permitirá, como afirmou a Secretária de Estado Portuguesa dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, dar “um passo fundamental na senda de uma cidadania da CPLP”, para “uma futura mobilidade acrescida de cidadãos no seio da comunidade”, que pressupõe “a partilha de conhecimentos e experiências”, o “reconhecimento do papel fundamental da língua portuguesa (...) na utilização no âmbito da ciência, da inovação, das novas tecnologias de informação e da internet”¹⁸³. Promoverá, similarmente, o enriquecimento da bagagem cultural, uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação à mudança, a partilha de saberes científicos e experiências culturais, o contato com novas culturas e povos, a difusão da língua portuguesa, a aprendizagem de novos métodos de trabalho e também mais oportunidades para a obtenção de emprego.

A perceção do atual Secretário Executivo da CPLP, Murade Murargy, é a de que a mobilidade académica é prioritária para a CPLP, pois a “capacitação humana é essencial para o crescimento económico, para a redução das desigualdades, para a coesão social e para a melhoria das condições de vida e do bem-estar dos nossos cidadãos”¹⁸⁴. A sensibilização das vontades políticas para a reativação dos princípios e compromissos da Declaração de

¹⁸² Ver Anexo 1 – A Declaração de Fortaleza. A Declaração de Fortaleza é uma declaração dos Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior da CPLP, que teve como prioridades a promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos; a cooperação no domínio da estrutura das formações superiores, entre outras, num espaço de dez anos, ou seja, de 2004 a 2014.

¹⁸³ Confirmar informação no Observatório da Língua Portuguesa, secção Notícias de 11 de março de 2016. Informação disponível online: <http://observalinguaportuguesa.org/portugal-vai-reforçar-aposta-na-mobilidade-academica-na-cplp/>. Informação acedida no dia 5 de abril, às 12:30.

¹⁸⁴ *Idem*.

Fortaleza – que implicará delongas e contratempos, consequências da necessária alteridade e flexibilidade que deve presidir na coordenação política e diplomática deste processo –, poderá permitir o desenvolvimento de uma nova agenda pós 2014, que vise a implementação de um espaço lusófono de ensino superior, com base nos seguintes pontos:

- Criação de Sessões Informativas e composição de uma base de dados com as instituições de ensino superior lusófono e respetivos cursos, bem como as necessidades humanas, bibliográficas e materiais. Numa segunda fase, a organização de colóquios, palestras, seminários e conferências;
- A harmonização dos currículos do espaço lusófono de ensino superior em todos os ciclos de estudo;
- A Promoção da Mobilidade de professores, investigadores e alunos.

3.3.1. Proposta da Primeira Linha de Ação: A Composição de um Volume Informativo

Após o acordo político multilateral para a criação de um espaço lusófono de ensino superior, será necessário, numa primeira etapa, apostar na conceção de sessões informativas por parte dos governos dos Estados-Membros, da AULP e da CPLP, acerca dos compromissos da nova agenda pós 2014, a todas as instituições de ensino superior nos respetivos países. Os governos poderão acionar os seus mecanismos internos para o efeito. A AULP poderá aproveitar a sua base de dados dos seus associados para promover esses encontros, e utilizar a sua experiência para sensibilizar outras instituições que ainda não estejam incluídas ou associadas. O objetivo é, tomando as palavras de Fernando Cristóvão, não só informar as instituições e sensibilizá-las para este projeto lusófono, como também a de compor um “volume informativo de todas as universidades e cursos do espaço lusófono”¹⁸⁵. Neste sentido, já existem projetos na CPLP que visam impulsionar “o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade académica e a formação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento dos Estados-membros”¹⁸⁶, como, por exemplo, o projeto RIPES – Rede de Instituições Públicas de Educação Superior para a Cooperação na CPLP, submetido pelo Brasil, através da UNILAB (Universidade

¹⁸⁵ CRISTÓVÃO, Fernando, “O Acordo Ortográfico entre ambiguidades e a passividade das instituições”, Art. Cit., p. 21.

¹⁸⁶ MURARGY, Murade, “Cooperação e desenvolvimento nos países lusófonos: o papel das universidades”, XXIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 9, 10 e 11 de junho de 2013, pp. 4-5.

da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), que “constitui um exemplo da forma de atuação que a CPLP pretende implementar”¹⁸⁷. O projeto RIPES tem como estratégias seis pontos fundamentais: a comunicação e articulação entre as instituições públicas de ensino superior; a criação de um sistema de mobilidade de docentes e discentes; o fortalecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino superior; entre outras¹⁸⁸. Segundo as informações disponíveis no sítio da RIPES, as ações promovidas até ao momento encontram-se na primeira fase. Até agora, foram desenvolvidas “missões de articulação, adesão e de constituição da RIPES”¹⁸⁹ com as instituições parceiras, os Ministérios da Educação e Ensino Superior, empresas e organismos internacionais, docentes, pesquisadores, estudantes e gestores. Embora estas iniciativas levadas a cabo pela Unilab e CPLP sejam profundamente importantes para a consolidação da rede de instituições de ensino superior no espaço lusófono, considera-se, no entanto, que se deve incentivar cada vez mais as sinergias dos projetos desta natureza e envergadura com mais instituições e organismos internacionais, como a AULP. Independentemente de como esta ação seja concretizada, importa que os objetivos sejam alcançados e que tudo seja feito para se ter disponível um “volume informativo” de todas as universidades e cursos no espaço lusófono.

Com o mesmo grau de importância, acrescentar-se-ia uma base de dados das efetivas necessidades de recursos humanos, como investigadores e professores, bem como as necessidades materiais, bibliográficas e tecnológicas de cada instituição. As funções de auscultação e a criação de uma base de dados a respeito das eventuais necessidades das instituições e universidades em relação a livros, obras científicas e revistas, entre outros, poderá caber ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) que, em parceria com a AULP, deverão certificar-se de que essas privações auscultadas são, de facto, necessidades reais das instituições.

Numa segunda fase, incentiva-se a AULP para a organização de colóquios, palestras, seminários, conferências¹⁹⁰, enquadrado num determinado período de tempo e na temática em questão, com publicações dos livros de atas, para posterior estudo e reflexão. Isto é, caberá às universidades e instituições de ensino superior “propor” o formato do futuro espaço lusófono de ensino superior.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 6.

¹⁸⁸ Informação disponível em: <http://www.ripes.unilab.edu.br/index.php/apresentacao/>. Acedido a 06 de abril de 2016, às 11:19 horas.

¹⁸⁹ *Idem*. Acedido a 06 de abril de 2016, às 11:23 horas.

¹⁹⁰ Como, por exemplo, o XXVI Encontro da AULP, Díli, Timor Leste 2016, com o tema: *Mobilidade Académica e Globalização no Espaço da CPLP e Macau*, que se vai realizar nos dias 29, 30 de junho e 1 de Julho de 2016. A AULP tem promovido bastantes encontros, palestras e colóquios sobre o tema em causa e não só.

3.3.2. Proposta da Segunda Linha de Ação: A Harmonização dos Currículos do Espaço Lusófono de Ensino Superior

Uma vez atingido alguma maturidade a nível teórico, e havendo uma base de dados das instituições, universidades e cursos do espaço lusófono, bem como, das principais dificuldades e carências das instituições em relação a professores, investigadores, auxiliares e obras científicas, será necessário harmonizar, em primeiro lugar, os currículos no espaço lusófono. Haverá, com certeza, várias formas para levar a cabo este ponto sensível, mas as propostas advindas dos centros académicos, instituições de ensino superior, universidades, docentes, investigadores e gestores serão decisivas. Com base nestas contribuições, o debate acerca da tipologia (inicial) do espaço lusófono de ensino superior terão de ser decididas politicamente na CPLP, bem como os termos da sua implementação. Todavia, será necessário ter em conta três aspetos: Portugal está comprometido com os termos da Declaração de Bolonha; A Guiné-Equatorial, a Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde estão comprometidos com os termos da Convenção de Arusha¹⁹¹, sendo que Angola poderá entrar neste acordo a qualquer momento. Da mesma forma, no Brasil, embora enquadrado na Mercosul (acordo essencialmente económico), discute-se, atualmente, a sua viabilidade para se estender este acordo no plano cultural, científico e tecnológico¹⁹². É indispensável também verificar a situação de outras instituições de ensino superior localizadas na região administrativa especial de Macau e em Goa, por exemplo. Neste sentido, é necessário haver uma concertação harmonizada entre as instituições, para que nenhuma delas saia prejudicada das convenções onde estão inseridas. Porém, estas mesmas convenções constituem-se como limitações para o desenho concetual do espaço lusófono de ensino superior. Por exemplo, uma licenciatura em filosofia na Europa, correspondente ao primeiro ciclo ao abrigo do processo de Bolonha, possui, na generalidade, um plano de estudos de três anos. Em Angola, uma licenciatura em filosofia tem quatro anos. O problema é que Portugal, por exemplo, não pode simplesmente aumentar o seu plano de estudos do primeiro ciclo de três anos para quatro anos com vista a uma possível harmonização do currículo lusófono: está confinado a uma determinada estrutura internacional. O mesmo acontece com outros países lusófonos. No entanto, estes condicionalismos estão longe de representar uma impossibilidade. É perfeitamente possível conceber um espaço lusófono de ensino superior

¹⁹¹ A Convenção de *Arusha* foi criado, sob a égide da *Unesco*, a 5 de dezembro de 1981. Visa, sobretudo, uma uniformização do Ensino Superior Africano.

Informação disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13518&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acedido em 05 de abril de 2016, às 15:14 horas.

¹⁹² WERTHEIN, Jorge, “Apresentação”, in VELLOSO, Jacques *et al.*, *O Ensino Superior e a Mercosul*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 1999, p. 7.

simples, estruturado e flexível através das contribuições das experiências sul-americanas, africanas, europeias e asiáticas. Destas experiências diversificadas concertadas, será possível conceber um espaço lusófono de ensino superior de natureza distinta da Declaração de Bolonha e da Convenção de Arusha, entre outros pactos. No mínimo, dever-se-á alcançar um consenso generalizado sobre as principais fragilidades e desvantagens destes acordos, tendo em conta as experiências específicas de cada país e desenvolver um sistema que reflita a realidade diversificada da lusofonia, e que vá ao encontro das necessidades efetivas das populações lusófonas. A nosso ver, porém, a homogeneização dos ciclos de estudo (licenciatura, mestrado e doutoramento), a uniformização dos planos de estudo, a criação de um sistema de unidades de crédito e a cooperação na avaliação da qualidade do ensino superior, são condições indispensáveis na conceção de um espaço lusófono de ensino superior, porque tornará o processo compreensível por todos, tornando mais fácil e menos burocrático o procedimento de reconhecimento dos diplomas, as equivalências, as transferências de curso, os reingressos e intercâmbios com outras universidades, entre outros.

3.3.3. Proposta da Terceira Linha de Ação: A Promoção da Mobilidade de Professores, Investigadores e Alunos

A mobilidade dos professores e investigadores no espaço lusófono de ensino superior não será uma tarefa fácil. A AULP, em sintonia com a CPLP, são os órgãos que reúnem mais experiência e mais condições para promover a coordenação dos intercâmbios dos professores e investigadores no espaço lusófono de ensino superior. Não pretendemos afirmar com isto que projetos como a RIPES devam ser descontinuados ou recolocados. Apenas considera-se que as instituições e organismos internacionais criados para o efeito não estão a desenvolver todo o seu potencial e, muitas vezes, não parecem estar devidamente enquadrados com a visão da CPLP, embora, claro, a ausência de informação relativamente às atividades destes organismos pode deturpar a clarividência da opinião pública nestas matérias.

Na comunidade lusófona, existem instituições de ensino superior e mesmo universidades que não possuem os meios e as condições para assegurar docentes e/ou investigadores qualificados. Esta situação constitui-se como uma grande entrave não só para o desenvolvimento das próprias instituições, como também se estatui como um fator que inibe o desenvolvimento humano das populações. A este propósito, a Reitora da Universidade Lusíada em São Tomé e Príncipe, Fernanda Pontífice, considera que falta:

O intercâmbio entre instituições de ensino superior, a mobilidade de estudantes, a mobilidade de docentes num e noutro sentido, a adoção de projetos de investigação científica comuns sobre as nossas realidades africanas. Eu falo particularmente do caso de São Tomé e Príncipe, em que no campo da investigação quase tudo está por fazer¹⁹³.

A reitora da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe apela a uma “cooperação solidária” que vá ao encontro das reais necessidades sentidas pelas instituições: “A nossa posição é muito clara e explícita. Nós estamos defendendo uma internacionalização solidária. Sem dominações e sem submissões”¹⁹⁴. Neste sentido, a reitora incentiva um maior dinamismo ao nível da CPLP e AULP para que se desenvolva essa mobilidade “para reforçar os laços entre as comunidades, para melhorar o conhecimento mútuo e para que possamos cada um de nós, enquanto membros da CPLP, melhor nos apropriar dessa comunidade”¹⁹⁵.

O Reitor da Universidade Katyavala Buila, em Angola, Albano Ferreira, reitera que “o continente africano é um continente cheio de problemas atuais que desafiam o contexto internacional”, e que “é um cenário adequado para estudos, pesquisa, portanto, para parcerias do desenvolvimento no sentido da construção do conhecimento, de novo conhecimento”¹⁹⁶. Um dos problemas que Albano Ferreira menciona é a da mobilidade académica que permitiria o desenvolvimento das parcerias de conhecimento: “Às vezes questiona-se a ideia de como ir para África, porque ao ir para África o que é que África pode oferecer, e pode fazer para transformar esse cenário. E de facto a ideia da parceira associada à mobilidade é fundamental para a inversão deste valor”¹⁹⁷.

Por sua vez, o Ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, considera que “uma das chaves do sucesso desses países (lusofonia) está na dinâmica das trocas e cooperação eficaz entre as instituições de ensino superior em termos de informação e conhecimento”¹⁹⁸. Ao contrário do que acontece no mundo dos negócios, advoga o ex-chefe do Executivo Cabo-Verdiano, que “no universitário a troca de informações e de conhecimentos é a alma do sucesso”¹⁹⁹.

¹⁹³ Informação disponível em: http://aulp.org/AULP_quer_apostar_na_criacao_de_Erasmus_Lusofono. Acedido a 06 de abril de 2016, às 14:10.

¹⁹⁴ *Idem*. Acedido a 06 de abril de 2016, às 15:12.

¹⁹⁵ Informação disponível em: http://aulp.org/AULP_quer_apostar_na_criacao_de_Erasmus_Lusofono. Acedido a 06 de abril de 2016, às 15:12.

¹⁹⁶ *Idem*. Acedido a 06 de abril de 2016, às 16:10.

¹⁹⁷ *Idem*. Acedido a 06 de abril de 2016, às 16:12.

¹⁹⁸ Informação disponível no sítio do Governo de Cabo Verde. Notícia de 15 de julho de 2015.

¹⁹⁹ *Idem*.

Todas estas vozes sustentam que só existe uma iniciativa possível para colmatar os problemas referidos: a mobilidade e o motor principal dessa mobilidade: o homem.

Segundo Murargy, “dispor de capital humano, nesta era de globalização, permite que os recursos naturais, financeiros e tecnológicos se traduzam efetivamente na melhoria da qualidade de vida das populações”²⁰⁰. Para o atual Secretário-Executivo da CPLP, “a qualificação e gestão de recursos humanos constituem fatores-chave do crescimento económico e do desenvolvimento social das Nações, na esteira dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”²⁰¹.

3.3.4. Proposta da Primeira Fase da Terceira Linha de Ação

Neste cenário, considerando-se que as carências por parte das instituições e universidades, professores e investigadores é um ponto sensível, de extrema importância e que não poderá ser negligenciado, propõe-se, numa primeira fase, com base na recolha de dados que havia sido elaborada previamente (ponto um), a transferência direta de investigadores de uma instituição para outra, que pode acontecer por diversas circunstâncias, na condição de que estas transferências ocorram por vontade e iniciativa pessoal do candidato. A circulação lusófona, nesta fase inicial, deverá ter um propósito bem definido, devendo assentar nas reais necessidades das populações e nas suas carências mais profundas. Considera-se que a circulação de professores e investigadores deveria ser promovida através de um princípio de *solidariedade ativa* entre estados, a qual propõe-se a denominação de *mobilidade especial transnacional*, que seria subsidiada através dos respetivos Ministérios de Ensino Superior de cada país, de acordo com as suas possibilidades económicas e humanas.

Com base no volume informativo reunido das carências de recursos humanos e através dos pedidos especiais por parte das instituições de ensino superior e universidades, a AULP e a CPLP poderão divulgar as vagas disponíveis e os pré-requisitos a todas as instituições de ensino superior no espaço lusófono. Resumindo, numa etapa inicial, prevalece a necessidade de se colmatar as carências de pessoal qualificado no ensino superior no espaço lusófono, sendo necessário encontrar as melhores formas e os meios técnicos e materiais para a sua concretização, com base no que já existe e através dos recursos humanos que possam estar à disposição para esta mobilidade. O professor ou o investigador poderá interessar-se pela

²⁰⁰ MURARGY, Murade, “Cooperação e desenvolvimento nos países lusófonos: o papel das universidades”, XXIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 9, 10 e 11 de junho de 2013.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 4.

possibilidade de mudar de país, motivado por um conjunto de circunstâncias subjetivas, como o desejo de abraçar novos projetos, a possibilidade de experienciar novas realidades, ou de pretender novos desafios académicos, científicos, culturais e pessoais, desde que mantenha o seu salário base de origem, e que seja estimulado por um subsídio de subsistência no país em questão, atribuindo-lhe uma casa com as condições mínimas para a sua estadia, que se deve estender entre três a quatro anos, ou seja, o tempo mínimo necessário de formação de uma licenciatura.

É importante salientar que a mobilidade de professores para formar professores nos institutos superiores de educação no espaço lusófono, constitui-se como um fator decisivo que se poderá traduzir num impacto significativo no ensino especial, primário, básico e secundário dos países com mais necessidades, impacto que se estende a toda a população estudantil. O professor “multiplicador” de professores em países com carência de professores constitui-se como uma exigência e uma prioridade nesta primeira etapa. É desta forma que se considera que através da permuta dos professores no espaço lusófono de ensino superior terá repercussões na educação em geral (em todos os ciclos de estudo) e na qualidade de vida das populações.

Este processo de “mobilidade especial transnacional” deverá ser coordenado pela AULP, que promoverá um concurso mediante critérios bem definidos, de equidade entre Estados-membro e entre instituições de ensino superior, tendo em conta as vagas disponíveis. A atribuição do subsídio de subsistência é, tal como o nome indica, um meio de subsistência que permitirá ao candidato viver bem no local de acolhimento, mas não pode ser um recurso para o candidato enriquecer, ou que sirva de mote para fomentar uma “competição” entre os professores. Esta “mobilidade especial transnacional” dos professores seria motivado, como referiu a reitora Fernanda Pontífice, por uma “internacionalização solidária. Sem dominações e sem submissões”²⁰². Desta forma, poderá ser possível colmatar as reais necessidades sentidas pelas instituições com o mínimo de investimento possível, que está perfeitamente ao alcance da CPLP e AULP. O financiamento será fundamentalmente proveniente de todos os Estados-membro e dos orçamentos dos respetivos Ministérios do Ensino Superior.

No caso de esta medida não funcionar, sempre será possível recorrer à abertura de um concurso internacional lusófono, aberto a todos os cidadãos, para as vagas livres. Mas, neste caso, os valores de financiamento por parte da CPLP e de todos os Estados-membro serão muito mais elevados.

²⁰² Informação disponível em: http://aulp.org/AULP_quer_apostar_na_criacao_de_Erasmus_Lusofono. Acedido a 06 de abril de 2016, às 17:53.

3.3.5. Proposta da Segunda Fase da Terceira Linha de Ação

Numa segunda fase, supridos os casos de carência de recursos humanos qualificados no espaço lusófono de ensino superior, será necessário encontrar uma estratégia que permita um intercâmbio permanente de investigadores e professores no espaço lusófono, coordenando pela AULP e CPLP. O Ex-Ministro do Ensino Superior Português, Mariano Gago, refere as vantagens que a mobilidade pode induzir:

Em que um número significativo de professores e investigadores de uma Universidade durante um período determinado faz parte da outra Universidade e constrói o seu futuro, constrói aliás a outra Universidade com ele. Estas novas parcerias estratégicas que estão a emergir em todo o mundo são, provavelmente, os picos de excelência daquilo que hoje é a nova colaboração universitária e científica²⁰³.

A colaboração universitária e científica é, no fundo, o objetivo de toda a mobilidade académica. A circulação de professores no espaço lusófono terá influência direta das instituições de ensino superior, das universidades, dos departamentos de investigação académica e científica, dos centros de investigação, cujos interesses variam de acordo com as necessidades de pesquisa, os seus objetivos científicos, culturais e académicos, com as suas orientações estratégicas, no interesse da recolha de informações, na formação inicial e contínua de professores e nas respostas a pedidos específicos de outras instituições, entre outras. Ao levar a cabo esta estratégia, afigurar-se-ia muito trabalho para as universidades, que são os focos de saber por excelência, porque estas, melhor do que ninguém, compreendem as vantagens do intercâmbio dos professores e investigadores.

Caberá à AULP e CPLP fomentar e estimular as necessidades de intercâmbio de todas as instituições de ensino superior no espaço lusófono para que seja possível coordenar as permutas. Nesta etapa, a premissa da mobilidade é a “troca por troca”, isto é, sai um professor ou investigador para um departamento de uma universidade e entra outro, de acordo com os interesses específicos de cada departamento ou centro de investigação. Por vezes, poderá acontecer uma troca direta de professores entre universidades, outras vezes a troca indireta. A mobilidade é também flexibilidade e transversalidade. O investimento para esta mobilidade é também reduzido: à semelhança da etapa anterior, será necessário atribuir um subsídio de subsistência ao candidato no país de acolhimento e a atribuição de uma casa com as condições mínimas. A estadia mínima de um professor deve-se estender entre três a quatro anos.

²⁰³ *Idem*. Acedido a 06 de abril de 2016, às 18:11.

3.3.6. Proposta da Terceira Fase da Terceira Linha de Ação

Por fim, os estudantes. A mobilidade no espaço lusófono não terá sentido se não for dirigido para os estudantes. Como refere Adriano Moreira, “Já devíamos ter um *Erasmus* bem estruturado na CPLP”²⁰⁴. Conforme referido anteriormente, a criação de um espaço lusófono de ensino superior passará por uma homogeneização dos ciclos de estudo, a uniformização dos planos de estudo, a criação de um sistema de unidades de crédito e a cooperação na avaliação da qualidade do ensino superior. Considera-se que, à semelhança do Processo de Bolonha, a implementação destes quatro pontos permitirá a desburocratização dos processos de reconhecimento de diplomas, equivalências, transferências de curso, reingressos e intercâmbios com outras universidades.

A conceção de um espaço lusófono de ensino superior tem como grande objetivo a mobilidade dos alunos. A criação de um espaço lusófono de ensino superior possibilitará corrigir grande parte das assimetrias no acesso dos discentes a este espaço de “vivência”, uma vez que será alargada a oferta formativa e educativa. Este aspeto contribuirá decisivamente para a redução das desigualdades sociais, promoverá uma maior equidade no acesso ao ensino superior, a inclusão social, a melhoria da qualidade na educação – porque o estudante terá mais opções de escolha, a independência e o empreendedorismo, o contato com novas culturas e povos, a cooperação científica e mais possibilidades para a obtenção de emprego, promovido e difundido pela língua de união entre os povos, a língua portuguesa.

Numa fase inicial, no sentido de estimular a mobilidade estudantil, propõe-se a criação de um programa similar ao programa *Erasmus* no espaço lusófono de ensino superior. Considera-se que a criação de um programa desta natureza permitirá aos estudantes uma integração mais profunda na paisagem e na vivência lusófona, bem como uma circulação humana crescente neste espaço. Este programa, porém, terá que ter em conta as diferenças existentes das comunidades lusófonas e uma designação consensual. Este projeto tem como objetivo oferecer a possibilidade aos estudantes de efetuar um período de estudos, com reconhecimento académico, numa instituição de ensino superior num Estado-membro lusófono, num período que vai desde um semestre a um ano, com uma “bolsa de mobilidade” pré-determinada pelos Estados-membro da CPLP, que deve ter em conta as realidades assimétricas, sociais e económicas de todas as nações. Um programa desta dimensão pressupõe um investimento avultado por parte dos Estados que compõem a CPLP,

²⁰⁴ MOREIRA, Adriano, *apud* BONDOSO, António, *Lusofonia e CPLP, Desafios na Globalização – Ângulos e Vértices ou Defeitos e Virtudes de Um Processo Intemporal*, Edições Esgotadas, (S/L), setembro de 2013, p. 54.

que não só deverá contemplar um orçamento para a concessão destas “bolsas de mobilidade”, mas que também vise a criação das infraestruturas básicas com condições mínimas para a receção e acolhimento dos estudantes em todos os países lusófonos, situação que se antevê complexidades e grandes dificuldades.

Considera-se que a coordenação do programa deve ser levado a cabo pela CPLP e a AULP, embora, à semelhança do Programa *Erasmus*, propõe-se que a execução do mesmo deve assentar num modelo de Gestão Indireta²⁰⁵, ou seja, através de Agências Nacionais criadas para o efeito, com responsabilidades de gestão orçamental, com valores previamente estipulados pela coordenação, que poderão variar de acordo com as necessidades das nações, como já foi referido. As Agências Nacionais possuem a vantagem de terem um contato presencial e privilegiado com as pessoas das regiões onde estiverem inseridas, de estarem mais próximas das comunidades a que pertencem, e de estarem mais familiarizados com a realidade da população estudantil, a quem podem informar, incentivar e apoiar as candidaturas para a mobilidade lusófona.

É claro que esta mobilidade estudantil, enquadrados ou não num programa *Erasmus* da lusofonia, não fará sentido se não forem removidos os obstáculos que ainda continuam a perturbar a mobilidade discente. Em primeiro lugar, é necessário incentivar as instituições de ensino superior a criarem espaços virtuais de informação acerca da mobilidade estudantil lusófona.

Em segundo lugar, e mais importante, considera-se que é um imperativo fomentar para que as instituições de ensino superior desenvolvam plataformas *online*, que permitam a inscrição nos cursos, não só aos destinatários nacionais usuais – os estudantes do próprio país, mas para todos os estudantes lusófonos em geral.

Em terceiro lugar, bloqueados pelas diferenças cambiais monetárias, muitas vezes os candidatos não possuem os meios nem as condições para efetuar o pagamento das taxas de inscrição e propinas dos cursos. Será necessário conceber um meio para que estes candidatos não continuem a ser prejudicados desta situação. A solução em relação às taxas de inscrição poderão passar pelo adiamento deste pagamento até ao momento em que as instituições determinem se o candidato possui os requisitos para entrar ou não no curso em questão. Por último, é necessário determinar um valor simbólico para as propinas nas instituições de ensino superior de cada país. O ideal seria não haver propinas. Mas, ao existirem propinas, não podem ser superiores aos valores das propinas que são cobradas

²⁰⁵ Consultar Guia do Programa *Erasmus Mais*, p. 18. Informação disponível em: [file:///C:/Users/filipe/Desktop/erasmus-plus-programme-guide_pt%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/filipe/Desktop/erasmus-plus-programme-guide_pt%20(1).pdf). Acedido a 07 de Abril de 2016, às 18:43 horas.

a um estudante nacional. Atualmente, os valores de propinas cobradas a um estudante estrangeiro, por exemplo, nas universidades em Portugal, tem sido, de uma forma geral, o dobro ou o triplo do que é cobrado a um estudante Português. Apoiado na mesma lógica das taxas de inscrição, será necessário criar condições para que se seja possível pagar as propinas a partir dos países de origem dos estudantes, com eficácia e simplicidade.

Em quarto lugar, promover a transparência e a eficácia das políticas de atribuição do visto de estudante. Como já referimos, as delongas na concessão de um visto de estudante são motivadas por várias razões, pelo que se sugere que a concessão de um visto de estudante não deve demorar mais do que 15 dias úteis. Propõe-se uma nova revisão das políticas de concessão de visto aos estudantes que devem incidir, sobretudo, numa descomplexificação drástica das burocracias, com vista a promover, tendencialmente, a circulação livre num espaço lusófono.

Considera-se que, se existir um projeto-piloto para a atribuição de um passaporte lusófono, os jovens estudantes, por tudo o que representam, deverão ser o modelo, o público-alvo e os pioneiros desse mesmo projeto. Todas as medidas deverão ser concebidas para que seja possível, um dia, a todos os estudantes lusófonos, circularem livremente num espaço lusófono, para que eles possam inspirar todos os estados-membros a criarem a tão desejada “cidadania lusófona”. Ao contrário dos valores que presidiram ao nascimento da União Europeia (a Comunidade Económica Europeia), o que pode presidir o nascimento da “união lusófona” são precisamente os jovens estudantes, que através da sua sede de saber, da sua livre iniciativa, do seu empreendedorismo, poderão experienciar a “vivência” lusófona. Por outras palavras, é necessário criar todas as condições para que seja possível aos jovens e estudantes “viverem na lusofonia”.

4. Capítulo IV – A Saúde e a Cultura

4.1. As Carências na Área da Saúde no Espaço Lusófono

Tendo em conta as carências médicas e de saúde que assolam grande parte das nações da CPLP, apesar dos esforços desenvolvidos até ao momento, continua a afigurar-se urgente uma intervenção forte e incisiva na cooperação multilateral nesta área. Com efeito, é internacionalmente conhecido os graves problemas no âmbito da saúde dos países que compõem a CPLP, sobretudo nos PALOP e em Timor-Leste e também no Brasil. Segundo os dados das “Estatísticas da CPLP”²⁰⁶, em 2010, por cada dez mil habitantes, Angola só tinha um médico; o Brasil tinha quinze médicos; Cabo Verde tinha seis médicos (no caso de Cabo Verde, os dados são de 2009); Guiné Bissau, um médico; Moçambique não conseguiu ter sequer um médico para cobrir as necessidades de dez mil habitantes (0,6); São Tomé e Príncipe, três médicos; Timor Leste, dois médicos; Portugal tinha trinta e nove médicos. Nestes países, à exceção do Brasil e Portugal, que apresentam valores mais elevados, o número de enfermeiros e camas para cada dez mil habitantes também é muito baixo²⁰⁷. O número significativo de casos de pessoas que não têm acesso à vacinação²⁰⁸, o elevado número de partos sem assistência médica, a subnutrição crónica, a falta de água potável, a carência de condições de higiene básicas, a privação de cuidados médicos e a inacessibilidade a medicação primária, são alguns dos fatores que têm contribuído para o número elevado de mortalidade infantil e para a baixa esperança média de vida destas populações. Com especial incidência nos países africanos, os casos de pessoas infetadas com o vírus da malária, o vírus VIH, a ébola, a bactéria da cólera, da tuberculose e da lepra são alarmantes²⁰⁹. As doenças tropicais negligenciadas, como o dengue, o marburg, a filária linfática, também conhecida por elefantíase, a tripanossomíase africana ou a doença do sono, a oncocercose, a loase, a chistosomíase, também conhecido como bilharziose, e a geohelmintíases, também conhecidas por lombrigas ou maculo, entre outras, como o vírus Zica, são fenómenos preocupantes que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS)²¹⁰, afetam mais de um bilião de pessoas em todo o mundo, sobretudo em países que vivem na pobreza e sem condições de habitação e de higiene básicas.

²⁰⁶ *Estatísticas da CPLP* de 2012, p. 122.

²⁰⁷ *Estatísticas da CPLP* de 2012, p. 118.

²⁰⁸ Falamos da vacinação de Poliomielite (Paralisia Infantil), de DTP3, Hepatite B, Sarampo, Febre-amarela, Febre Tifoide, entre outras. Cf. *Estatísticas da CPLP* de 2012, pp. 133-136.

²⁰⁹ *Estatísticas da CPLP* de 2012, pp. 133-138.

²¹⁰ Informação disponível no sítio da Organização Mundial da Saúde (OMS): http://www.who.int/neglected_diseases/diseases/en/. Acedido a 16 de abril, às 18:34 horas.

Neste enquadramento, apesar da solidariedade dos países em todo mundo para combater estes fenómenos endémicos, e apesar da aplicação de programas de combate diversificados a estes surtos por parte da OMS, da sociedade civil, dos Governos e Organizações Não-Governamentais, as estatísticas dos países lusófonos demonstram que ainda existe tudo por fazer para enfrentar os principais flagelos que assolam as populações. É necessário uma colaboração aprofundada e transversal entre todos os países lusófonos para que seja possível enfrentar estes problemas, que só será exequível se os respetivos governos da CPLP colocarem como fator prioritário a área da saúde.

4.2. Proposta de Linhas de Ação para a Saúde no Espaço Lusófono

Na primeira cimeira “Lusofonia e Saúde”, que ocorreu em Lisboa, a 18 de junho de 2010, estiverem reunidos representantes dos Estados de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe para discutirem os contornos de uma colaboração entre os países na área da saúde. As principais conclusões desta cimeira incidiram, sobretudo, que seria importante uma parceria para o desenvolvimento de plataformas de informação e comunicação, e parcerias para a formação pré e pós graduada, internatos partilhados e a mobilidade dos profissionais de saúde no espaço da CPLP²¹¹.

As premissas fornecidas pelas conclusões nesta cimeira permitem-nos indicar que se afigura indispensável criar um organismo de saúde internacional no seio da CPLP, que tenha como grande objetivo suprir as carências no setor da saúde nos países lusófonos. Uma vez criada esta instituição, considera-se que, para atingir os seus objetivos, será indispensável conceber um sistema trifásico: numa primeira fase, a de diagnóstico, com base na recolha de informações; numa segunda fase, a de coordenação e intervenção no combate das doenças; numa terceira fase, a de prevenção, que se assegurará através da manutenção e a formação, que poderá ocorrer em simultâneo com a segunda.

4.2.1. Proposta da Primeira Fase da Linha de Ação

Este organismo terá como missão, numa primeira fase, de formar uma rede de informação no espaço lusófono das infraestruturas de saúde existentes nos países que compõem a CPLP, com o objetivo de diagnosticar as condições de operacionalização atuais, os recursos humanos, os medicamentos e equipamentos de saúde a que têm acesso, um mapa

²¹¹ Informação disponível no *jornalmédico.pt* em: <http://www.jornalmedico.pt/2010/06/18/i-cimeira-lusofonia-e-saude/>. Notícia de 18 de junho de 2010. Acedido a 04 de abril de 2016, às 15:07.

detalhado do espaço lusófono com os principais focos de doença, os planos de vacinação e os recursos humanos necessários, entre outras. Ou seja, propõe-se um “levantamento” em grande escala das reais necessidades de saúde dos países. Neste momento, a Rede e-Português²¹², desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde, tem trabalhado neste sentido, e a sua experiência no desenvolvimento de uma rede de informação assentou, sobretudo, por conhecer muito bem os países que têm realidades diversas. Para além dos projetos de criação da “Biblioteca Azul”²¹³, entre outros projetos, também desenvolveram um fórum de discussão denominado “HIFA-pt”, que é um grupo de discussão que inclui os profissionais de saúde, formuladores de políticas, gestores, bibliotecários e profissionais da informação dos países de língua portuguesa, “para que as pessoas tenham acesso à informação em saúde que necessitam”²¹⁴. O organismo internacional de saúde poderá juntar sinergias a este tipo de programas e iniciativas.

4.2.2. Proposta da Segunda Fase da Linha de Ação

Numa segunda fase, depois de se auscultar as reais necessidades de saúde no espaço lusófono, tanto humanas como materiais, tarefa que se prevê dificuldades e obstáculos, será necessário desenvolver um programa internacional de saúde, que terá como principal objetivo de colmatar as carências de profissionais de saúde no espaço lusófono e a de assegurar o apoio logístico indispensável. Com base nas necessidades das especialidades apuradas, propõe-se que cada estado-membro elabore uma lista interna de profissionais de saúde, de acordo com as capacidades e limitações humanas do próprio país.

Através destas listas internas, poder-se-á constituir uma bolsa internacional de profissionais de saúde, que poderão funcionar num regime de mobilidade especial transnacional. Este regime especial permitiria que o profissional de saúde continuasse vinculado à instituição de origem, auferindo o respetivo ordenado no seu país, beneficiando de um subsídio de subsistência e de estadia gratuita no país de acolhimento. Isto é, através de um princípio de solidariedade ativa dos países que compõem a CPLP, seria possível

²¹² Informação disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/sa%C3%BAde-_informa%C3%A7%C3%B5es-m%C3%A9dicas-para-os-pa%C3%ADses-lus%C3%B3fonos/41177514. Acedido a 16 de abril, às 19:37 horas.

²¹³ A *Biblioteca Azul* tem como objetivo de aumentar a informação disponível nos centros distritais de saúde em África. É uma coleção que “abrange mais de 180 livros, documentos e manuais sobre saúde pública, gestão, políticas de saúde, cuidados de enfermagem, saúde da mulher e da criança, doenças infecciosas, Sida, malária, entre outros”. Confirmar informação no sítio da OMS: <http://www.who.int/eportuguese/bluetrunk/pt/>. Acedido a 16 de abril, às 19:50 horas.

²¹⁴ Informação disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/hifa/pt/>. Acedido a 16 de abril, às 19:56.

enviar profissionais de saúde qualificados para países e regiões necessitadas que foram previamente identificadas. Por outro lado, a saída de profissionais de saúde, através deste regime de mobilidade especial, teria que ter em conta um critério equilibrado de gestão, uma vez que a ausência de um profissional do seu posto de trabalho não poderia afetar a qualidade de assistência médica, nem prejudicar a qualidade dos serviços e da população em geral do seu país de origem. Em todo o caso, deverá ser previsto a abertura de concursos nacionais para colmatar estas ausências. O financiamento deste modelo seria suportado pelos respetivos Ministérios da Saúde e dos Negócios Estrangeiros de cada nação.

4.2.3. Proposta da Terceira Fase da Linha de Ação

A terceira fase, que poderia ocorrer em simultâneo com a segunda, prende-se com a formação dos profissionais de saúde. A este propósito, o bastonário da Ordem dos Médicos em Angola, Carlos Alberto Pinto de Sousa, afirmou que o número de médicos a trabalhar em Angola é insuficiente, numa relação de um médico para cada oito mil habitantes²¹⁵. Tendo em conta este cenário, o bastonário aponta para a necessidade de um reforço das relações no seio da CPLP, para se encontrar medidas que fomentem uma “maior humanização da assistência médica”, nomeadamente, através de um reforço na cooperação no “domínio da formação, fundamentalmente no domínio dos estágios e especializações médicas”²¹⁶.

Assim, não é suficiente colmatar as carências de pessoal especializado, é igualmente urgente formar mais profissionais de saúde com qualidade num contexto lusófono. Neste sentido, para além dos profissionais de saúde, referidos na segunda fase, que poderão acompanhar os estágios em hospitais e centros de saúde, é necessário também criar uma bolsa de docentes do setor de saúde para a formação pré e pós graduada, nos moldes já referenciados na mobilidade de professores e investigadores, promovidos pela AULP e CPLP. Será necessário, neste enquadramento, uma articulação profunda entre o organismo internacional de saúde criada para o efeito, a CPLP, a AULP e a IILP.

Considera-se, com estas medidas, que será possível implementar no espaço lusófono um processo de mobilidade transversal de professores, investigadores e auxiliares, tendo em conta os objetivos comuns a todos os Estados-membros. Embora o processo indicado ainda esteja muito longe das liberdades de circulação originadas pela criação de um passaporte lusófono, talvez este projeto-piloto possa contribuir para que se apurem as condições que permitam conceber políticas que favoreçam uma verdadeira cidadania lusófona.

²¹⁵ Informação disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=757299. Notícia de 26 de janeiro de 2015. Acedido a 04 de abril de 2016, às 14:30.

²¹⁶ *Idem*. Notícia de 26 de janeiro de 2015. Acedido a 04 de abril de 2016, às 14:49.

4.3. O IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

A CPLP tem a seu cargo o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) foi criado a um de novembro de 1989 no Brasil, em São Luís do Maranhão, pelos Chefes de Estado dos países lusófonos. Tem como objetivo a “materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”²¹⁷.

4.4. Críticas à IILP

Criado para ser o “grande instrumento executante da geopolítica da língua”²¹⁸, Cristóvão considera que é necessário esta instituição autonomizar-se em relação à CPLP, ainda que “dentro de um quadro genérico de princípios e objetivos traçados pela mesma CPLP”²¹⁹. O autor critica igualmente a estrutura do IILP, uma vez que o presidente tem apenas dois anos de mandato e não é eleito pelos seus pares do Conselho Científico da instituição.

Da mesma forma, Vitor Aguiar e Silva considera que a CPLP, tal como o IILP, não possuem meios “institucionais” suficientes e com qualidade para “que sejam estudados, debatidos e solucionados da melhor maneira os problemas gramaticais, lexicográficos, terminológicos, ortográficos da língua portuguesa, na sua unidade e na sua diversidade, como língua de oito países (agora nove países) e Estados soberanos”²²⁰. O escritor e também poeta Vasco Graça Moura, considera, igualmente, que “o Instituto Internacional da Língua Portuguesa não está em funcionamento porque nenhum dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) lhe dá meios para o fazer”. Para o escritor, o IILP “é uma entidade fantasma criada dentro de outra entidade fantasma”²²¹.

As causas da inoperância do IILP fundamentam-se, através destas vozes, tendo como base a falta de decisão política dos Estados-membros, opinião também partilhada pelo embaixador do Brasil junto à CPLP, Lauro Barbosa: “é preciso reconhecer que o Instituto não tem funcionado, fundamentalmente, por falta de apoio dos países da CPLP. Falta, sem dúvida, uma decidida vontade política por parte dos países

²¹⁷ Confirmar informação nos *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

²¹⁸ CRISTÓVÃO, Fernando, “O Acordo Ortográfico entre ambiguidades e a passividade das instituições”, Art. Cit., p. 17.

²¹⁹ *Ibidem*, pp. 17-18.

²²⁰ SILVA, Aguiar, Art. Cit., p. 34.

²²¹ Jornal de Notícias *Online* de 21 de Julho de 2010. Informação acedida em 06 de março de 2016, às 17:40. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1623135.

membros”²²². Neste sentido, falta uma política internacional concertada a nível da lusofonia, situação que tem criado obstáculos para as ações do IILP, que ainda não encontrou a sua verdadeira identidade, nem a sua real vocação:

Entretanto, até hoje, a meu ver, não se encontrou a real vocação do IILP ou não se conseguiu definir uma estratégia adequada para sua atuação. Acredito que durante anos talvez tenhamos todos cometido o equívoco de considerar a língua como uma finalidade em si mesma e de considerar o IILP como uma espécie de conservatório, quando não é nada disso, a meu ver²²³.

A este propósito, a percepção de Adriano Moreira também é a de que, o IILP, “realmente, não têm funcionado”²²⁴. O autor considera que a premissa, advertida pela UNESCO, do “conceito de um mundo a múltiplas vozes”, ainda está longe de ser “completamente assimilado”. Enquanto não se vislumbrar o mundo desta forma, será muito difícil, senão impossível, existir uma organização “onde todas as soberanias que adotaram a língua portuguesa se sintam em pé de igualdade para definir políticas que sejam comuns e que interessem a todos”²²⁵.

4.5. O Acordo Ortográfico

Neste enquadramento, talvez a questão do Acordo Ortográfico, de que o IILP é o principal agente coordenador responsável, não seja a questão prioritária. Isto porque o Acordo Ortográfico tem causado mais a fragmentação entre os países lusófonos do que a sua união, isto é, tem provocado “divisões nas elites mais responsáveis”²²⁶, ou seja, “a falência do Acordo Ortográfico resultou da incapacidade de superar as múltiplas hesitações”²²⁷. O Acordo Ortográfico, para Vasco de Graça Moura, não “contribui em nada para o futuro da língua”. Isto porque, o autor considera que um acordo ortográfico “viria a contribuir para assegurar a preponderância no futuro da variante brasileira dela, uma vez que tudo o resto teria de se subordinar às práticas mais características do país que conta com o maior número de falantes”, fazendo com que os “aspetos quantitativos se sobrepusessem aos

²²² PINTO, José, Entrevista ao Senhor Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira, Embaixador do Brasil junto à CPLP, in *Estratégias da ou para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*, Anexo I, Edição apoiada pela CPLP, Lisboa, 2009, p. 210.

²²³ *Ibidem*, p. 210.

²²⁴ MOREIRA, Adriano, “Políticas da Língua Portuguesa”, Art. Cit., p. 290.

²²⁵ *Ibidem*, p. 290.

²²⁶ MOREIRA, Adriano, *A Língua e o Conceito Estratégico Português*, Academia de Ciências de Lisboa, ISBN: 978-972-623-186-8, p. 2.

²²⁷ JORGE, Lúcia, “Síntese dos trabalhos” in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, outubro de 2009, p. 353.

aspectos qualitativos”²²⁸. Tendo em conta estas ambiguidades, é relevante a proposta de Adriano Moreira quando afirma que “a língua não é nossa, também é nossa”, e que, por isso, a “questão ortográfica não é a mais importante nem a mais exigente de confrontos”²²⁹.

A questão do AO não é um assunto prioritário, tendo em conta estas ambiguidades, as hesitações e os recuos neste processo. Da mesma forma, o AO também não é um assunto prioritário para este trabalho, tendo em conta o que tem sido sustentado até agora. A defesa em torno da mobilidade de professores, investigadores, estudantes, empresários, médicos, enfermeiros e profissionais de saúde, no espaço lusófono, não fará sentido se não existir o apoio de uma instituição como o IILP que, como refere Vasco Graça Moura, seja capaz de promover a “circulação da produção científica e técnica, bem como da produção cultural, nomeadamente a literária e a audiovisual, mas não só ela, em português, através de todos os espaços em que o português é falado”²³⁰. Defende-se uma articulação estreita e bem definida entre a CPLP, a AULP e o IILP e o organismo internacional de saúde (proposta anteriormente referida) para que, em conjunto, tendo como critério os resultados da auscultação promovida em torno das eventuais necessidades das instituições e universidades em relação a livros, obras científicas, revistas e tecnologia, se possa promover a produção e circulação científica, técnica e literária entre elas.

4.6. Proposta de Linha Geral de Ação para a IILP

Na perceção de Cristóvão, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa talvez funcionasse melhor como um “instituto universitário” ou “um grande centro de investigação, com projetos ambiciosos de médio e longo prazo”²³¹, que tenha como finalidade o desenvolvimento dos acordos ortográficos, vocabulários, dicionários, o processamento de terminologias científicas e técnicas e “uma nomenclatura gramatical que obtenha o consenso de todos”²³². Assim, muito mais do que a criação de um AO, interessa promover e difundir as produções técnicas, científicas e literárias num contexto lusófono. Quando a pesquisadora Inocência Mata se refere à urgência da promoção da “livre circulação de intelectuais, professores e bens culturais”, pretende também dizer “a livre circulação de

²²⁸ MOURA, Vasco, Art. Cit, p. 299.

²²⁹ MOREIRA, Adriano, *A Língua e o Conceito Estratégico Português*, Op. Cit., p. 2.

²³⁰ *Ibidem*, p. 298.

²³¹ CRISTÓVÃO, Fernando, “O Acordo Ortográfico entre ambiguidades e a passividade das instituições”, Art. Cit., p. 18.

²³² *Ibidem*, p. 18.

livros”²³³, não só para promover o acesso da cultura a todos, mas também para promover as literaturas africanas que são, na sua perceção, “duplamente periféricas”. Da mesma forma e com o mesmo grau de importância, afigura-se indispensável a criação de uma terminologia científica comum a todos, nas áreas de ciências exatas e nas ciências sociais, a criação de vocabulários e dicionários técnicos e científicos com uma nomenclatura comum. Como já foi referido, a IILP poderá convergir as suas linhas de ação com a CPLP, AULP e o organismo internacional de saúde para que, em conjunto com estas instituições, seja mais fácil diagnosticar, coordenar e intervir nas áreas mais carenciadas. Por fim, caberá ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa aproximar cada vez mais os povos através de atividades culturais e artísticas levadas a cabo em todos países, promovendo não só a Língua Portuguesa, mas também as línguas nacionais e regionais de todos os países lusófonos.

É importante salientar que as vantagens de estes organismos internacionais trabalharem em conjunto são extensas. A produção do IILP poderá ser significativamente superior se as suas linhas de atuação estiverem em conformidade com os principais objetivos dos outros organismos internacionais. Isto é, tendo em conta os grandes objetivos no espaço lusófono na área da educação e na saúde, desenvolvidas neste trabalho, as produções transversais do IILP, como a recolha de informação, a criação de vocabulários e dicionários técnicos e científicos com uma nomenclatura comum, entre outros, serão um contributo significativo para o processo de mobilidade de profissionais e para o desenvolvimento de todas as instituições nacionais face aos seus objetivos, com impactos profundos na melhoria da qualidade de vida das populações lusófonas. O IILP, não será, por isso, uma instituição secundária ou subalterna às outras, pois terá o propósito de unir, nas ciências, na literatura e nas tecnologias, as populações lusófonas, para fazer frente às principais lacunas e flagelos que realmente as preocupam.

²³³ Informação disponível em: www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=553&category=CPLP. Último acesso a 17 de abril de 2016, às 16:34.

Conclusão

O conceito de lusofonia, compreendido como “utopia criadora e realidade que se faz todos os dias, formulado à volta do quinto império”, no dizer de Fernando Cristóvão, tem sido alvo de contestação no seio da “comunidade lusófona”. A comunidade internacional tem desconfiado da imposição deste modelo por parte de Portugal, porque alguns consideram-no como uma forma de neocolonialismo ou uma mera ação de cosmética que disfarça a verdadeira intenção de Portugal, que é, em traços gerais, a de pretender inaugurar de novo um império lusófono. Os aspetos fundamentais que têm sido alvo de críticas são, em primeiro lugar, a agenda unilateral que comporta um discurso essencialmente luso, portanto, de carácter elitista e etnocêntrico e, em segundo lugar, o próprio termo dúbio “lusofonia”, que significa etimologicamente a “língua do luso”, que não reflete nem a diversidade das realidades linguísticas, nem corresponde à pluralidade cultural existente nos diversos países. O termo lusofonia, tal como é entendido por alguns pensadores portugueses, não consegue escapar de um certa carga messiânica que não é partilhada pela alma nem pelo sentir dos outros povos, que não comungam deste imaginário cultural. Se o destino de uma cultura (a portuguesa) aparece intrinsecamente ligado ao destino da sua língua, por melhor que sejam as intenções de alguns pensadores portugueses, jamais se poderá em tempo algum limpar a imagem do conceito colonialista em causa. A lusofonia, longe do que alguns autores já profetizaram, não é um conceito estanque, nem tudo está dito sobre ele: pelo contrário. Os países “novíssimos”, sobretudo aqueles que saíram recentemente de guerras civis devastadoras, devem ter uma palavra a dizer sobre o que entendem por este conceito. Algumas vozes aludem, para já, que o termo não é convincente, de acordo com as suas realidades sociais e culturais.

Neste sentido, como nos recorda Luís Fonseca, se a lusofonia deverá ser a âncora de suporte para a CPLP, as discórdias em torno deste conceito têm provocado uma profunda letargia nesta instituição, que se reflete na sua incapacidade e inoperância para alcançar consensos político-diplomáticos. Em causa está que todas as ações políticas são executadas por decisão de todos os estados-membros da CPLP. Se prevalecem ideias erradas, preconcebidas ou distorcidas em torno da lusofonia, muitas vezes obtém-se mais impasses do que soluções, mais receios do que inovações. Por outras palavras, se a raiz da CPLP é a lusofonia, e se os seus fundamentos não são sólidos e uniformes, torna-se muito difícil almejar a criação e a união de uma “civilização lusófona”, seja em que domínio for.

Nesta senda, surge a importância de destacar na agenda internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa dois problemas, a saber:

- Se o termo lusofonia é o mais apropriado para o futuro desta comunidade lusófona, tendo em conta o seu significado etimológico. Como já foi referido, o termo poderá não refletir as diferentes realidades culturais dos países envolvidos, tal como a imprescindível alteridade. Poderá ser necessário alterar radicalmente a sua designação em prol de um bem comum.
- Em segundo lugar, afigura-se indispensável estimular as diferentes perceções sobre o que significa a lusofonia (ou qualquer outro termo entretanto alcançado) para cada país, para, na pluralidade e na diferença, se apurar as referências sociais, políticas e culturais comuns necessárias para a obtenção de um consenso geral em torno de uma definição uniforme, ainda que possa ser temporária. O segundo ponto não dependerá somente da vontade política, mas também do envolvimento da sociedade civil e das investigações académicas levadas a cabo, que requerem tempo, experiência e maturidade.

A conclusão deste trabalho prende-se com o facto de que o conceito de lusofonia, atualmente, deve ser “suspense”. Em primeiro lugar, porque o estatuto deste termo tem uma reputação negativa na comunidade internacional e que é muito difícil de superar: numa era secular, polissémica e multicultural, já não consegue escapar a um conjunto de críticas pós-coloniais; em segundo lugar, porque poderá não corresponder à alma e ao sentir das nações que compõem a CPLP; em terceiro lugar, porque este termo não corresponde à diversidade de culturas nem a nenhuma forma de unidade partilhada pelos agentes. Pelo termo “suspensão” não pretendemos referir-nos à língua portuguesa, ou suspender a “fala do luso”, que é comum a quase todos os povos da CPLP, mas pretende-se dizer, sobretudo, a retirada de qualquer premissa que envolva unilateralmente “Portugal e os Portugueses e o Quinto Império”, bem como qualquer outra forma de discurso que possa representar para o outro uma imposição ideológica. Por outras palavras, defende-se que a palavra lusofonia deveria deixar de existir politicamente para se designar outro termo consensual entre os povos e que simbolize aquilo que mais aspiram, devendo, por isso, ser determinado pelas vontades políticas.

No caso particular de Portugal, defende-se uma “suspensão”, e não uma “eliminação” do conceito, porque não se pode nem se deve apagar um dos registos mais importantes do pensamento espiritual Português – a ideia de se poder criar um paraíso na terra, sendo os portugueses os principais protagonistas. Seria um erro querer apagar um conceito diacrónico, como se os pensadores portugueses em causa nunca tivessem existido e como se este termo nada representasse em torno de um imaginário histórico e cultural.

Por outro lado, a criação de uma nova expressão que substitua o conceito de lusofonia deverá ser representativa de um “começar do zero”, um novo começo nas relações diplomáticas, de uma harmonização das diferenças. Ou seja, considera-se que é imprescindível que se crie um símbolo que exprima o pioneirismo no campo das inter-relações humanas num contexto lusófono, desencadeado pela abertura gradual das suas fronteiras. Com este gesto, Portugal estará a sacrificar-se enquanto nação, mas ao mesmo tempo dará um sinal de abertura para o outro num contexto pós-colonial, não como um empreendimento de “fachada”, mas como um ato verdadeiramente inspirador. Se alguns portugueses têm uma ideia do que é a lusofonia num contexto mais espiritual, esta situação deveu-se ao facto de, desde o século XV, terem vindo a acumular experiências num espaço mundial e “lusófono”. Dever-se-á proporcionar aos outros esta experiência, a fim de pudermos vivenciar a lusofonia (ou qualquer expressão que a defina) e testemunharem, de facto e com efeito, o que realmente significa este espaço.

Porém, a abertura das fronteiras entre os países não é uma tarefa fácil: existem muitos contratempos de ordens variadas. No caso de Portugal, esta questão é sensível, pois está ligado à União Europeia, sendo, como refere Margarido, uma espécie de “guarda das fronteiras da Europa”. Com efeito, como é que dentro da atual configuração atual da Europa, perante um cenário de massificação de refugiados e do terrorismo à escala global, poderá permitir a entrada a mais de duzentos e cinquenta milhões de pessoas? Para complexificar esta questão, é também importante referir as realidades económicas e sociais antagónicas entre as nações lusófonas, que, numa hipotética abertura de um espaço lusófono, poderá originar um fluxo migratório desmedido com consequências sociais imprevisíveis. Prevalece um “medo” político das possíveis consequências que a concessão de um passaporte lusófono possa originar, bem como prevalece a crença, também ela generalizada, de que as “massas” não estão preparadas para circular num espaço lusófono, ou a de que elas circulariam nesse espaço com base em interesses económicos sazonais, de acordo com o melhor momento económico deste ou daquele país.

Não sendo possível criar, para já, um passaporte lusófono, tendo em conta o que já foi referido, é possível promover gradualmente a abertura das fronteiras. Para tal, considera-se essencial incentivar a coordenação de eixos estratégicos, que os países da CPLP considerem fundamentais para a cooperação multilateral, sobretudo nas áreas da saúde e da educação. Isto é, defende-se um intercâmbio multilateral dinâmico e permanente de professores, investigadores, alunos, médicos, enfermeiros, entre outros, no espaço lusófono, para se atingir os objetivos da pós-agenda de 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

a nova agenda que pretende finalizar no ano de 2030, o que os países não conseguiram concluir com os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, em 2015. Tendo em conta as prioridades dos objetivos desta agenda, pode-se, através de uma ação concertada entre as nações, ir ao encontro das reais necessidades de cada país e suprimi-las com o reforço da cooperação para o desenvolvimento. Assim, através de uma permuta permanente de profissionais entre estados lusófonos, procurar-se-á enfrentar os principais problemas que afligem a maior parte destes países e que se inscrevem na agenda dos ODS. A CPLP teria como responsabilidade a concertação política e diplomática entre os países, delegando, posteriormente, a coordenação das respetivas áreas para os organismos internacionais que foram criados para o efeito, como a AULP e IILP. Neste sentido, defende-se uma cooperação multilateral de grandes dimensões que teria como eixo aglutinador a melhoria da qualidade de vida das populações “lusófonas” nas áreas da saúde e da educação, promovida por uma articulação sólida e bem estruturada entre a CPLP, AULP e a IILP e também de um organismo de saúde internacional que seria criado para efeito.

A circulação lusófona, nesta fase inicial, deverá ter um propósito bem definido, devendo assentar nas reais necessidades das populações e nas suas carências mais profundas. Considera-se que a circulação de professores, médicos e estudantes, entre outros, deveria ser promovida através de um princípio de solidariedade ativa entre estados, denominada de mobilidade especial transnacional, que seria subsidiada através dos respetivos Ministérios de Ensino Superior e da Saúde de cada país, de acordo com as suas possibilidades económicas e humanas.

A primeira linha de ação, no campo da educação, sobretudo no ensino superior, consistiria em compor um volume informativo, de todas as instituições de ensino superior e cursos do espaço lusófono. Acrescentar-se-ia uma base de dados das efetivas necessidades de recursos humanos, como investigadores e professores, bem como as necessidades materiais, bibliográficas e tecnológicas de cada instituição. Na saúde, propõe-se a criação de uma instituição internacional que teria de formar uma rede de informação no espaço lusófono das infraestruturas de saúde existentes nos países que compõem a CPLP, as suas condições de operacionalização atuais, os recursos humanos disponíveis, os medicamentos e equipamentos de saúde a que têm acesso, um mapa detalhado do espaço lusófono com os principais focos de doença, os planos de vacinação e os recursos humanos necessários, entre outras. Ou seja, propõe-se um “levantamento” em grande escala das reais necessidades de saúde e da educação dos países da CPLP. Esta tarefa seria levado a cabo pela CPLP, AULP, a organização de saúde criada para o efeito e a IILP.

Para a conceção de um espaço lusófono de ensino superior e a promoção da circulação de professores, investigadores e estudantes, só fará sentido se se acordar internacionalmente uma homogeneização dos ciclos de estudo (licenciatura, mestrado e doutoramento). Assim, a segunda linha de ação, para o ensino superior, consiste na uniformização dos planos de estudo, a criação de um sistema de unidades de crédito e a cooperação na avaliação da qualidade do ensino superior. É perfeitamente possível conceber um espaço lusófono de ensino superior simples, estruturado e flexível através das contribuições dos modelos de estudo sul-americanas, africanas, europeias e asiáticas. Destas experiências diversificadas concertadas, será possível conceber um espaço lusófono de ensino superior de natureza distinta da Declaração de Bolonha e da Convenção de Arusha que vá ao encontro dos anseios das nações que compõem a CPLP.

Por último, a terceira linha de ação. Na comunidade lusófona, existem instituições de ensino superior e mesmo universidades que não possuem os meios e as condições para assegurar docentes e/ou investigadores qualificados. Esta situação constitui-se como uma grande entrave não só para o desenvolvimento das próprias instituições, como também se estatui como um fator que inibe o desenvolvimento humano das populações. Da mesma forma, no campo da saúde, que seria a segunda e terceira linha de ação, será necessário desenvolver um programa internacional de saúde, que terá como principal objetivo de colmatar as carências de profissionais de saúde no espaço lusófono e a de assegurar o apoio logístico indispensável. Para ambos os casos, tanto da saúde como no ensino superior, poder-se-ia constituir uma bolsa internacional de profissionais de educação e de saúde, que funcionariam num regime de mobilidade especial transnacional. Este regime especial permitiria que o profissional de educação e de saúde continuasse vinculado à instituição de origem, auferindo o respetivo ordenado no seu país, beneficiando de um subsídio de subsistência e de estadia gratuita no país de acolhimento. Isto é, através de um princípio de solidariedade ativa dos países que compõem a CPLP, seria possível enviar profissionais de educação e de saúde qualificados para países e regiões necessitadas que foram previamente identificadas. Por outro lado, a saída de profissionais de educação e de saúde, através deste regime de mobilidade especial transnacional, terá que ter em conta um critério equilibrado de gestão, uma vez que a ausência de um profissional do seu posto de trabalho não poderá afetar a qualidade dos serviços e da população em geral do seu país de origem.

É importante salientar que as vantagens de estes organismos internacionais trabalharem em conjunto são extensas. A produção do IILP poderá ser significativamente superior se as suas linhas de atuação estiverem em conformidade com os principais

objetivos dos outros organismos internacionais, como a CPLP, AULP, IILP e o organismo internacional de saúde. Isto é, tendo em conta os grandes objetivos no espaço lusófono na área da educação e na saúde, desenvolvidas neste trabalho, as produções transversais do IILP, como a recolha de informação, a criação de vocabulários e dicionários técnicos e científicos com uma nomenclatura comum, entre outros, serão um contributo significativo para o processo de mobilidade de profissionais e para o desenvolvimento de todas as instituições nacionais face aos seus objetivos, com impactos profundos na melhoria da qualidade de vida das populações lusófonas.

Por fim, os estudantes. Considera-se que, se existir um projeto-piloto para a atribuição de um passaporte lusófono, os jovens estudantes, por tudo o que representam, deverão ser o modelo, o público-alvo e os pioneiros desse mesmo projeto. Todas as medidas deverão ser concebidas para que seja possível, um dia, a todos os estudantes lusófonos, circularem livremente num espaço lusófono, para que eles possam inspirar todos os estados-membros a criarem a tão desejada “cidadania lusófona”. Assim, numa fase inicial, no sentido de estimular a mobilidade estudantil, propõe-se a criação de um programa similar ao programa *Erasmus* no espaço lusófono de ensino superior. Considera-se que a criação de um programa desta natureza permitirá aos estudantes uma integração mais profunda na paisagem e na vivência lusófona, bem como uma circulação humana crescente neste espaço. Ao contrário dos valores que presidiram ao nascimento da União Europeia (a Comunidade Económica Europeia), o que pode presidir o nascimento da “união lusófona” são precisamente os jovens estudantes, que através da sua sede de saber, da sua livre iniciativa, do seu empreendedorismo, poderão experienciar a “vivência” lusófona. Por outras palavras, é necessário criar todas as condições para que seja possível aos jovens e estudantes “viverem na lusofonia”.

Referências Bibliográficas

- BONDOSO**, António, *Lusofonia e CPLP, Desafios na Globalização – Ângulos e Vértices ou Defeitos e Virtudes de Um Processo Intemporal*, Edições Esgotadas, (S/L), 2013.
- BORGES**, Paulo, *Uma Visão Armilar do Mundo*, Babel, Lisboa, 2008.
- CORTESÃO**, Jaime, “O Humanismo Universalista dos Portugueses”, in *Obras Completas*, Portugália Editora, Lisboa, 1965.
- CRISTÓVÃO**, F., *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Lisboa, 2005.
- CRISTÓVÃO**, Fernando, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Almedina, Coimbra, abril de 2008.
- CRISTÓVÃO**, Fernando, “O Acordo Ortográfico entre ambiguidades e a passividade das instituições”, in *Ensaio Lusófonos*, Direção e Coordenação de Fernando Cristóvão, Edições Almedina, Coimbra, 2012.
- CUNHA**, Celso, *Uma Política do Idioma*, Editora São José, Rio de Janeiro, 1964.
- JORGE**, Lúcia, “Síntese dos trabalhos” in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, outubro de 2009.
- LOURENÇO**, Eduardo, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Edições Gradiva, Lisboa, abril de 2004.
- MENDANHA**, Victor, *Conversas com Agostinho da Silva*, Editora Pergaminho, 1996.
- PESSOA**, F., *Mensagem*, Atualização Ortográfica de David Mourão-Ferreira, Revisão de Luís Santos, Américo Fraga Lamas e C^a. Lda./Livraria Civilização Editora, Porto, 1995.
- PESSOA**, F., *Sensacionismo e outros Ismos*, Edição de Jerónimo Pizarro, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2009.
- PESSOA**, Fernando, *Livro do Desassossego*, Editora Abril/ControlJornal, Lisboa, 2000
- PESSOA**, F., *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Prefácio, Introdução e Notas de António Quadros, Publicações Europa América, Lisboa, 1997.
- PESSOA**, F., *Mensagem*, Atualização Ortográfica de David Mourão-Ferreira, Revisão de Luís Santos, Américo Fraga Lamas e C^a. Lda./Livraria Civilização Editora, Porto, 1995.
- PESSOA**, F., *Os Portugueses – Quinto Império*, Alma Azul, Lisboa, agosto de 2008.
- PINHO**, *O Essencial de Agostinho da Silva*, Coleção Essencial, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2006.

- PINTO**, José, *Estratégias da ou para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*, Edição apoiada pela CPLP, Lisboa, 2009.
- MARGARIDO**, Alfredo, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2000.
- MOREIRA**, Adriano, “Políticas da Língua Portuguesa”, in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, outubro de 2009.
- MOURA**, Vasco, “Sobre a Língua Portuguesa e Algumas Políticas Para Ela”, in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, outubro de 2009.
- QUADROS**, António, *O Que É O Ideal Português*, Tempo de Pensar, Lisboa, 1962.
- RAMALHETE**, A., “O Futuro no Presente de Vieira”, in *Padre António Vieira – O Tempo e os Seus Hemisférios*, Atas Congresso Internacional Vieira, Organização de Maria do Rosário Monteiro e Maria do Rosário Pimentel, Edições Colibri, Lisboa, março de 2011.
- REAL**, Miguel, “A Desnacionalização da Profecia em Padre António Vieira”, in *Padre António Vieira – O Tempo e os Seus Hemisférios*, Atas Congresso Internacional Vieira, Organização de Maria do Rosário Monteiro e Maria do Rosário Pimentel, Edições Colibri, Lisboa, março de 2011.
- REAL**, M., *A Vocação Histórica de Portugal*, Prefácio de José Eduardo Franco, Esfera da Caos Editores, Lisboa, 2012.
- SILVA**, A., “Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo”, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges, in *Obras de Agostinho da Silva, Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000.
- _____, “Quinze Princípios Portugueses”, in *Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000.
- _____, “Considerando o Quinto Império”, in *Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000.
- _____, “Presença de Portugal”, in *Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000.
- _____, “Educação em Portugal”, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges in *Obras de Agostinho da Silva, Textos e Ensaios Pedagógicos II*, Âncora Editora, Lisboa, 2000.

- _____, “Conversação com Diótima”, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges, in *Obras de Agostinho da Silva, Textos e Ensaios Filosóficos I*, Âncora Editores, Lisboa, 1999.
- _____, “O Cristianismo”, in *Textos e Ensaios Filosóficos I*, Âncora Editores, Lisboa, 1999.
- _____, “Doutrina Cristã”, in *Textos e Ensaios Filosóficos I*, Âncora Editores, Lisboa, 1999.
- _____, “Há quem lhe proponha Chamar-lhe Docimologia”, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges, in *Obras de Agostinho da Silva, Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, Âncora Editora, Lisboa, 2001.
- _____, “As Ocultas Razões”, in *Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, Âncora Editora, Lisboa, 2001.
- _____, “Um Fernando Pessoa”, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges, in *Obras de Agostinho da Silva, Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Âncora Editora, Lisboa, 2000.
- SILVA**, Aguiar, “Contributos para uma Política de Língua Portuguesa”, in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, outubro de 2009.
- SOUSA**, Antónia, *O Império Acabou – E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, Casa Das Letras/Editorial Notícias, 6ª Edição, maio de 2006.
- TEIXEIRA**, António, “Profecia e Escatologia em António Vieira”, in *A Experiência Reflexiva – Estudos Sobre o Pensamento Luso-Brasileiro*, Coordenação de Maria Celeste Natário, Zéfiro, Lisboa, 2009.
- VELLOSO**, Jacques *et al.*, *O Ensino Superior e a Mercosul*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 1999.
- VIEIRA**, António, “Defesa do Livro Intitulado Quinto Império, Que é A Apologia do Livro *Clavis Prophetarum*: E Respostas das Proposições Censuradas pelos Srs. Inquisidores: Dada Pelo Padre António Vieira Estando Recluso nos Carceres do Santo Ofício de Coimbra”, in *Obras Inéditas*, Vol. I-III, Editores Seabra & V. Q. Antunes, Lisboa, 1856.
- VIEIRA**, António, *História do Futuro*, Direção José Eduardo Franco e Pedro Calafate, Coordenação e Introdução de Pedro Calafate, Temas e Debates, Lisboa, março de 2015.

VIEIRA, António, *A Chave dos Profetas*, Direção José Eduardo Franco e Pedro Calafate, Coordenação e Introdução de Pedro Calafate, Tradução do Latim de António Guimarães Pinto, Temas e Debates, 1ª Edição, Lisboa, setembro de 2015.

Artigos em Periódicos

COELHO, J., “O Nacionalismo Utópico de Fernando Pessoa”, in revista *Colóquio/Letras*, nº 31, Lisboa, dezembro de 1964, pp. 53-57.

CUNHA, R., “A Europa Culta e o Mar Português”, in Revista *Nova Águia*, nº11, 1º semestre de 2013, pp. 40-41.

FRANCO, J., E., “Teologia e Utopia em António Vieira”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 1999, p. 159.

FRANCO, J., “A Teologia da História de Joaquim de Flora e a Conceção da Idade do Espírito Santo”, in *Revista Portuguesa de Ciência Das Religiões*, ano I, nº 1, 2002, p. 86.

FRANCO, J., E., “Vieira e a Possibilidade de um Mundo Novo: Quinto Império como Projeto de Cidadania do Futuro”, in *Religião e Ofensa*, 2009, pp. 101-114.

MOREIRA, Adriano, *A Língua e o Conceito Estratégico Português*, Academia de Ciências de Lisboa, ISBN: 978-972-623-186-8, p. 2.

MURARGY, Murade, “Cooperação e desenvolvimento nos países lusófonos: o papel das universidades”, XXIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 9, 10 e 11 de junho de 2013, pp. 4-5.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira, “Breve Testemunho sobre Agostinho da Silva”, in *Nova Águia, Revista de Cultura para o Século XXI*, N.º 3 – 1º Semestre de 2009, pp. 94-95.

Artigos de Opinião e Notícias de Jornais Online

CAEIRO, António, “Professora São Tomense defende livre circulação de bens culturais na CPLP”. Informação disponível em: www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=553&catogory=CPLP. Último acesso a 06 de março de 2016, às 14:46.

COSTA, António, “PS Português quer Edificar ‘Pilar da Cidadania’ no Espaço da CPLP” in *Agência Lusa* a 24 de Janeiro de 2015, às 12:24. Informação disponível em:

http://www.sapo.pt/noticias/ps-portugues-quer-edificar-pilar-da-cidadania_54c390969b457a632f2c7866. Acedido a 06 de março de 2016, às 17:40.

FILHO, Mamede, “Portugal quer Liberdade de Circulação e Residência entre países lusófonos; Brasil enxerga ideia com cautela”, in *BBC Brasil* a 18 de dezembro de 2015. Informação disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_portugal_circulacao_paises_rm. Acedido a 28 de março, às 18:40.

MOCO, Marcolino, “CPLP, 15 ANOS de Existência/ Défices de Utilidade e Visibilidade ainda por colmatar”, in *Club-K – Notícias Imparciais de Angola*, 17 de junho de 2011.

MOURA, Vasco, “ A CPLP é uma espécie de organização fantasma que não serve para nada”, in *Jornal de Notícias Online* de 21 de Julho de 2010. Informação acedida em 06 de março de 2016, às 17:40. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1623135.

PACHECO, Carlos, “Lusofonia e Regimes Autoritários em África”, in *Público*, Lisboa, 3 de fevereiro de 2000.

POLZONOFF JR, Paulo, Entrevista com José Eduardo Agualusa, 26 de Julho. Informação disponível em: <http://www.polzonoff.com.br/entrevista-com-jose-eduardo-agualusa.htm>. Acedido a 08 de fevereiro de 2016, às 10:40.

Informação Disponível em: http://www.jtm.com.mo/news/20060620/03local_d05.htm. Acedido a 06 de março de 2016, às 19:40.

VENÂNCIO, José Carlos, “A Língua é a Grande Herança da Colonização”, in *Jornal Tribuna de Macau Online*, de 20 de junho de 2006. Informação disponível em: http://umquartocomvista.blogspot.com/2006_06_01_archive.html. Acedido a 15 de fevereiro de 2016, às 10:00.

“Portugal vai reforçar aposta na mobilidade académica na CPLP”, in *Lusa – Boletim de Moçambique*. Informação disponível em: <https://www.lusamultimedia.com/newsletters/arquivo/boletim-mocambique-teste/16-70/>.

Acedido a 5 de abril de 2016, às 10:50 horas. Também informação disponível no *Observatório de Língua Portuguesa*: <http://observalinguaportuguesa.org/portugal-vai-reforçar-aposta-na-mobilidade-academica-na-cplp/>. Informação acedida no dia 5 de abril, às 12:30.

“Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior”. Informação disponível em: <http://www.ripes.unilab.edu.br/index.php/apresentacao/>. Acedido a 06 de abril de 2016, às 11:19 horas.

“Portugal vai reforçar aposta na mobilidade académica na CPLP”, in *Agência Lusa*. Informação disponível em: http://aulp.org/AULP_quer_apostar_na_criacao_de_Erasmus_Lusofono. Acedido a 06 de abril de 2016, às 14:10.

“AULP quer apostar na criação de Erasmus lusófono”, in *TV Ciência*. Informação disponível em: http://aulp.org/AULP_quer_apostar_na_criacao_de_Erasmus_Lusofono. Acedido a 06 de abril de 2016, às 15:12.

“E-Portuguese une países de Língua Portuguesa”, in *jornalmédico.pt*, Informação disponível em: <http://www.jornalmedico.pt/2010/06/18/i-cimeira-lusofonia-e-saude/>. Notícia de 18 de junho de 2010. Acedido a 04 de abril de 2016, às 15:07.

“Angola tem apenas um médico para cada 8 mil habitantes”, in *Diariodigital.sapo.pt*. Informação disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=757299. Notícia de 26 de janeiro de 2015. Acedido a 04 de abril de 2016, às 14:30.

“É difícil instaurar livre circulação de pessoas na CPLP”, in *observalinguaportuguesa.pt*. Informação disponível em: <http://observalinguaportuguesa.org/e-dificil-instaurar-livre-circulacao-de-pessoas-na-cplp/>. Acedido a 25 de junho de 2016, às 18:45.

Sítios da Internet

www.aulp.org

www.cplp.org

www.iilp.cplp.org

www.instituto-camões.pt

www.portugal.gov.pt

www.sef.pt

www.sme.ao

www.smevisa.org

www.smf.st

www.un.org

www.unicef.pt

www.who.int

ANEXO 1



DECLARAÇÃO DE FORTALEZA

DECLARAÇÃO DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO ENSINO SUPERIOR DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) responsáveis pelo ensino superior, reunidos em Fortaleza, em 26 de maio de 2004;

Cientes da importância do ensino superior para o desenvolvimento sustentável dos seus países para a redução das desigualdades e para a integração dos seus cidadãos na CPLP na comunidade internacional;

Decididos a reforçar os laços de cooperação no seio da CPLP, invocando os vínculos históricos e culturais entre os seus países;

Desejosos de estimular a cooperação em matéria de ensino superior que permita valorizar a formação conferida pelas instituições de ensino superior da CPLP, aprimorar sua qualidade e o reconhecimento das qualificações, quer no âmbito da CPLP, quer noutros espaços internacionais;

Determinados a reforçar a posição internacional da formação de nível superior em língua portuguesa e a promover a mobilidade no espaço da CPLP, comprometem-se a trabalhar em conjunto, tendo em conta as políticas de ensino superior de cada país.

À luz destes objectivos, decidem renovar o apoio à cooperação no domínio do ensino superior e construir, nos próximos dez anos, um Espaço de Ensino Superior da CPLP, indicando como prioridades:

1. O estímulo à qualidade das formações oferecidas no âmbito da CPLP e ao reconhecimento mútuo e internacional;
2. A promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos;
3. A cooperação no domínio da estrutura das formações superiores;
4. O incentivo à participação das instituições da CPLP em programas relevantes de outras comunidades de países.

Para dar sequência a esta Declaração decidem:

1. Criar o Grupo de Seguimento com a seguinte composição:
 - um representante de cada um dos Ministérios responsáveis pelo ensino superior;
 - um representante da Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Rua de São Caetano, nº 32 1200-829 Lisboa

Telefone: (+351) 21 392 85 60 Fax: (+351) 21 392 85 88

